

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº 001/2018 - PCES
NÍVEL SUPERIOR

ASSISTENTE SOCIAL

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 15
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	16 a 20
Noções de Direito Administrativo	21 a 30
Noções de Direito Processual Penal	31 a 40
Noções de Direito Penal	41 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100

TARDE

PROVA

01

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 01 a 11

Projetos e Ações: Papo de Resposta

O Programa Papo de Resposta foi criado por policiais civis do Rio de Janeiro. Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e, em parceria com a polícia carioca, trouxe para o Estado.

O 'Papo de Resposta' é um programa de educação não formal que – por meio da palavra e de atividades lúdicas – discute temas diversos como prevenção ao uso de drogas e a crimes na internet, bullying, direitos humanos, cultura da paz e segurança pública, aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.

O projeto funciona em três etapas e as temáticas são repassadas pelo órgão que convida o Papo de Resposta, como escolas, igrejas e associações, dependendo da demanda da comunidade. No primeiro ciclo, denominado de "Papo é um Papo", a equipe introduz o tema e inicia o processo de aproximação com os alunos. Já na segunda etapa, os alunos são os protagonistas e produzem materiais, como músicas, poesias, vídeos e colagens de fotos, mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada. No último processo, o "Papo no Chão", os alunos e os policiais civis formam uma roda de conversa no chão e trocam ideias relacionadas a frases, questões e músicas direcionadas sempre no tema proposto pela instituição. Por fim, acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles e também como os adolescentes reagiram diante das novas informações.

Disponível em <<https://pc.es.gov.br/projetos-e-acoas>>. Acesso em: 30/ jan./2019.

1. De acordo com o Texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O programa é realizado em todo o país, mas apenas em 2013 foi levado ao Espírito Santo, por meio da polícia carioca.
- (B) A família dos adolescentes deve acompanhar todas as etapas do projeto social.
- (C) Os temas trabalhados são escolhidos a partir da necessidade da instituição solicitante.
- (D) No projeto, busca-se conhecer a perspectiva dos adolescentes, para que, a partir disso, seja imposta uma forma de se comportar corretamente em sociedade.
- (E) O projeto objetiva levar os adolescentes a seguirem a carreira policial.

2. Assinale a alternativa que reescreve a seguinte oração em destaque, utilizando um conector adequado ao sentido que ela expressa.

“[...] os alunos são os protagonistas e produzem materiais [...], mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada.”

- (A) "[...] desde que mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (B) "[...] para mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (C) "[...] quando mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (D) "[...] embora mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (E) "[...] apesar de mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada."

3. No excerto “[...] aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.”, a preposição “da”, na expressão em destaque, indica

- (A) posse.
- (B) modo.
- (C) meio.
- (D) alvo.
- (E) tempo.

4. Quando se redige um texto manuscrito, é necessário conhecer as regras de separação silábica. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa em que os vocábulos apresentam separação silábica correta.
- (A) Pri-me-i-ro / a-pro-xi-ma-çã-o.
(B) E-qui-pe / me-i-o.
(C) Intr-oduz / rea-gi-ram.
(D) I-ni-ci-a / a-ca-de-mi-a.
(E) Pro-ce-ss-o / in-sti-tu-i-ção.
5. “Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e [...] trouxe para o Estado”.
- A expressão em destaque no excerto apresentado pode ser substituída adequadamente, considerando a escolha pronominal e sua colocação, por
- (A) conheceu-o.
(B) os conheceu.
(C) conheceu-lhe.
(D) conheceu-no.
(E) lhe conheceu.
6. Assinale a alternativa em que as alterações feitas no excerto do 2º parágrafo do texto mantenham a correção gramatical, quanto à concordância verbal, no trecho apresentado.
- (A) É discutido temas diversos no programa.
(B) São trabalhadas palavras e atividades lúdicas.
(C) Temas como direitos humanos e a cultura da paz aproxima os policiais da comunidade.
(D) A educação não formal é trabalhado pelo projeto “Papo de resposta”.
(E) Aproxima-se os policiais da comunidade e dos adolescentes.
7. Assinale a alternativa em que a conjugação e a grafia dos verbos completam adequadamente todas as lacunas da seguinte frase.
“Se algum órgão da comunidade _____ o programa “Papo de Resposta”, os policiais _____ o local e _____ o projeto.
- (A) convocam – visitarão – realizam
(B) convocasse – visitão – realizarão
(C) convocar – visitariam – realizão
(D) convocão – visitam – realizarão
(E) convoca – visitam – realizam
8. Considere a regência dos verbos em destaque e assinale a alternativa correta.
- (A) O projeto aspira a aproximação com a comunidade.
(B) O projeto visa à aproximação com a comunidade.
(C) Como os adolescentes preferem mais as atividades lúdicas, elas são a base da segunda etapa.
(D) Os policiais capixabas assistem à comunidade no que ela necessita.
(E) Os policiais capixabas visam na comunidade o que ela necessita.
9. Dentre os processos existentes para formar novas palavras, verifica-se que o substantivo “resposta” é formado por
- (A) derivação prefixal.
(B) derivação parassintética.
(C) redução.
(D) hibridismo.
(E) composição por aglutinação.
10. O nome escolhido para o projeto revela uma variante linguística escolhida com o objetivo comunicativo de
- (A) disfarçar um preconceito linguístico.
(B) denotar expressividade, ao zombar, de maneira criativa, do modo como os jovens falam.
(C) aproximar-se do público-alvo, por meio da utilização de uma mesma variante linguística.
(D) atingir o público-alvo, marcando intimidade, por meio de uma linguagem formal.
(E) revelar a diferença estilística ocupacional, ao usar um jargão dos policiais.
11. Em “[...] acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída corretamente, sem que haja alteração semântica ou sintática, por
- (A) a fim de que.
(B) afim de que.
(C) conquanto que.
(D) com quanto que.
(E) porquanto que.

Utilize o Texto II para responder as questões de 12 a 15.



Disponível em: <<https://meumundocommafalda.wordpress.com/2013/03/09/tirinha-no-92/>>. Acesso em 01/fev./2019.

12. Assinale a alternativa que indica a figura de linguagem presente no segundo quadrinho da tira.

- (A) Pleonasma.
- (B) Metonímia.
- (C) Antonomásia.
- (D) Eufemismo.
- (E) Hipérbole.

13. Em “Que tragédia!”, o “Que” tem função de

- (A) advérbio.
- (B) substantivo.
- (C) pronome relativo.
- (D) conjunção integrante.
- (E) interjeição.

14. Considere os elementos da comunicação e as funções da linguagem na tira da Mafalda e assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A personagem Mafalda aparece como uma receptora da mensagem enunciada por seu pai.
- (B) O rádio funciona como um canal de comunicação.
- (C) Em “Formigas!”, há ênfase na função fática.
- (D) Em “Mais vítimas na guerra do Vietnã [...]”, há ênfase na função referencial.
- (E) Em “Não há desgraça maior que formigas”, há ênfase na função emotiva.

15. De acordo com a tirinha da Mafalda, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As formigas são elementos que tematizam os pequenos problemas cotidianos.
- (B) A atitude do pai da Mafalda e da Mafalda opõem-se.
- (C) O texto suscita uma crítica a reações desproporcionais diante de situações corriqueiras.
- (D) A menção à morte das duas pessoas indica que a guerra do Vietnã foi uma tragédia sem precedentes.
- (E) O verbo no presente em “Não há desgraça maior que formigas!” visa indicar que o conteúdo dessa afirmação é um problema constante.

Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

16. A respeito das licenças permitidas ao funcionário policial, é correto afirmar que

- (A) o funcionário policial não poderá ser licenciado para tratar de interesses particulares.
- (B) a licença para tratamento de saúde somente poderá ser concedida a pedido do funcionário policial, não podendo ser concedida “ex-offício”.
- (C) o funcionário policial poderá, atendidos os requisitos legais, obter licença por motivo de doença nas pessoas dos pais, do cônjuge, dos filhos ou pessoas que vivam às suas expensas e que constem do seu assentamento individual.
- (D) o funcionário policial acidentado no exercício de suas atribuições ou que tenha contraído doença profissional terá direito à licença com vencimento ou remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (E) ao funcionário policial que for convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional será concedida licença sem vencimento ou remuneração.

17. Assinale a alternativa correta a respeito da aposentadoria e proventos do funcionário policial.

- (A) Os proventos da aposentadoria serão proporcionais ao tempo de serviço quando o funcionário policial invalidar-se por acidente ocorrido no exercício de suas atribuições ou pela constatação de doença profissional.
- (B) Nenhuma aposentadoria terá seu provento inferior a 50% do vencimento do respectivo cargo.
- (C) As gratificações de função policial civil e de risco de vida incorporam-se ao provento de aposentadoria, independentemente do tempo de percepção.
- (D) A concessão da aposentadoria é de competência do Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.
- (E) Em nenhuma hipótese, os proventos da inatividade poderão exceder à remuneração percebida na atividade.

18. Recompensa é o reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial. Sobre recompensa, assinale a alternativa correta.

- (A) O elogio não é considerado uma recompensa pelo Estatuto do Funcionário Policial do Espírito Santo.
- (B) A concessão de Medalhas a título de recompensas, nos termos da lei, se dará por meio de decreto do Poder Executivo.
- (C) A Medalha do Serviço Policial destina-se a premiar o funcionário policial que praticar ato de bravura ou de excepcional relevância para a organização policial ou para a sociedade.
- (D) A dispensa total do serviço até 30 dias é recompensa concedida pelo reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial.
- (E) A Medalha do Mérito Policial destina-se a premiar o funcionário policial pelos bons serviços prestado à causa da ordem pública, ao organismo policial e à coletividade policial.

19. O amparo assistencial e previdenciário do Estado ao funcionário policial e sua família compreenderá, EXCETO

- (A) pensões especiais.
- (B) frequência a cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional.
- (C) previdência e seguro social.
- (D) assistência médica ambulatorial, dentária, hospitalar e creche.
- (E) assistência judiciária, para processos judiciais decorrentes do exercício ou não do cargo.

20. No que se refere à responsabilização do funcionário policial pelo exercício irregular de suas atribuições, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário policial nessa qualidade.
- (B) a responsabilidade civil decorre unicamente de procedimento doloso; que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou terceiros.
- (C) o agente executante, no cumprimento da ordem emanada de autoridade superior, fica exonerado da responsabilidade pelos excessos que cometer.
- (D) o funcionário policial que deixar habitualmente de saldar dívidas legítimas não estará cometendo transgressão disciplinar.
- (E) a indenização do prejuízo causado à Fazenda Estadual poderá ser liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento do funcionário policial, desde que autorizado por escrito pelo funcionário.

Noções de Direito Administrativo

21. Assinale a alternativa correta acerca de Estado, Governo e Administração Pública.

- (A) Segundo a Constituição Federal, a tripartição de funções é absoluta no âmbito do aparelho do Estado.
- (B) O estudo da administração pública, do ponto de vista subjetivo, abrange a maneira como o Estado participa das atividades econômicas privadas.
- (C) O Estado constitui a nação politicamente organizada, enquanto a administração pública corresponde à atividade que estabelece objetivos do Estado, conduzindo politicamente os negócios públicos.
- (D) Os conceitos de governo e administração não se equiparam; o primeiro refere-se a uma atividade essencialmente política, ao passo que o segundo, a uma atividade eminentemente técnica.
- (E) Tradicionalmente, na Doutrina, os elementos apontados como constitutivos do Estado são: o povo, a uniformidade linguística e o governo.

22. Assinale a alternativa correta acerca de conceito e fontes do Direito Administrativo.

- (A) O sistema de direito administrativo anglo-americano teve origem na França e é focado, essencialmente, em reger as relações entre cidadãos e Administração, fixando prerrogativas e deveres à Administração.
- (B) O sistema de direito administrativo europeu continental deixa para o âmbito do direito privado as relações entre Estado e cidadãos. A jurisdição é una, exercida exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- (C) Os costumes não constituem fonte do direito administrativo.
- (D) O Direito Administrativo, dentre outros conceitos, pode ser definido como o ramo do direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
- (E) O direito administrativo visa à regulação das relações jurídicas entre servidores e entre estes e os órgãos da administração, ao passo que o direito privado regula a relação entre os órgãos e a sociedade.

23. Assinale a alternativa correta acerca dos princípios do Direito Administrativo.

- (A) O princípio administrativo do interesse público é um princípio implícito da administração pública.
- (B) O princípio da legalidade no direito administrativo preconiza que o administrador público está sujeito às exigências do bem comum, e delas não se pode afastar ou desviar, sendo que o cidadão poderá fazer tudo o que a lei não proíba e o administrador público poderá fazer tão somente o que diz a lei.
- (C) Os princípios do direito administrativo são apenas os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.
- (D) O princípio da isonomia manifesta a imposição da administração em divulgar seus atos que são divulgados no diário oficial, seja da União, do Estado ou do município, na forma de obrigação constante na lei para garantir a transparência da administração.

(E) O princípio da eficiência não está implícito em outros princípios.

24. Assinale a alternativa INCORRETA acerca do que preconiza o Direito Administrativo sobre a organização administrativa.

- (A) Órgão Público pode ser definido como pessoa jurídica de natureza pública, com personalidade jurídica própria e com atribuições para atuar em prol do interesse público.
- (B) As Secretarias de Estado são órgãos públicos que integram a administração direta.
- (C) As áreas em que poderão atuar as fundações públicas são definidas e estabelecidas por lei complementar.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) Um ministério criado no âmbito da União é órgão sem personalidade jurídica própria, sendo componente da administração direta.

25. Assinale a alternativa correta acerca da extinção, desfazimento e sanatória do ato administrativo.

- (A) A anulação é a retirada, do mundo jurídico, de um ato válido, mas que, segundo critério discricionário da administração, tornou-se inoportuno ou inconveniente.
- (B) A revogação ocorre quando há um vício no ato relativo à legalidade ou legitimidade; nunca por questões de mérito administrativo.
- (C) A revogação é um ato discricionário e tem como critério a conveniência e oportunidade.
- (D) A extinção objetiva do ato se dá pelo desaparecimento do sujeito detentor do benefício do ato.
- (E) A designação de ato administrativo abrange toda atividade desempenhada pela administração.

26. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos atos administrativos.

- (A) Os atos administrativos têm origem no Estado ou em agentes investidos de prerrogativas estatais.
- (B) Todo ato praticado no exercício da função administrativa consiste em ato da administração.
- (C) A morte de um funcionário que gera vacância de um cargo não é considerada um ato administrativo.

(D) Os atos administrativos incluem os despachos de encaminhamento de papéis e os processos.

(E) Os fatos administrativos não admitem nem anulação nem revogação.

27. Assinale a alternativa correta acerca dos poderes administrativos.

- (A) O fundamento do poder de polícia é a predominância do interesse público sobre o particular, o que torna ilegítima qualquer discricionariedade no exercício desse poder.
- (B) O Judiciário não pode exercer o poder hierárquico por ser este exclusivo do Executivo.
- (C) Decorre do poder disciplinar o ato da autoridade superior de avocar para a sua esfera decisória ato da competência de agente a ele subordinado.
- (D) Configura excesso de poder o ato do administrador público que remove um servidor de ofício com o fim de puni-lo.
- (E) A remoção de ofício de um servidor, como forma de puni-lo por faltas funcionais, configura abuso de poder.

28. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos poderes administrativos.

- (A) O poder regulamentar consiste na possibilidade de o chefe do Poder Executivo editar atos administrativos gerais e abstratos, expedidos para dar fiel execução da lei.
- (B) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.
- (C) O poder hierárquico é o poder de que dispõe a administração para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- (D) O agente público incorre em desvio de poder quando, mesmo dentro de sua esfera de competência, atua afastando-se do interesse público.
- (E) É possível que o agente administrativo avoque para a sua esfera decisória a prática de ato de competência natural de outro agente de mesma hierarquia, para evitar a ocorrência de decisões eventualmente contraditórias.

29. Assinale a alternativa correta acerca do controle e da fiscalização da administração.

- (A) A competência do sistema de controle interno nos poderes da União restringe-se ao exercício do controle sobre entidades da administração pública direta, indireta, fundacional e autárquica.
- (B) O controle judicial se sobrepõe ao controle administrativo.
- (C) Os órgãos do Poder Executivo, assim como os órgãos dos demais Poderes quando realizarem função administrativa, sujeitar-se-ão ao controle interno e externo.
- (D) O controle administrativo, que consiste no acompanhamento e na fiscalização do ato administrativo por parte da própria estrutura organizacional, configura-se como controle de natureza interna, privativo do Poder Executivo.
- (E) O controle externo no Brasil é exercido a priori e a posteriori, mas não de forma concomitante.

30. Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

- (A) A teoria do risco integral obriga o Estado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aprofundamento.
- (B) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, podendo o cidadão propor ação diretamente contra o servidor que tenha lhe provocado prejuízo.
- (C) Em caso de responsabilidade decorrente de ato praticado por servidor público, a obrigação de reparar o dano limita-se ao próprio servidor público.
- (D) As entidades da administração indireta responderão objetivamente pelos danos que nessa qualidade causarem a terceiros, mesmo quando os danos por elas provocados decorrerem da atividade econômica de natureza privada.
- (E) O servidor público somente responde regressivamente ao Estado pela indenização que este tiver que pagar a terceiros por danos que aquele tiver causado por dolo.

Noções de Direito Processual Penal

31. Qual é o caráter do inquérito policial no direito brasileiro?

- (A) Negocial jurídico de direito público.
- (B) Meio processual constitucional de impugnação de delito.
- (C) Procedimento de cunho militar quando iniciado por lavratura de boletim de ocorrência pela Polícia Militar.
- (D) Parametrização de direito privado até o recebimento da denúncia ou queixa.
- (E) Procedimento administrativo preparatório.

32. Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial será iniciado

- (A) de ofício pela autoridade policial.
- (B) a requerimento do ofendido ou, se ausente, ao cônjuge, ascendente, descendente ou seu irmão.
- (C) por requisição do Poder Judiciário.
- (D) com a lavratura de boletim de ocorrência de terceiro interessado ao fato e alheio ao ofendido.
- (E) por requisição do Ministério Público ou a requerimento do ofendido.

33. Sobre a disciplina do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá intimar o indiciado para que o mesmo seja interrogado em Juízo sob pena de incorrer em crime de desobediência.
- (B) A autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado no curso do inquérito policial e enviará autos ao membro do Ministério Público para que dê sua opinião sobre o eventual delito.
- (C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- (D) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito se o Ministério Público ou o ofendido não mais requisitarem ou requererem novas diligências.
- (E) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá enviar os peritos criminais ao local imediatamente enquanto ouve o ofendido na sede do distrito policial.

34. O Código de Processo Penal descreve a fase probatória do inquérito policial e do processo penal, devendo os agentes estatais cumprirem seus dispositivos. Sobre o tema "prova", é correto afirmar que

- (A) o Juízo poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação se eles forem originários de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (B) a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, vedado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- (C) o Juízo deve ordenar, antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando seu poder geral de cautela.
- (D) as partes, pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, têm o direito de participar da colheita da prova, influenciando na sua formação, dentro de critérios regrados, porém o réu não tem o direito de tomar ciência das provas coletadas em grau sigiloso, exceto quando sobrevier seu interrogatório judicial.
- (E) o exame do corpo de delito não é considerado meio de prova direto ou indireto, mas tão somente peça processual integrante do acervo inquisitorial.

35. Sobre o regramento das provas ilícitas e das provas derivadas das ilícitas, assinale a alternativa completamente correta.

- (A) As provas ilícitas devem ser autuadas em apartado dos autos originários, para que sejam devidamente arquivadas caso se façam necessárias em outros procedimentos na perspectiva da prova emprestada.
- (B) Quando as provas derivadas das ilícitas puderem ser obtidas por uma fonte independente das provas originárias ilícitas, o Juízo ordenará o desentranhamento delas, sob pena de prevaricação.
- (C) A decisão que determina o desentranhamento da prova declarada inadmissível não pode ser eivada de preclusão, prescrição ou decadência.
- (D) A doutrina da ilicitude por derivação (teoria dos "frutos da árvore envenenada") repudia, por constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios, que, não obstante produzidos, validamente, em momento

ulterior, acham-se afetados, no entanto, pelo vício (gravíssimo) da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal.

- (E) Considera-se fonte independente aquela que por si só ou conjuntamente, seguindo os trâmites típicos ou atípicos, próprios da instrução processual, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

36. Tratando das provas penais admissíveis pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Exame de corpo de delito é a verificação da prova da existência do crime, feita por peritos, diretamente, ou por intermédio de outras evidências, quando os vestígios, ainda que materiais, desapareceram.
- (B) Vestígio material é aquele tal qual o rastro do crime que se perde tão logo a conduta criminosa finda, pois não é mais captável nem passível de registro pelos sentidos humanos.
- (C) Quando a infração deixar vestígios (o rastro, a pista ou o indício deixado por algo ou alguém), será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- (D) O exame do corpo de delito será prioritário tão somente em crimes contra a dignidade sexual e em delitos envolvendo violência física contra crianças.
- (E) O exame de corpo de delito só poderá ser feito em qualquer hora de dia matutino ou vespertino, ou em períodos em que a luz solar possa iluminar o objeto.

37. Tratando das perícias em geral, com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os peritos elaborarão o laudo pericial no prazo máximo de 10 dias improrrogáveis, onde descreverão minuciosamente o que examinarem e responderão aos quesitos formulados.
- (B) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.
- (C) O laudo sobre o cadáver encontrado deve ser redigido pelos peritos de maneira textual e descritiva, sendo vedado qualquer desenho que não represente a fotografia real do corpo.
- (D) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia e, obrigatoriamente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.
- (E) A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, sendo vedado aos peritos fazer a autópsia antes daquele prazo.

38. A respeito da produção probatória no processo penal brasileiro, assinale a alternativa integralmente correta.

- (A) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova documental produzida por terceiro poderá suprir-lhe a falta.
- (B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar exclusivamente por determinação da autoridade policial, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou do ofendido.
- (C) Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.
- (D) Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e objetivamente descreverão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.

- (E) No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, observar-se-á que, para a comparação, unicamente servirão aqueles documentos que já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de punho da pessoa analisada.

39. Sobre as prisões cautelares admitidas no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa que reproduz corretamente conceito jurídico ou dispositivo legal.

- (A) Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, logo após ocorrer situação que faça suspeitar ser ele o autor da infração.
- (B) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante ainda que com o condutor assinem outras duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- (C) Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal com arbitramento de fiança.
- (D) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo, quando, por motivos de saúde, não puder aguardar o restabelecimento da primeira.
- (E) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

40. Sobre processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, tais como os peritos criminais, assinale a alternativa correta de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

- (A) A juntada de inquérito policial preparatório é indispensável nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito.
- (B) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias úteis.
- (C) A notificação do acusado para, previamente ao recebimento da denúncia, manifestar-se sobre o tema, apresentando sua defesa e evitando que seja a inicial recebida, se estende ao particular que seja coautor ou partícipe.

- (D) O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.
- (E) Caso seja recebida a denúncia ou queixa, a despeito da impugnação formulada pelo funcionário, é dispensável que ele tome ciência disso mediante citação formal, podendo defender-se nos autos do processo-crime como integrante formal do polo passivo.

Noções de Direito Penal

41. É importante a fixação do tempo em que o crime se considera praticado para, entre outras coisas, compreender a lei que deverá ser utilizada, aplicada, e estabelecer a imputabilidade do sujeito. Com relação ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a

- (A) Teoria da Relatividade.
(B) Teoria da Consumação.
(C) Teoria da Atividade.
(D) Teoria da Ubiquidade.
(E) Teoria da Habitualidade.

42. João subtrai para si um pacote de bolachas no valor de R\$ 10,00 de um grande supermercado e o fato se encaixa formalmente no art. 155 do Código Penal. Em virtude da inexpressividade da lesão causada ao patrimônio da vítima e pelo desvalor da conduta, incide o princípio da insignificância que tem sido aceito pela doutrina e por algumas decisões judiciais como excludente de

- (A) punibilidade.
(B) tipicidade material.
(C) culpabilidade.
(D) ilicitude formal.
(E) executividade.

43. Segundo o art. 6º do Código Penal, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria se produzir o resultado. Existem várias teorias acerca do lugar do crime. Qual é a Teoria adotada pelo Código Penal vigente?

- (A) Teoria da Atividade.
(B) Teoria do Resultado.
(C) Teoria da Ubiquidade.

- (D) Teoria do Assentimento.
(E) Teoria da Relatividade.

44. A extraterritorialidade presente no art. 7º do Código Penal se divide em condicionada e incondicionada. Na extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei nacional a determinados crimes cometidos fora do território, independentemente de qualquer condição, ainda que o acusado seja absolvido ou condenado no estrangeiro, EXCETO

- (A) quando o crime for contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
(B) quando o crime for contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
(C) no caso de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
(D) quando, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir o crime praticado.
(E) quando o crime for contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

45. O crime de homicídio, art. 121 do Código Penal, é classificado doutrinariamente como um crime

- (A) de dano, material e instantâneo de efeitos permanentes.
(B) vago, permanente e multitudinário.
(C) próprio, de perigo e exaurido.
(D) comum, forma livre e concurso necessário de agentes.
(E) de mão própria, habitual e de forma vinculada.

46. Dentre as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Crime de dupla subjetividade passiva é o crime que tem obrigatoriamente dois ou mais sujeitos passivos.
- (B) O crime de estupro, art. 213 do CP, é um crime bipróprio, sendo que os sujeitos são determinados, não sendo possível ser praticado por qualquer pessoa.
- (C) Podem ser sujeitos passivos de crime os entes despersonalizados, pessoa ainda não nascida, incapazes, animais e recém-nascido.
- (D) Sujeito passivo e sujeito prejudicado são sinônimos, possuindo o mesmo significado: a pessoa física ou jurídica que sofre as consequências diretas da infração penal.
- (E) Uma pessoa pode ser simultaneamente sujeito ativo e sujeito passivo do mesmo crime.

47. Considerando as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, é correto afirmar que a pena é aumentada quando o sequestro supera, no mínimo, 48 horas.
- (B) O emprego de arma não aumenta a pena no delito de extorsão.
- (C) O crime de furto ocorre quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, equiparando-se à coisa móvel, à energia elétrica ou a qualquer outra que tenha valor econômico.
- (D) A coisa abandonada pode ser objeto material do crime de furto.
- (E) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, considera-se consumado o roubo apenas se o bem, objeto do delito, sai da esfera de vigilância da vítima.

48. Dentre as seguintes alternativas, assinale a INCORRETA.

- (A) O jurado pode ser responsabilizado criminalmente por crime de corrupção passiva.
- (B) Funcionário público que não dispõe da posse de determinado bem, porém se vale da facilidade que sua condição de funcionário proporciona para subtrair “para si ou para outrem” comete crime de “peculato furto”.
- (C) No crime do art. 317 do Código Penal, corrupção passiva, o sujeito ativo é somente o funcionário público.

- (D) Ocorrerá crime de concussão mesmo se a exigência, para si ou para outrem, versar sobre vantagem devida.
- (E) Pratica o delito de corrupção passiva o funcionário público que solicita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.

49. Uma conduta ilícita é contrária ao direito. Porém pode haver conduta típica que não seja ilícita, aparecendo as chamadas excludentes de ilicitude. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente não será considerado crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade e legítima defesa.
- (B) As excludentes de ilicitude são apenas as definidas em Lei, especificamente determinadas pelo Código Penal, chamadas de excludentes de ilicitude legais.
- (C) No estado de necessidade, aplica-se a excludente ainda que o sujeito não tenha conhecimento de que age para salvar um bem jurídico próprio ou alheio.
- (D) Pode agir em estado de necessidade aquele que possui o dever legal de enfrentar o perigo.
- (E) São requisitos legais do estado de necessidade: perigo atual; ameaça a direito próprio ou alheio; situação não causada voluntariamente pelo sujeito; inexistência de dever legal de enfrentar o perigo.

50. Em alguns casos, o crime exige uma condição especial do sujeito ativo, podendo ser classificado em crimes comuns, próprios, de mão própria, bi próprios, etc. Referente ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Crime próprio pode ser praticado por qualquer pessoa, não sendo exigida uma condição ou qualidade especial do sujeito ativo.
- (B) Crimes funcionais são crimes praticados por funcionários públicos contra a administração. Esses crimes admitem a coautoria e a participação de terceiros, podendo esse terceiro ser funcionário público ou não.
- (C) O crime de falso testemunho é considerado um crime próprio, podendo ser praticado por qualquer pessoa, portanto a lei não exige uma qualidade especial do sujeito ativo.
- (D) O sujeito ativo pode ser tanto quem realiza o verbo típico ou possui o domínio finalista do

fato como quem, de qualquer outra forma, concorre para o crime, sendo representado apenas pelo autor e coautor.

- (E) O sujeito ativo, para poder ser responsabilizado, será pessoa física, não podendo ser pessoa jurídica conforme determina a Constituição Federal.

Conhecimentos Específicos

51. De acordo com o Código de Ética dos Servidores Cíveis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo – Decreto nº 1595 de 06/12/2005, em seu artigo 2º, assinale a alternativa que apresenta corretamente os deveres do servidor público Estadual do Espírito Santo.

- (A) Recusar qualquer missão no exterior, reforçando o comportamento de fidelidade ao Estado e ao Brasil.
- (B) Utilizar os recursos do Estado para atender ao interesse público, respeitando as leis e regulamentos pertinentes e utilizando a soberania do Código de Ética citado sobre os demais códigos de classe.
- (C) Informar sobre qualquer conflito de interesse, real ou aparente, relacionado com seu cargo, emprego ou função e tomar medidas para evitá-lo; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder de que tenha tomado conhecimento, indicando elementos de prova, para efeito de apuração em processo apropriado.
- (D) Ser assíduo e pontual no serviço; agir com honestidade e integridade no que diz respeito aos interesses pessoais do servidor, seguindo dessa maneira o Código de Ética do Servidor Cível do Espírito Santo, a fim de assim evitar penalidades.
- (E) Guardar sigilo sobre os assuntos do órgão; levar ao conhecimento da autoridade as irregularidades das quais tiver ciência, em razão do cargo ou função, exceto quando estas não prejudicarem interesses de ordem pessoal do servidor.

52. O Código de Ética dos Servidores Cíveis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo – Decreto nº 1595 de 06/12/2005, em seu artigo 4º, denota o que é vedado ao Servidor Público. Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que NÃO apresenta corretamente o que está descrito no referido artigo.

- (A) Utilizar pessoal ou recursos materiais

do Estado em serviços ou atividades particulares.

- (B) Manter sob sua chefia imediata cônjuge, companheira ou parente até o segundo grau civil.
- (C) Atuar como procurador ou intermediário junto a órgãos públicos estaduais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais e percepção de remuneração ou proventos de cônjuge, companheiro e parentes até terceiro grau civil.
- (D) Retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (E) Tratar com misantropia, urbanidade e atenção os demais servidores públicos e os usuários do serviço público.

53. Acerca da História da Polícia Civil no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A Polícia Civil foi reconhecida nas configurações de hoje a partir da Constituição Federal de 1988, onde ficaram determinadas as funções de cada órgão de segurança do país.
- (B) Nos dias atuais, às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções policiais investigativas sobre infrações penais jurisdicionadas ao julgamento do competente poder judiciário estadual, exceto as militares.
- (C) Em 1500, segundo o costume europeu, foi criado o corpo de Policiais Cíveis uniformizados, denominado Guarda Urbana, com o objetivo de prevenir os crimes na capital Brasília.
- (D) A existência da Polícia Judiciária remonta ao governo imperial e seu desempenho, atribuição e competência foram firmados no período republicano de 1889, quando, nos idos de 1967, Era Ditatorial Militar em que a Polícia Judiciária (Polícias Cíveis) teve extirpadas de suas atribuições, as relativas ao policiamento preventivo ostensivo uniformizado (fardado) que vinha desempenhando, desde o ano de 1866, por meio das antigas guardas civis.
- (E) Em 1871, uma nova constituição separou os conceitos de Justiça e Investigação Policial, criando duas funções distintas para cada. Assim, nessa lei, foi criado o Inquérito Policial – um documento que registra toda a investigação feita pela polícia e que, depois, é usado por órgãos da Justiça para fazer uma denúncia criminal.

54. É por meio do trabalho que o Assistente Social pode realizar a sua intervenção profissional. Entende-se por processo de trabalho o conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas ao alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Considerando o exposto, é correto afirmar que

- (A) a práxis não possui o poder de transformação social.
- (B) a práxis pressupõe a articulação teoria e prática.
- (C) a instrumentalidade não é uma via para a práxis.
- (D) a práxis constitui na sua essência aquilo que, na profissão, chama-se prática pela prática.
- (E) a práxis não estabelece relação, no âmbito do Serviço Social, com o instrumental técnico e operativo.

55. Ao analisar a questão social brasileira e suas variadas formas de expressão, compreende-se que esta tem como seu núcleo orgânico

- (A) os partidos políticos de oposição nacional.
- (B) a vida desregrada do cidadão que mal administra seus recursos.
- (C) o trabalho infantil e a prostituição somente.
- (D) a desigualdade e as injustiças sociais ligadas à organização do trabalho e à cidadania.
- (E) o excesso de sindicatos e movimentos sociais reivindicatórios dos direitos sociais e civis.

56. O Projeto Ético-Político do Serviço Social constitui-se em uma referência do conjunto que reflete as lutas e o desenho de sociedade pelo qual se trabalha, tendo sido forjado pelo esforço das entidades representativas de base que estão relacionadas com o Serviço Social (CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO). A partir desse entendimento, o Projeto Ético-Político é composto por três importantes elementos, sendo eles:

- (A) Lei que regulamenta a profissão (Lei nº8.662/96); Código de Ética do(a) Assistente Social (1993); Constituição Estadual (1988).
- (B) Lei que regulamenta a profissão (Lei nº8.662/96); Código de Ética do(a) Assistente Social (1986); Constituição Federal (1988).

- (C) Política Nacional de Assistência Social (2004); Código de Ética do(a) Assistente Social (2016); Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996).
- (D) Lei que regulamenta a profissão (Lei nº8.662/96); Código de Ética do(a) Assistente Social (1993); Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996).
- (E) Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Sistema Único de Saúde (SUS); Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996).

57. As diretrizes e estratégias de atuação na área de assistência à saúde mental no Brasil envolvem o Governo Federal, Estados e Municípios. Os principais atendimentos em saúde mental são realizados nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que existem no país, onde o usuário recebe atendimento próximo da família com assistência multiprofissional e cuidado terapêutico conforme o quadro de saúde de cada paciente. Nos casos em que o município não possua um CAPS, qual dos serviços a seguir será responsável pelo atendimento de saúde mental?

- (A) Centro de Referência de Assistência Social.
- (B) Centro Especializado de Assistência Social.
- (C) Instituição de Longa Permanência para Idosos.
- (D) Centro POP.
- (E) Unidades Básica de Saúde – Atenção Básica.

58. A instrumentalidade pode ser compreendida como mediação, visto que o cotidiano é o espaço para a realização das ações instrumentais, como um exercício profissional, crítico e competente. Dessa forma, há algo que precede a discussão acerca dos instrumentos e técnicas necessárias ao profissional: a sua instrumentalidade. Assinale a alternativa que caracteriza a instrumentalidade do exercício profissional do(a) Assistente Social.

- (A) A instrumentalidade impossibilita a relação do referencial teórico com as demandas postas ao profissional.
- (B) A instrumentalidade é a capacidade que a profissão porta de ser convertida em instrumento nas mãos do Estado para a operacionalização de seus interesses.

- (C) A instrumentalidade é a ideia de que a teoria é bonita, mas na prática a história é outra. Esse fato pode ser compreendido tanto por estudantes quanto pelos profissionais do Serviço Social.
- (D) A instrumentalidade não permite que as referências teóricas expliquem a lógica e a dinâmica da sociedade, bem como as particularidades do exercício profissional e das singularidades do cotidiano.
- (E) A instrumentalidade é o espaço no qual a cultura profissional se movimenta. A cultura profissional dos assistentes sociais recolhe e, na instrumentalidade, constrói os indicativos teórico-práticos de intervenção imediata, o chamado instrumental técnico ou as ditas metodologias de ação.

59. O Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social vigente aborda reflexões e orientações sobre o sigilo profissional. O sigilo pode ser compreendido como a relação de respeito e confidencialidade entre o profissional e o usuário durante todas as fases do atendimento prestado, independente da instituição onde o(a) Assistente Social desenvolve seu trabalho. Acerca do sigilo profissional abordado em vários artigos do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social, assinale a alternativa correta.

- (A) Consiste em um direito do(a) Assistente Social a inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional.
- (B) A quebra do sigilo é inadmissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa trazer prejuízos ao usuário, a terceiros e à coletividade.
- (C) O sigilo não abrange informações importantes para os demais membros da equipe, respeitando o treinamento acabrunhador recebido nas instituições de ensino superior.
- (D) Acerca das relações do(a) Assistente Social com a Justiça, este deve comparecer perante a autoridade competente, quando intimado a prestar depoimento, para declarar que não está obrigado a guardar sigilo profissional nos termos do referido Código e da Legislação em vigor, contribuindo irrestritamente.
- (E) O art. 5º trata das Relações com os Usuários e afirma que o profissional não deve informações concernentes ao

trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional.

60. De acordo com Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993, é vedado ao Assistente Social nas relações do(a) profissional com a Justiça:

- (A) depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.
- (B) recusar-se a aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.
- (C) ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.
- (D) apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos no referido Código de Ética.
- (E) comparecer perante a autoridade competente, quando intimado a prestar depoimento, para declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional nos termos do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social e da Legislação em vigor.

61. O Código de Ética do Assistente Social de 1993 aponta algumas práticas proibidas ao Assistente Social nas suas relações com os usuários. Assinale a alternativa que apresenta uma violação do Código de Ética.

- (A) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
- (B) Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.
- (C) Contribuir para criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação entre os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.
- (D) Exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses.
- (E) Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das demandas apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios do Código de Ética.

62. O Serviço Social, como profissão que intervém no conjunto das relações sociais e nas expressões da questão social, enfrenta hoje, no campo do sistema penitenciário, determinações tradicionais às suas atribuições, que não consideram os avanços da profissão no Brasil e o compromisso ético e político dos profissionais frente à população e às violações dos direitos humanos que são cometidas. A partir das informações apresentadas sobre a atuação do Serviço Social no Sistema Prisional, é correto afirmar que

- (A) atualmente os assistentes sociais encontram dificuldades no âmbito do sistema prisional, uma vez que estão inseridos em um contexto meramente burocrático e presenciam, muitas vezes, a restrição da sua intervenção e diversas situações de violações dos direitos dos apenados.
- (B) foi por meio da Lei de Execução Penal (LEP) de 1993 que os(as) Assistentes Sociais puderam contar com o chamado aparato jurídico-político concernente ao espaço sócio-ocupacional.

- (C) a intervenção do profissional de serviço social junto ao sistema prisional consiste na inibição da violência dentro dos presídios e isso se dá por meio da realização de terapia junto aos agentes penitenciários.
- (D) compete ao(à) Assistente Social a administração dos benefícios sociais que por ventura o apenado venha a receber, quando sob custódia do Estado.
- (E) o enunciado demonstra uma crítica ao profissional de serviço social, relatando que a dificuldade na realização do trabalho está na própria ineficiência do(a) assistente social, e não do sistema.

63. O Serviço Social consiste em uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, na busca pela investigação, análise e apresentação. Atua no sentido de propor soluções mediante as complexas expressões da questão social na atualidade. Dado esse contexto profissional, compreende-se que diversos são os espaços sócio-ocupacionais nos quais o assistente social poderá atuar e uma dessas áreas é a sociojurídica, como Ministério Público, Defensoria Pública, Sistema Prisional, Conselhos Gestores, Delegacias, etc. Considerando o exposto, assinale a alternativa correta quanto às atribuições da Defensoria Pública e à atuação do(a) Assistente Social.

- (A) A Defensoria Pública está fora da estrutura do Poder Executivo e presta atendimento jurídico em sentido amplo, de natureza judicial e extrajudicial, de educação em direitos, e tem legitimidade para atuar não só individualmente, mas também por meio da tutela coletiva.
- (B) A Defensoria Pública atende pessoas/famílias que não podem pagar um advogado, oferecendo assistência jurídica integral e gratuita a todos, independentemente da comprovação de renda.
- (C) Cabe a(o) Assistente Social que atua na Defensoria Pública: orientar os usuários e familiares sobre os desdobramentos e as implicações envolvidas em tal demanda, por meio de atendimentos, acolhimentos, visitas domiciliares, entrevistas ou outro instrumento que o profissional julgar importante para a concretização do trabalho.
- (D) Dentre as finalidades de atuação do Assistente Social na Defensoria Pública,

ressalta-se a necessidade de se fomentar e incentivar a judicialização de direitos que já estão postos e efetivados.

- (E) Nesse campo, a atuação do profissional não compõe a equipe multidisciplinar e interdisciplinar, sendo a equipe formada por psicólogos, oficiais de justiça e advogados.

64. Quanto à atuação do(a) Assistente Social na área da Saúde Mental, em especial nos Centros de Atenção Psicossocial, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe ao profissional uma intervenção que visa ao tratamento de problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas.
- (B) De acordo com Lei nº8.662/03, que regulamenta a profissão de Serviço Social, a realização de terapias constitui atribuição e competência do(a) assistente social.
- (C) Não é permitido ao(a) Assistente Social nesse contexto (Saúde Mental) implementar ações de cunho socioeducativo sobre informações e direitos tanto a pacientes quanto a familiares.
- (D) Cabe ao profissional de Serviço Social tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas, envolvendo prescrição de medicação.
- (E) Um dos documentos que respalda Assistentes Sociais e estagiários que atuam nesse contexto é a Resolução do CFESS nº 569, de 25 de março de 2010, a qual dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do(a) assistente social.

65. Com o passar dos tempos, o profissional de Serviço Social foi se inserindo nas mais diversas áreas e organizações, conquistando muitos campos de trabalho e observando que o agravamento das diversas expressões da questão social necessita também de diversas formas de enfrentamento. Sobre a atuação profissional do(a) Assistente Social, é correto afirmar que

- (A) o Assistente Social atua exclusiva e unicamente na Esfera Estatal.
- (B) a ação profissional segue diretrizes previstas somente no Código de Ética.
- (C) para atuar como Assistente Social o profissional obrigatoriamente necessita estar com o seu Termo de Adesão ao Serviço Voluntário atualizado.
- (D) o assistente social deve pautar a sua ação na viabilização do fortalecimento de espaços democráticos, propiciar a participação dos usuários, ou seja, atuar na perspectiva da garantia dos direitos.
- (E) a ação profissional deve contemplar um embasamento teórico-metodológico eclético, baseado nas diretrizes indicadas na *Rerum Novarum*.

66. Quanto ao Parecer Social e à intervenção profissional do Assistente Social, é correto afirmar que

- (A) o parecer Social não deve exprimir a opinião profissional sobre a referida situação.
- (B) juntamente com a entrega do Parecer Social deve ser anexado e entregue aos setores solicitantes o estudo socioeconômico.
- (C) na realização de um Parecer para a área da saúde, por exemplo, é importante que o profissional foque somente na questão da doença, isoladamente.
- (D) diferentemente do Laudo Pericial e Vistoriais, o Parecer Social não é considerado uma atribuição privativa do Assistente Social.
- (E) o parecer social trata de exposição e manifestação sucinta, com foco na situação analisada a partir da observação e do estudo, sendo concebido como um instrumento de viabilização de direitos que pode contribuir para a concessão de um recurso material, decisão médica pericial ou benefício.

67. Considerando o Projeto Ético Político e a prática investigativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Dada a sua natureza interventiva e investigativa, as atividades de pesquisa inserem-se na profissão juntamente ao seu surgimento, sendo reconhecidas por suas amplas práticas de pesquisa desde a década de 1930.
- (B) Para que a pesquisa em Serviço Social avance ainda mais, é relevante que os profissionais se apropriem de métodos científicos com bases sólidas inspiradas no positivismo.
- (C) Ao Assistente Social, cabe apropriar-se criticamente do conhecimento existente sobre o problema específico com o qual se ocupa, dispensando a bibliografia teórica já existente.
- (D) É relevante que o profissional de Serviço Social seja capaz de compreender, em uma perspectiva de totalidade, a dinâmica social, articulando o conhecimento do modo de produção capitalista com o conhecimento da formação social brasileira, presente no cotidiano profissional.
- (E) Os Assistentes Sociais precisam identificar corretamente as principais mediações entre pluralidade, imediatismo e funcionalismos nas quais atuam com as determinações da questão social no Brasil, para que possam gerar pesquisas de qualidade.

68. O Assistente Social, assim como outros profissionais inseridos no mercado de trabalho, vem sofrendo impactos diretos nas esferas produtivas e estatais. Tais transformações também alteram as relações entre a sociedade e o Estado. O Planejamento Social, além de fazer parte do cotidiano de muitos profissionais, corresponde ao conjunto de atividades intencionais e planejadas, estratégicas, operacionais e organizacionais que visam adequar e integrar a capacidade interna da organização ao ambiente externo. Considerando o exposto, é correto afirmar que

- (A) o planejamento social busca utilizar harmonicamente o planejamento estratégico e sua implementação, buscando também a participação dos vários níveis profissionais existentes, ou ainda da própria sociedade.
- (B) o planejamento social atua de forma a remediar o presente e o futuro, tendo como embasamento o pensamento de que o futuro

se constrói a partir das ações desenvolvidas no século XVI.

- (C) cada organização trabalha o planejamento social de forma igual, o que é absolutamente compreensível, já que existe uma única maneira de abordá-lo e ela não deve ser adequada à realidade de cada local.
- (D) o planejamento social jamais se realiza a partir de um processo de aproximações que tem como centro de interesse a situação delimitada como objeto de intervenção.
- (E) o Planejamento Social constitui-se em uma instância operacional da intervenção profissional na realidade social.

69. Dentre as alternativas que explicitam os diferentes níveis do planejamento social: plano, programa e projeto, assinale aquela que apresenta corretamente os conceitos de tais níveis.

- (A) Plano consiste na etapa que antecede a elaboração dos projetos, uma prévia do que será realizado, a setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto/ Programa consiste no maior nível de abrangência do Planejamento Social / Projeto consiste na menor abrangência que o Plano e o Programa e maior detalhamento de ações de execução das políticas sociais.
- (B) Plano consiste no maior nível de abrangência do Planejamento Social / Programa consiste no menor nível de abrangência que o Plano, setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto / Projeto consiste na menor abrangência que o Plano e o Programa e no maior detalhamento de ações de execução das políticas sociais.
- (C) Plano consiste na menor abrangência que o Plano e o Programa e maior detalhamento de ações de execução das políticas sociais / Programa consiste no menor nível de abrangência que o Plano, setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto / Projeto consiste no maior nível de abrangência do Planejamento Social.
- (D) Plano consiste no maior nível de abrangência do Planejamento Social / Programa consiste no menor nível de abrangência que o Plano, setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto / Projeto consiste no desdobramento do Plano.
- (E) Plano consiste no maior nível de abrangência e no desdobramento do Programa / Programa consiste no menor nível de abrangência que o Plano, setorialização do

Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto / Projeto consiste na menor abrangência que o Plano e o Programa e no maior detalhamento de ações de execução das políticas sociais.

70. Qual instrumental técnico operativo, muito utilizado pelo assistente social, permite a coleta de dados, o conhecimento da realidade e a aproximação com o usuário, contribuindo para a realização do planejamento das ações a serem tomadas e dos encaminhamentos a serem feitos?

- (A) Documentação.
- (B) Entrevista.
- (C) Registro.
- (D) Telefone.
- (E) Visita domiciliar.

71. Um dos fatores que contribuem para a qualificação do(a) Assistente Social é a realização de pesquisas atreladas à realidade. Planejar a pesquisa é fundamental para que o profissional possa definir seu problema de pesquisa, definir as fontes de informação e os melhores procedimentos a serem adotados para que se possa coletar e analisar os dados com sucesso e confiabilidade. Sendo assim, fica claro que o projeto de pesquisa é constituído por etapas bem definidas. A partir do exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) O objeto de pesquisa não pode ser identificado a partir de uma dificuldade encontrada na prática profissional do(a) assistente social, embora nem sempre seja totalmente desconhecido pelo pesquisador.
- (B) Os objetivos de pesquisa são definidos após a sua finalização para que se garanta a coerência textual.
- (C) A pesquisa consiste em trabalhar os conceitos teóricos que dão origem ao problema da investigação, os quais visam descrever como o profissional deve atuar em seu cotidiano.
- (D) O levantamento da literatura (bibliográfica) é intencional e serve para afirmar aquilo que o pesquisador quer comprovar. Para a pesquisa em Serviço Social, é obrigatório o uso de pesquisadores Assistentes Sociais para que se garanta a pureza da pesquisa.
- (E) O cronograma de um projeto de pesquisa tem um caráter flexível, contribuindo com

o controle das etapas a serem executadas pelo pesquisador, otimizando tempo e recursos, pois permite distribuir e organizar as etapas a serem realizadas ao longo da pesquisa.

72. Assinale a alternativa que apresenta corretamente os três níveis/finalidades mais usuais no processo de avaliação do planejamento social.

- (A) Eficácia, eficiência e eloquência.
- (B) Eficiência, eficácia e efetividade.
- (C) Efetividade, eletividade e competência.
- (D) Eficácia, efetividade e eletividade.
- (E) Eficiência, eficácia e eletividade.

73. A respeito dos Projetos Societários e do Projeto Ético-Político do Serviço Social, é correto afirmar que

- (A) os Projetos societários dizem respeito ao tipo de sociedade ideal que se busca e consiste em um projeto individual de vida.
- (B) o Projeto ético-político do Serviço Social é um projeto societário.
- (C) os projetos societários consistem em um projeto macroscópico enquanto um projeto profissional está relacionado às perspectivas particulares de determinada profissão.
- (D) o projeto societário do Serviço Social possui três aspectos complementares que regulam a profissão: indicativos, imperativos e compulsórios.
- (E) os projetos societários consistem em estruturas fixas e imutáveis, que defendem os interesses de determinada classe.

74. Assinale a alternativa que apresenta corretamente os princípios que favorecem o acesso dos usuários aos seus direitos sociais.

- (A) Clientelismo Social, filiação política e cidadania.
- (B) Clientelismo político, coronelismo e populismo.
- (C) Cidadania, Democracia e Participação Social.
- (D) Assistência social, Previdência Social e Pedetismo.
- (E) Participação Social, Controle Social e Clientelismo Social.

75. Quanto às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social, assinale a alternativa correta.

- (A) As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social são essenciais no processo de intervenção profissional e devem estar articuladas nesse processo, ou seja, uma não se sobrepõe às outras.
- (B) A dimensão teórico-metodológica se sobrepõe às demais dimensões, uma vez que permite a apreensão da totalidade do cotidiano objetivamente.
- (C) As três dimensões são fundamentais, entretanto o profissional deve priorizar as dimensões teórico-metodológica e ético-política.
- (D) A dimensão técnico-operativa deve ser priorizada, pois diz respeito à finalidade da ação e do compromisso profissional.
- (E) A dimensão ético-política deve ser priorizada, por se tratar dos referenciais éticos e políticos da sociedade.

76. Considerando as instituições, as organizações sociais e o Serviço Social, assinale a alternativa correta.

- (A) Mesmo considerando a relevância das instituições e organizações sociais no cotidiano profissional, é fato indiscutível que elas representam obstáculos absolutos para a efetivação da ação profissional.
- (B) As competências teóricas, técnico-operativas e ético-política são anuladas quando o(a) Assistente Social é contratado(a) por uma instituição pública ou privada.
- (C) Os recursos disponibilizados pelas instituições e que ficam à disposição dos profissionais de Serviço Social engessam e limitam a sua intervenção, sendo difícil a realização de um trabalho com qualidade.
- (D) A efetivação do trabalho do profissional de Serviço Social ocorre por meio das instâncias institucionais e organizacionais, pois é por meio delas que o(a) Assistente Social acessa os meios necessários para tal efetivação.
- (E) As prioridades na realização do trabalho junto às organizações devem ser sempre definidas e estabelecidas pela instituição, o que nada interfere no cotidiano profissional e nas intervenções que visam à garantia de acesso dos usuários aos serviços.

77. No desenvolvimento de sua prática investigativa, o(a) Assistente Social baseia-se em conceitos teóricos fundamentais acerca da realidade social em que está inserido(a). Tais conceitos (aporte teórico) auxiliam na identificação, análise e proposição de soluções estratégicas junto às demandas que lhe são postas. Com base no exposto, assinale a alternativa que apresenta corretamente os teóricos em que tais conceitos fundamentais clássicos podem ser encontrados.

- (A) Marx, Freud e Fernando Henrique Cardoso.
- (B) Durkheim, Weber e Marx.
- (C) Freud, Piaget e Weber.
- (D) Marx, Lênin e Weber.
- (E) Marx, Freud e Trotsky.

78. No processo histórico de construção do Serviço Social no Brasil, a profissão seguiu princípios que foram oriundos da Igreja Católica, a qual apresentava grande influência sobre a profissão. Alguns documentos escritos pela Doutrina Social da Igreja apontavam o envolvimento dos católicos junto aos problemas sociais da época, norteando valores e princípios pautados em uma visão teórica neotomista. A partir do exposto e considerando a história do Serviço Social, assinale a alternativa que apresenta corretamente duas das encíclicas da Igreja Católica que influenciaram o início da profissão.

- (A) *Ecclesia de Eucharistia* e *Quadragesimo Anno*.
- (B) *Rerum Novarum* e *Gratia Recordatio*.
- (C) *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*.
- (D) *Mediator Dei* e *Non Mediocri*.
- (E) *Une Fois Encontre* e *Caritatis*.

79. A crescente flexibilização das relações de trabalho no Brasil, seja no setor público ou no privado, tem gerado consequências para a categoria profissional. Assinale a alternativa que apresenta corretamente como essas novas relações de trabalho impactam os profissionais de Serviço Social.

- (A) Com a diminuição dos postos de trabalho, é possível perceber uma crescente melhora nos salários da categoria.
- (B) Com a flexibilização das relações de trabalho e redução da jornada de trabalho para 30 horas, houve um aumento considerável de

vagas para os assistentes sociais, o que, por consequência, elevou o piso salarial da profissão.

- (C) Conseguirá se manter ativo no mercado aquele com mais estratégia competitiva. Então, aquele que souber agregar valor financeiro se manterá no mercado.
- (D) O maior impacto provocado pela flexibilização das relações de trabalho para a categoria profissional de Serviço Social foi o surgimento de uma nova profissão chamada de Técnico de Assistência Social, disputando espaços sócio-ocupacionais antes destinados pelos Assistentes Sociais.
- (E) Devido às flexibilizações das relações de trabalho, o(a) Assistente Social tem sido chamado(a) cada vez mais a buscar qualificação e atualização, estando apto(a) a responder as mais variadas demandas oriundas das expressões da questão social brasileira em constante transformação.

80. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma possibilidade de atuação do(a) Assistente Social na instituição Policial Civil.

- (A) Abster-se de qualquer ato ou manifestação coletiva.
- (B) Realizar e interpretar pesquisas sociais, cujos resultados poderão imperativamente anular uma decisão judicial para cumprimento da pena, sem direito a questionamento da autoridade judicial.
- (C) Dentre todas as atribuições, fica vedado ao Assistente Social o cumprimento de plantões presenciais e à distância devido ao stress emocional e psicológico.
- (D) Indicar, à autoridade competente, os casos de detentos que necessitam de orientação e assistência médica externa, contudo o preso só poderá sair com a presença do(a) assistente social.
- (E) Fazer levantamentos sobre a situação socioeconômica do preso, no aguardo de decisão judicial, quando determinado pela autoridade competente.

81. Na atual conjuntura, considerando as demandas institucionais e dos usuários, novas exigências têm sido postas ao Assistente Social em seus diversos espaços sócio-ocupacionais. Nesse sentido, o profissional da atualidade deve ser

- (A) propositivo, possuir habilidades para negociar e mediar conflitos, ser criativo e saber apresentar e defender seus projetos.
- (B) persuasivo, fomentando junto ao usuário a superação da sua incapacidade socioeconômica.
- (C) administrativo, para promover a reengenharia nas instituições em que atua, visto que essa competência está prevista nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, bem como está prevista como um dos deveres do(a) Assistente Social.
- (D) exímio investigador, sendo capaz de desvelar o obscuro presente na vida dos usuários que atende.
- (E) investigativo ao ponto de desenvolver a capacidade de reprodução das teorias, o que o habilita para a organização e a planejamento da vida dos usuários.

82. De acordo com a Lei Complementar nº 46/1994, que institui o Regime Jurídico Único para os servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado do Espírito Santo, de qualquer dos seus Poderes, e dá outras providências, no que diz respeito a sua remuneração, é correto afirmar que

- (A) a remuneração ou provento que o servidor público falecido tenha deixado de receber será repassado ao Estado na sua esfera Estadual.
- (B) o servidor público perderá um terço da remuneração durante os afastamentos por motivo de prisão em flagrante ou decisão judicial provisória, com direito à diferença, se absolvido a final.
- (C) o servidor público ocupante de cargo em comissão, se exonerado durante o período de licença médica ou férias, não fará jus ao recebimento da remuneração respectiva, até o prazo final do afastamento.
- (D) os vencimentos e os proventos dos servidores públicos estaduais deverão ser pagos até o quinto dia útil do mês de trabalho.
- (E) mesmo mediante autorização do servidor público, não poderá haver consignação em folha de pagamento, a favor de terceiros, a fim de não prejudicar a responsabilidade financeira perante si mesmo e seus dependentes.

83. No Decreto nº 1.595-R/2005, que trata do Código de Ética dos Servidores Cíveis do Estado do Espírito Santo, são apresentados os seguintes elementos: competência, honestidade, imparcialidade, integridade, interesse público, respeito, responsabilidade e transparência. Esses elementos, no referido Decreto, dizem respeito

- (A) às disposições gerais.
- (B) ao comitê de ética.
- (C) aos deveres do servidor público.
- (D) aos princípios fundamentais.
- (E) aos direitos do servidor público.

84. A Lei Complementar nº 46/1994 institui o Regime Jurídico Único para os servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado do Espírito Santo, de qualquer dos seus Poderes, e dá outras providências, em seu artigo 142, que diz respeito à Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. A respeito desse assunto, é correto afirmar que

- (A) a comprovação da necessidade de acompanhamento do doente pelo servidor público será feita através da delegacia do trabalho.
- (B) é considerada assistência pessoal a representação pelo servidor público dos interesses econômicos ou comerciais do doente.
- (C) em qualquer hipótese, a licença prevista no artigo será obrigatoriamente renovada de 6 em 6 meses.
- (D) o servidor público efetivo poderá obter licença por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, filhos, pais e irmãos, mediante comprovação médica, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal e que esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.
- (E) em casos especiais, poderá ser dispensada a ida do doente ao órgão médico de pessoal do Estado, não sendo aceitos laudos fornecidos por outra instituição médica oficial da União, de outro Estado ou dos Municípios, ou entidades sediadas fora do País.

85. Ao realizar uma visita domiciliar, o(a) Assistente Social se deparou com a seguinte composição familiar: pai, mãe, 5 filhos (todos com idade menor a 12 anos), avós paternos e 2 tios das crianças.

Considerando esse relato hipotético, o(a) Assistente Social deverá indicar em seu relatório de visita domiciliar que se trata de uma família classificada como

- (A) Família Extensa.
- (B) Família Solidária.
- (C) Família Homoafetiva.
- (D) Família Pluriparental.
- (E) Família Reconstituída.

86. O profissional de Serviço Social deve ser dotado de referenciais teóricos e técnicos que lhe permitam responder as demandas sociais oriundas das expressões da questão social, para que assim possa identificá-las e, então, propor ações de enfrentamento, mediante um cenário de correlações das forças sociais, econômicas e políticas, as quais se unem por meio das relações de poder. Ao realizar a Análise de Conjuntura, o Assistente Social deve considerar alguns elementos que são capazes de congrega o máximo de informações que lhe possibilitarão uma boa interpretação. Assinale a alternativa que apresenta corretamente tais elementos.

- (A) Acolhida, cenários, atores sociais, análise de dados e intervenção.
- (B) Recepção, cenários, atores sociais, relações de força e intervenção.
- (C) Pré-diagnóstico, cenários, atores sociais, relações de forças e pós-diagnóstico.
- (D) Acontecimentos, cenários, atores sociais, relações de força e análise de fatos.
- (E) Acontecimentos, cenários, atores sociais, análise de dados e encaminhamentos.

87. A atuação do(a) Assistente Social se dá em uma determinada realidade social, a qual está em permanente movimento e transformação. A realidade se caracteriza em um campo de relações contraditórias, sendo evidenciada pelas expressões da questão social brasileira. O conhecimento assume, então, um papel significativo perante a categoria profissional, pois auxilia na compreensão da realidade e fundamenta para se chegar até ela, demonstrando uma capacidade analítica e propositiva. Acerca da importância do conhecimento para o Serviço Social, assinale a alternativa correta.

- (A) O conhecimento para o Serviço Social está relacionado à dimensão ético-metodológica e ao Código de Ética Profissional vigente de 1986.

- (B) O conhecimento mais completo para o Serviço Social é o conhecimento prático, o que coloca em segundo plano o rigor teórico-metodológico.
- (C) O conhecimento se apresenta ao Serviço Social enquanto categoria que explana a realidade, desestimando o processo histórico profissional como forma de garantir o materialismo histórico dialético hegeliano.
- (D) A importância do conhecimento e de sua busca para o Serviço Social reside no fato de que, por meio do conhecimento, o profissional consegue garantir uma intervenção imediatista, pautada no assistencialismo que rege a profissão.
- (E) O conhecimento, para o Serviço Social, não é apenas uma forma de saber, mas principalmente, uma maneira de compreender em primeiro momento e, posteriormente, apresentar caminhos seguros para transformar a realidade.

88. Para o Serviço Social, a prática da abordagem é considerada muito significativa e de grande relevância nos processos de intervenção. Dela podem depender os próximos passos a serem dados pelo Assistente Social na condução do atendimento junto ao usuário. Acerca da abordagem no Serviço Social, é correto afirmar que

- (A) a abordagem é uma ação que se encerra em si mesmo.
- (B) o processo de abordagem é invariável e deve seguir uma métrica única: o padrão aprendido no processo de formação profissional, independente da realidade na qual o profissional está inserido. Não cabe ao profissional adaptá-lo.
- (C) é por meio da abordagem que o profissional desenvolve suas relações com a comunidade, por isso é um processo aparentemente simples, intencional, porque possui objetivos já definidos, mediando sempre futuras ações do profissional.
- (D) a abordagem correta pede atenção, pois alerta para alguns cuidados que o profissional deve ter no momento de colocá-la em prática levando em conta prioritariamente as condições subjetivas da situação, uma vez que as expressões da questão social impactam psicologicamente qualquer pessoa.
- (E) a abordagem deve se pautar nos modelos de abordagem das polícias civil e militar, considerando que a abordagem deve

sempre causar um impacto no usuário para que ele demonstre respeito pelo(a) Assistente Social.

89. Quanto à visita domiciliar, recurso utilizado por muitos(as) profissionais em seu cotidiano, é correto afirmar que

- (A) a família não deve ser informada sobre o dia e horário da visita, a fim de não mascarar a realidade.
- (B) a visita domiciliar deve se assemelhar a um instrumento de abstração profissional.
- (C) a visita domiciliar objetiva aplicar a teoria na prática, situação em que se confirma que a teoria vista e estudada no processo de formação acadêmica em nada se aproxima ou contribui para a leitura e análise da realidade do usuário.
- (D) a visita domiciliar não deve ultrapassar 10 minutos. Caso não consiga fazer todas as anotações necessárias, o profissional pode levar consigo um gravador, cujo uso não necessita do consentimento do usuário.
- (E) a visita domiciliar é uma ação voltada para localizar famílias potenciais usuárias do serviço, previamente identificadas; visa compreender a realidade do grupo familiar, suas demandas e necessidades, recursos e vulnerabilidades; fortalecer os vínculos familiares e comunitários, fortalecer o vínculo da família com o serviço; avaliar as mudanças ocorridas a partir da sua participação no serviço.

90. Um dos direitos do profissional, previsto no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social (1993), está relacionado ao aprimoramento profissional de forma contínua. Esse aprimoramento é fundamental para que o(a) Assistente Social realize sua prática profissional com qualidade, eficiência e eficácia, facilitando, assim, uma intervenção mais assertiva junto à demanda apresentada. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o que o aprimoramento contínuo propicia ao profissional.

- (A) Maior fundamentação imediata.
- (B) Maior fundamentação humana-cristã.
- (C) Maior fundamentação teórico-prática.
- (D) Maior fundamentação teórico-assistencialista.
- (E) Maior fundamentação assistencialista e imediatista.

- 91. Sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil, assinale a alternativa correta.**
- (A) O debate no Brasil, no âmbito da tradição marxista, marca um processo de superação do conservadorismo da profissão e está presente nas discussões do movimento de reconceituação latino-americano.
 - (B) O Brasil protagonizou e inovou ao apresentar um projeto de inovação social pautado na Poor Law e Workhouses.
 - (C) O Movimento de Reconceituação do Serviço Social tanto na América Latina quanto no Brasil rompe definitivamente com o conservadorismo imposto pela Igreja Católica, a partir da adoção das ideias marxistas.
 - (D) O Movimento de Reconceituação deu origem, na América Latina e no Brasil, ao Movimento Caras-Pintadas, em sinal de oposição à ordem política vivida naquele momento.
 - (E) Na América Latina, exceto no Brasil, o movimento foi caracterizado pela homogeneidade teórica pautada em Freud, que embasou as intervenções profissionais e a análise das relações sociais da época.
- 92. Um dos marcos do início do Movimento de Reconceituação do Serviço Social em 1965 foi a realização do(a)**
- (A) Experiência do Método BH.
 - (B) Seminário de Teorização de Araxá.
 - (C) III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.
 - (D) VII Congresso Interamericano de Serviço Social.
 - (E) I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social.
- 93. A Lei nº 8.662 de 1993 que regulamenta a profissão de Assistente Social no Brasil enfatiza as atribuições privativas ao profissional no que diz respeito à realização de estudos sociais, de perícias e de laudos, especificamente no que tange às questões relacionadas à profissão, tratando da atuação do(a) Assistente Social no contexto sociojurídico. O estudo social se configura em uma das principais ferramentas de fundamentação para a intervenção profissional. Quanto à função do estudo social no contexto sociojurídico, assinale a alternativa correta.**

- (A) É função do estudo social emitir parecer à autoridade solicitante.
- (B) É função do estudo social mapear a realidade econômica dos sujeitos.
- (C) É função do estudo social diagnosticar e emitir parecer com a equipe multidisciplinar.
- (D) É função do estudo social fomentar as competências e habilidades dos profissionais de Serviço Social.
- (E) É função do estudo social colaborar internamente nas decisões econômicas e políticas das instituições.

- 94. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) está contemplado na Proteção Social Especial de Média Complexidade da Política Nacional de Assistência Social e, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, deve ofertar serviços especializados. No que tange às atividades profissionais no CREAS, assinale a alternativa correta.**

- (A) O CREAS tem sua abrangência e gestão Federal, pois não cabe à esfera estadual a gestão desse equipamento público, mesmo quando regionalizado, devido às ações e diretrizes ministeriais.
- (B) Cabe ao CREAS a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF com o objetivo de prevenir o rompimento de vínculos familiares.
- (C) O CREAS realiza a prestação de serviços a indivíduos e familiares que se encontram com direitos violados que demandam intervenções da proteção social especial.
- (D) Cabe ao CREAS a prestação de serviços a indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social com foco no desenvolvimento de atividades preventivas e terapêuticas.
- (E) A abrangência e gestão do CREAS é essencialmente regional, não sendo permitida a gestão municipal, pois cabe ao município somente a gestão do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

- 95. O(a) Assistente Social, no desenvolvimento das suas atividades junto à Política de Assistência Social atual, tem a incumbência de realizar o trabalho com famílias. Essa prática é anterior à Política de Assistência Social de 2004. Independente do espaço sócio-ocupacional, é importante que o profissional tenha a compreensão do**

trabalho ofertado pela rede de serviços, para que haja um fortalecimento das ações realizadas junto às famílias. Nesse sentido, assinale a alternativa correta acerca do trabalho com famílias.

- (A) O trabalho com famílias pode ocorrer por meio dos núcleos socioeducativos como espaço de discussão, vivências e reflexões, e há indicação para a abordagem de questões relacionadas às etapas dos ciclos de vida familiar.
- (B) O trabalho com famílias deve considerar a família como homogênea, onde as relações entre seus membros são simétricas, abolindo as diferenciações de gênero e de geração.
- (C) Os objetivos do trabalho social com famílias devem ser a autonomia e o protagonismo, compreendidos na perspectiva de participação individual ao invés da coletiva, o que, segundo indicadores, vem representando grande avanço.
- (D) A noção de autonomia das famílias deve-se restringir à busca de respostas e soluções dos problemas imediatos, relacionados a conflitos sociais, religiosos e culturais.
- (E) O trabalho com família consiste exclusivamente na realização de atividades com grupos etários, pois, ao dividir por faixa etária, facilita-se para que o(a) Assistente Social proporcione ao usuário a visão de onde está o seu desajuste na sociedade.

96. A Política Nacional de Saúde Mental é uma ação do Governo Federal, sob a coordenação do Ministério da Saúde. A política prevê estratégias e as diretrizes a serem adotadas para a organização da assistência específica. Acerca do estabelecido na Política Nacional de Saúde Mental, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Ambulatórios Multiprofissionais de Saúde Mental são compostos por médico Psiquiatra, Terapeuta Ocupacional e Enfermeiro, tendo como profissionais consultivos os Assistentes Sociais e Psicólogos.
- (B) A política abrange a atenção a pessoas com necessidades relacionadas a transtornos mentais como depressão, ansiedade, esquizofrenia, transtorno afetivo bipolar e transtorno obsessivo-compulsivo.
- (C) O atendimento oferecido pelo CAPS I compreende a faixa etária de 18 a 60 anos para pessoas com transtornos mentais

leves, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas, atendendo cidades e/ou regiões com mais de 90 mil habitantes.

- (D) A política não prevê o atendimento a pessoas com quadro de uso nocivo e dependência de substâncias psicoativas, como álcool, cocaína, crack e outras drogas, ficando esse atendimento a cargo da Segurança Pública, dado o alto índice de violência desencadeado pelo uso de substâncias psicoativas
- (E) A política prevê uma estrutura de Atendimento específica denominada RAPS – Rede de Atenção Psicossocial, composta por Centros de Atenção Psicossocial, SAMU, sala de estabilização, UPA 24h e pronto-socorro, Serviços Residenciais Terapêuticos, Ambulatórios Multiprofissionais de Saúde Mental, Comunidades Terapêuticas, Enfermarias Especializadas em Hospital Geral, Hospital-Dia, Centro de Referência Especializado de Serviço Social e Instituição de Longa Permanência.

97. O termo burocracia apresenta uma indicação da forma de organização com base na racionalidade das leis. A conotação negativa dos papéis e regulamentos tem sua origem nas disfunções das organizações burocráticas. Um dos seus pioneiros e teóricos de maior renome foi um cientista social do século XX, que entendeu que a Burocracia é importante para as organizações e o que se deve criticar é o excesso da burocracia, que, muitas vezes, gera o engessamento dos processos e do trabalho, sendo causador da ineficiência. A partir do exposto, assinale a alternativa que apresenta o precursor da Teoria da Burocracia.

- (A) George Rousseau.
- (B) Albert Einstein.
- (C) Silvio Lane.
- (D) Charles Darwin.
- (E) Max Weber.

98. Os agrupamentos de pessoas que se organizam em prol de objetivos comuns, que se solidificaram desde a pré-história, para atender às necessidades humanas e estão por toda parte, como empresas, bancos, escolas e universidades, igrejas, hospitais etc., são chamados de

- (A) Fundações.
- (B) Associações.
- (C) Governo.
- (D) Organizações.
- (E) Mobilizações.

99. Ao levar informações aos usuários, o Assistente Social possibilita que estes conheçam seus direitos, deveres e oportunidades diversas de se tornarem sujeitos de sua história de vida. Para que tais informações cheguem até os seus destinatários, o Assistente Social deve lançar mão de estratégias e planejamentos criativos, inovadores e bem elaborados, bem como valer-se dos mais diversos espaços e oportunidades para se aproximar deles. Assinale a alternativa que NÃO apresenta possibilidades de intervenção profissional do(a) Assistente Social.

- (A) São boas ferramentas de comunicação os murais, pátios e bibliotecas (seja na empresa, na igreja, secretarias, espaços públicos ou qualquer outro espaço pelo qual o usuário e/ou seus familiares transitam).
- (B) O(a) Assistente Social deve estar atento(a) aos espaços coletivos, pois esses se constituem em ótimos espaços para disseminar informações.
- (C) Treinamentos e grupos bem planejados e direcionados surtem ótimos resultados. Contudo o(a) Assistente Social não pode esquecer de estar alinhado(a) às chefias responsáveis.
- (D) É importante que o(a) Assistente Social extrapole a sua sala de atendimento, o espaço de intervenção profissional vai além do espaço físico.
- (E) O(a) Assistente Social deve se valer das Leis na íntegra, utilizando termos técnicos junto aos usuários, assumindo assim a dimensão pedagógica e educativa da profissão, promovendo a inclusão dos mais simples ao proporcionar que eles se sintam parte do universo legislativo e suas descritivas.

100. A prática social humana, enquanto atividade transformadora, envolve três dimensões: Dimensão Produtiva, Dimensão Investigativa e Dimensão Social/Política. Nessa perspectiva, o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, possui duas naturezas que lhe permitem recriar as possibilidades profissionais como sujeito que contribui com a sociedade e produzir conhecimento/saberes capazes de subsidiar a intervenção profissional. Quais são essas naturezas?

- (A) Natureza interventiva e natureza defensiva.
- (B) Natureza investigativa e natureza punitiva.
- (C) Natureza interventiva e natureza investigativa.
- (D) Natureza interventiva e natureza criativa.
- (E) Natureza investigativa e natureza alusiva.

.....
ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.
.....



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº 001/2018 - PCES
NÍVEL SUPERIOR

ASSISTENTE SOCIAL

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 15
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	16 a 20
Noções de Direito Administrativo	21 a 30
Noções de Direito Processual Penal	31 a 40
Noções de Direito Penal	41 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100

TARDE

PROVA 02

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 01 a 11

Projetos e Ações: Papo de Resposta

O Programa Papo de Resposta foi criado por policiais civis do Rio de Janeiro. Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e, em parceria com a polícia carioca, trouxe para o Estado.

O ‘Papo de Resposta’ é um programa de educação não formal que – por meio da palavra e de atividades lúdicas – discute temas diversos como prevenção ao uso de drogas e a crimes na internet, bullying, direitos humanos, cultura da paz e segurança pública, aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.

O projeto funciona em três etapas e as temáticas são repassadas pelo órgão que convida o Papo de Resposta, como escolas, igrejas e associações, dependendo da demanda da comunidade. No primeiro ciclo, denominado de “Papo é um Papo”, a equipe introduz o tema e inicia o processo de aproximação com os alunos. Já na segunda etapa, os alunos são os protagonistas e produzem materiais, como músicas, poesias, vídeos e colagens de fotos, mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada. No último processo, o “Papo no Chão”, os alunos e os policiais civis formam uma roda de conversa no chão e trocam ideias relacionadas a frases, questões e músicas direcionadas sempre no tema proposto pela instituição. Por fim, acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles e também como os adolescentes reagiram diante das novas informações.

Disponível em <<https://pc.es.gov.br/projetos-e-acoas>>. Acesso em: 30/ jan./2019.

- 1. O nome escolhido para o projeto revela uma variante linguística escolhida com o objetivo comunicativo de**
 - (A) disfarçar um preconceito linguístico.
 - (B) denotar expressividade, ao zombar, de maneira criativa, do modo como os jovens falam.
 - (C) aproximar-se do público-alvo, por meio da utilização de uma mesma variante linguística.
 - (D) atingir o público-alvo, marcando intimidade, por meio de uma linguagem formal.
 - (E) revelar a diferença estilística ocupacional, ao usar um jargão dos policiais.
- 2. Em “[...] acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída corretamente, sem que haja alteração semântica ou sintática, por**
 - (A) a fim de que.
 - (B) afim de que.
 - (C) conquanto que.
 - (D) com quanto que.
 - (E) porquanto que.
- 3. De acordo com o Texto, assinale a alternativa correta.**
 - (A) O programa é realizado em todo o país, mas apenas em 2013 foi levado ao Espírito Santo, por meio da polícia carioca.
 - (B) A família dos adolescentes deve acompanhar todas as etapas do projeto social.
 - (C) Os temas trabalhados são escolhidos a partir da necessidade da instituição solicitante.
 - (D) No projeto, busca-se conhecer a perspectiva dos adolescentes, para que, a partir disso, seja imposta uma forma de se comportar corretamente em sociedade.
 - (E) O projeto objetiva levar os adolescentes a seguirem a carreira policial.
- 4. Assinale a alternativa que reescreve a seguinte oração em destaque, utilizando um conector adequado ao sentido que ela expressa.**

“[...] os alunos são os protagonistas e produzem materiais [...], mostrando a

percepção deles sobre a problemática abordada.

- (A) "[...] desde que mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (B) "[...] para mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (C) "[...] quando mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (D) "[...] embora mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (E) "[...] apesar de mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada."

5. No excerto “[...] aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.”, a preposição “da”, na expressão em destaque, indica

- (A) posse.
- (B) modo.
- (C) meio.
- (D) alvo.
- (E) tempo.

6. Quando se redige um texto manuscrito, é necessário conhecer as regras de separação silábica. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa em que os vocábulos apresentam separação silábica correta.

- (A) Pri-me-i-ro / a-pro-xi-ma-çã-o.
- (B) E-qui-pe / me-i-o.
- (C) Intr-oduz / rea-gi-ram.
- (D) I-ni-ci-a / a-ca-de-mi-a.
- (E) Pro-ce-ss-o / in-sti-tu-i-ção.

7. “Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e [...] trouxe para o Estado”.

A expressão em destaque no excerto apresentado pode ser substituída adequadamente, considerando a escolha pronominal e sua colocação, por

- (A) conheceu-o.
- (B) os conheceu.
- (C) conheceu-lhe.
- (D) conheceu-no.
- (E) lhe conheceu.

8. Assinale a alternativa em que as alterações feitas no excerto do 2º parágrafo do texto mantenham a correção gramatical, quanto à concordância verbal, no trecho apresentado.

- (A) É discutido temas diversos no programa.
- (B) São trabalhadas palavras e atividades lúdicas.
- (C) Temas como direitos humanos e a cultura da paz aproxima os policiais da comunidade.
- (D) A educação não formal é trabalhado pelo projeto “Papo de resposta”.
- (E) Aproxima-se os policiais da comunidade e dos adolescentes.

9. Assinale a alternativa em que a conjugação e a grafia dos verbos completam adequadamente todas as lacunas da seguinte frase.

“Se algum órgão da comunidade _____ o programa “Papo de Resposta”, os policiais _____ o local e _____ o projeto.

- (A) convocam – visitarão – realizam
- (B) convocasse – visitão – realizarão
- (C) convocar – visitariam – realização
- (D) convocão – visitam – realizarão
- (E) convoca – visitam – realizam

10. Considere a regência dos verbos em destaque e assinale a alternativa correta.

- (A) O projeto aspira a aproximação com a comunidade.
- (B) O projeto visa à aproximação com a comunidade.
- (C) Como os adolescentes preferem mais as atividades lúdicas, elas são a base da segunda etapa.
- (D) Os policiais capixabas assistem à comunidade no que ela necessita.
- (E) Os policiais capixabas visam na comunidade o que ela necessita.

11. Dentre os processos existentes para formar novas palavras, verifica-se que o substantivo “resposta” é formado por

- (A) derivação prefixal.
- (B) derivação parassintética.
- (C) redução.
- (D) hibridismo.
- (E) composição por aglutinação.

Utilize o Texto II para responder as questões de 12 a 15.



Disponível em: <<https://meumundocommafalda.wordpress.com/2013/03/09/tirinha-no-92/>>. Acesso em 01/fev./2019.

- 12. De acordo com a tirinha da Mafalda, assinale a alternativa INCORRETA.**
- (A) As formigas são elementos que tematizam os pequenos problemas cotidianos.
 - (B) A atitude do pai da Mafalda e da Mafalda opõem-se.
 - (C) O texto suscita uma crítica a reações desproporcionais diante de situações corriqueiras.
 - (D) A menção à morte das duas pessoas indica que a guerra do Vietnã foi uma tragédia sem precedentes.
 - (E) O verbo no presente em “Não há desgraça pior do que as formigas!” visa indicar que o conteúdo dessa afirmação é um problema constante.
- 13. Assinale a alternativa que indica a figura de linguagem presente no segundo quadrinho da tira.**
- (A) Pleonasma.
 - (B) Metonímia.
 - (C) Antonomásia.
 - (D) Eufemismo.
 - (E) Hipérbole.
- 14. Em “Que tragédia!”, o “Que” tem função de**
- (A) advérbio.
 - (B) substantivo.
 - (C) pronome relativo.
 - (D) conjunção integrante.
 - (E) interjeição.
- 15. Considere os elementos da comunicação e as funções da linguagem na tira da Mafalda e assinale a alternativa INCORRETA.**
- (A) A personagem Mafalda aparece como uma receptora da mensagem enunciada por seu pai.
 - (B) O rádio funciona como um canal de comunicação.
 - (C) Em “Formigas!”, há ênfase na função fática.
 - (D) Em “Mais vítimas na guerra do Vietnã [...]”, há ênfase na função referencial.
 - (E) Em “Não há desgraça maior que formigas”, há ênfase na função emotiva.

Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

16. O amparo assistencial e previdenciário do Estado ao funcionário policial e sua família compreenderá, EXCETO

- (A) pensões especiais.
- (B) frequência a cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional.
- (C) previdência e seguro social.
- (D) assistência médica ambulatorial, dentária, hospitalar e creche.
- (E) assistência judiciária, para processos judiciais decorrentes do exercício ou não do cargo.

17. No que se refere à responsabilização do funcionário policial pelo exercício irregular de suas atribuições, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário policial nessa qualidade.
- (B) a responsabilidade civil decorre unicamente de procedimento doloso; que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou terceiros.
- (C) o agente executante, no cumprimento da ordem emanada de autoridade superior, fica exonerado da responsabilidade pelos excessos que cometer.
- (D) o funcionário policial que deixar habitualmente de saldar dívidas legítimas não estará cometendo transgressão disciplinar.
- (E) a indenização do prejuízo causado à Fazenda Estadual poderá ser liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento do funcionário policial, desde que autorizado por escrito pelo funcionário.

18. A respeito das licenças permitidas ao funcionário policial, é correto afirmar que

- (A) o funcionário policial não poderá ser licenciado para tratar de interesses particulares.
- (B) a licença para tratamento de saúde somente poderá ser concedida a pedido do funcionário policial, não podendo ser concedida "ex-offício".
- (C) o funcionário policial poderá, atendidos os requisitos legais, obter licença por motivo de doença nas pessoas dos pais, do cônjuge, dos filhos ou pessoas que vivam às suas expensas e que constem do seu assentamento individual.

- (D) o funcionário policial acidentado no exercício de suas atribuições ou que tenha contraído doença profissional terá direito à licença com vencimento ou remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (E) ao funcionário policial que for convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional será concedida licença sem vencimento ou remuneração.

19. Assinale a alternativa correta a respeito da aposentadoria e proventos do funcionário policial.

- (A) Os proventos da aposentadoria serão proporcionais ao tempo de serviço quando o funcionário policial invalidar-se por acidente ocorrido no exercício de suas atribuições ou pela constatação de doença profissional.
- (B) Nenhuma aposentadoria terá seu provento inferior a 50% do vencimento do respectivo cargo.
- (C) As gratificações de função policial civil e de risco de vida incorporam-se ao provento de aposentadoria, independentemente do tempo de percepção.
- (D) A concessão da aposentadoria é de competência do Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.
- (E) Em nenhuma hipótese, os proventos da inatividade poderão exceder à remuneração percebida na atividade.

20. Recompensa é o reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial. Sobre recompensa, assinale a alternativa correta.

- (A) O elogio não é considerado uma recompensa pelo Estatuto do Funcionário Policial do Espírito Santo.
- (B) A concessão de Medalhas a título de recompensas, nos termos da lei, se dará por meio de decreto do Poder Executivo.
- (C) A Medalha do Serviço Policial destina-se a premiar o funcionário policial que praticar ato de bravura ou de excepcional relevância para a organização policial ou para a sociedade.
- (D) A dispensa total do serviço até 30 dias é recompensa concedida pelo reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial.
- (E) A Medalha do Mérito Policial destina-se a premiar o funcionário policial pelos bons serviços prestado à causa da ordem pública, ao organismo policial e à coletividade policial.

21. Assinale a alternativa correta acerca do controle e da fiscalização da administração.

- (A) A competência do sistema de controle interno nos poderes da União restringe-se ao exercício do controle sobre entidades da administração pública direta, indireta, fundacional e autárquica.
- (B) O controle judicial se sobrepõe ao controle administrativo.
- (C) Os órgãos do Poder Executivo, assim como os órgãos dos demais Poderes quando realizarem função administrativa, sujeitar-se-ão ao controle interno e externo.
- (D) O controle administrativo, que consiste no acompanhamento e na fiscalização do ato administrativo por parte da própria estrutura organizacional, configura-se como controle de natureza interna, privativo do Poder Executivo.
- (E) O controle externo no Brasil é exercido a priori e a posteriori, mas não de forma concomitante.

22. Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

- (A) A teoria do risco integral obriga o Estado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aperfeiçoamento.
- (B) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, podendo o cidadão propor ação diretamente contra o servidor que tenha lhe provocado prejuízo.
- (C) Em caso de responsabilidade decorrente de ato praticado por servidor público, a obrigação de reparar o dano limita-se ao próprio servidor público.
- (D) As entidades da administração indireta responderão objetivamente pelos danos que nessa qualidade causarem a terceiros, mesmo quando os danos por elas provocados decorrerem da atividade econômica de natureza privada.
- (E) O servidor público somente responde regressivamente ao Estado pela indenização que este tiver que pagar a terceiros por danos que aquele tiver causado por dolo.

23. Assinale a alternativa correta acerca de Estado, Governo e Administração Pública.

- (A) Segundo a Constituição Federal, a tripartição de funções é absoluta no âmbito do aparelho do Estado.
- (B) O estudo da administração pública, do ponto de vista subjetivo, abrange a maneira como o Estado participa das atividades econômicas privadas.
- (C) O Estado constitui a nação politicamente organizada, enquanto a administração pública corresponde à atividade que estabelece objetivos do Estado, conduzindo politicamente os negócios públicos.
- (D) Os conceitos de governo e administração não se equiparam; o primeiro refere-se a uma atividade essencialmente política, ao passo que o segundo, a uma atividade eminentemente técnica.
- (E) Tradicionalmente, na Doutrina, os elementos apontados como constitutivos do Estado são: o povo, a uniformidade linguística e o governo.

24. Assinale a alternativa correta acerca de conceito e fontes do Direito Administrativo.

- (A) O sistema de direito administrativo anglo-americano teve origem na França e é focado, essencialmente, em reger as relações entre cidadãos e Administração, fixando prerrogativas e deveres à Administração.
- (B) O sistema de direito administrativo europeu continental deixa para o âmbito do direito privado as relações entre Estado e cidadãos. A jurisdição é una, exercida exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- (C) Os costumes não constituem fonte do direito administrativo.
- (D) O Direito Administrativo, dentre outros conceitos, pode ser definido como o ramo do direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
- (E) O direito administrativo visa à regulação das relações jurídicas entre servidores e entre estes e os órgãos da administração, ao passo que o direito privado regula a relação entre os órgãos e a sociedade.

25. Assinale a alternativa correta acerca dos princípios do Direito Administrativo.

- (A) O princípio administrativo do interesse público é um princípio implícito da administração pública.
- (B) O princípio da legalidade no direito administrativo preconiza que o administrador público está sujeito às exigências do bem comum, e delas não se pode afastar ou desviar, sendo que o cidadão poderá fazer tudo o que a lei não proíba e o administrador público poderá fazer tão somente o que diz a lei.
- (C) Os princípios do direito administrativo são apenas os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.
- (D) O princípio da isonomia manifesta a imposição da administração em divulgar seus atos que são divulgados no diário oficial, seja da União, do Estado ou do município, na forma de obrigação constante na lei para garantir a transparência da administração.
- (E) O princípio da eficiência não está implícito em outros princípios.

26. Assinale a alternativa INCORRETA acerca do que preconiza o Direito Administrativo sobre a organização administrativa.

- (A) Órgão Público pode ser definido como pessoa jurídica de natureza pública, com personalidade jurídica própria e com atribuições para atuar em prol do interesse público.
- (B) As Secretarias de Estado são órgãos públicos que integram a administração direta.
- (C) As áreas em que poderão atuar as fundações públicas são definidas e estabelecidas por lei complementar.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) Um ministério criado no âmbito da União é órgão sem personalidade jurídica própria, sendo componente da administração direta.

27. Assinale a alternativa correta acerca da extinção, desfazimento e sanatória do ato administrativo.

- (A) A anulação é a retirada, do mundo jurídico, de um ato válido, mas que, segundo critério discricionário da administração, tornou-se inoportuno ou inconveniente.

- (B) A revogação ocorre quando há um vício no ato relativo à legalidade ou legitimidade; nunca por questões de mérito administrativo.
- (C) A revogação é um ato discricionário e tem como critério a conveniência e oportunidade.
- (D) A extinção objetiva do ato se dá pelo desaparecimento do sujeito detentor do benefício do ato.
- (E) A designação de ato administrativo abrange toda atividade desempenhada pela administração.

28. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos atos administrativos.

- (A) Os atos administrativos têm origem no Estado ou em agentes investidos de prerrogativas estatais.
- (B) Todo ato praticado no exercício da função administrativa consiste em ato da administração.
- (C) A morte de um funcionário que gera vacância de um cargo não é considerada um ato administrativo.
- (D) Os atos administrativos incluem os despachos de encaminhamento de papéis e os processos.
- (E) Os fatos administrativos não admitem nem anulação nem revogação.

29. Assinale a alternativa correta acerca dos poderes administrativos.

- (A) O fundamento do poder de polícia é a predominância do interesse público sobre o particular, o que torna ilegítima qualquer discricionariedade no exercício desse poder.
- (B) O Judiciário não pode exercer o poder hierárquico por ser este exclusivo do Executivo.
- (C) Decorre do poder disciplinar o ato da autoridade superior de avocar para a sua esfera decisória ato da competência de agente a ele subordinado.
- (D) Configura excesso de poder o ato do administrador público que remove um servidor de ofício com o fim de puni-lo.
- (E) A remoção de ofício de um servidor, como forma de puni-lo por faltas funcionais, configura abuso de poder.

30. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos poderes administrativos.

- (A) O poder regulamentar consiste na possibilidade de o chefe do Poder Executivo editar atos administrativos gerais e abstratos, expedidos para dar fiel execução da lei.
- (B) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.
- (C) O poder hierárquico é o poder de que dispõe a administração para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- (D) O agente público incorre em desvio de poder quando, mesmo dentro de sua esfera de competência, atua afastando-se do interesse público.
- (E) É possível que o agente administrativo avoque para a sua esfera decisória a prática de ato de competência natural de outro agente de mesma hierarquia, para evitar a ocorrência de decisões eventualmente contraditórias.

Noções de Direito Processual Penal

31. Sobre as prisões cautelares admitidas no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa que reproduz corretamente conceito jurídico ou dispositivo legal.

- (A) Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, logo após ocorrer situação que faça suspeitar ser ele o autor da infração.
- (B) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante ainda que com o condutor assinem outras duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- (C) Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal com arbitramento de fiança.
- (D) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo, quando, por motivos de saúde, não puder aguardar o restabelecimento da primeira.

- (E) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

32. Sobre processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, tais como os peritos criminais, assinale a alternativa correta de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

- (A) A juntada de inquérito policial preparatório é indispensável nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito.
- (B) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias úteis.
- (C) A notificação do acusado para, previamente ao recebimento da denúncia, manifestar-se sobre o tema, apresentando sua defesa e evitando que seja a inicial recebida, se estende ao particular que seja coautor ou partícipe.
- (D) O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.
- (E) Caso seja recebida a denúncia ou queixa, a despeito da impugnação formulada pelo funcionário, é dispensável que ele tome ciência disso mediante citação formal, podendo defender-se nos autos do processo-crime como integrante formal do polo passivo.

33. Qual é o caráter do inquérito policial no direito brasileiro?

- (A) Negocial jurídico de direito público.
- (B) Meio processual constitucional de impugnação de delito.
- (C) Procedimento de cunho militar quando iniciado por lavratura de boletim de ocorrência pela Polícia Militar.
- (D) Parametrização de direito privado até o recebimento da denúncia ou queixa.
- (E) Procedimento administrativo preparatório.

34. Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial será iniciado

- (A) de ofício pela autoridade policial.
- (B) a requerimento do ofendido ou, se ausente, ao cônjuge, ascendente, descendente ou seu irmão.
- (C) por requisição do Poder Judiciário.
- (D) com a lavratura de boletim de ocorrência de terceiro interessado ao fato e alheio ao ofendido.
- (E) por requisição do Ministério Público ou a requerimento do ofendido.

35. Sobre a disciplina do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá intimar o indiciado para que o mesmo seja interrogado em Juízo sob pena de incorrer em crime de desobediência.
- (B) A autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado no curso do inquérito policial e enviará autos ao membro do Ministério Público para que dê sua opinião sobre o eventual delito.
- (C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- (D) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito se o Ministério Público ou o ofendido não mais requisitarem ou requererem novas diligências.
- (E) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá enviar os peritos criminais ao local imediatamente enquanto ouve o ofendido na sede do distrito policial.

36. O Código de Processo Penal descreve a fase probatória do inquérito policial e do processo penal, devendo os agentes estatais cumprirem seus dispositivos. Sobre o tema "prova", é correto afirmar que

- (A) o Juízo poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação se eles forem originários de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (B) a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, vedado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de

diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

- (C) o Juízo deve ordenar, antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando seu poder geral de cautela.
- (D) as partes, pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, têm o direito de participar da colheita da prova, influndo na sua formação, dentro de critérios regrados, porém o réu não tem o direito de tomar ciência das provas coletadas em grau sigiloso, exceto quando sobrevier seu interrogatório judicial.
- (E) o exame do corpo de delito não é considerado meio de prova direto ou indireto, mas tão somente peça processual integrante do acervo inquisitorial.

37. Sobre o regramento das provas ilícitas e das provas derivadas das ilícitas, assinale a alternativa completamente correta.

- (A) As provas ilícitas devem ser autuadas em apartado dos autos originários, para que sejam devidamente arquivadas caso se façam necessárias em outros procedimentos na perspectiva da prova emprestada.
- (B) Quando as provas derivadas das ilícitas puderem ser obtidas por uma fonte independente das provas originárias ilícitas, o Juízo ordenará o desentranhamento delas, sob pena de prevaricação.
- (C) A decisão que determina o desentranhamento da prova declarada inadmissível não pode ser eivada de preclusão, prescrição ou decadência.
- (D) A doutrina da ilicitude por derivação (teoria dos "frutos da árvore envenenada") repudia, por constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios, que, não obstante produzidos, validamente, em momento ulterior, acham-se afetados, no entanto, pelo vício (gravíssimo) da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal.
- (E) Considera-se fonte independente aquela que por si só ou conjuntamente, seguindo os trâmites típicos ou atípicos, próprios da instrução processual, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

- 38. Tratando das provas penais admissíveis pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**
- (A) Exame de corpo de delito é a verificação da prova da existência do crime, feita por peritos, diretamente, ou por intermédio de outras evidências, quando os vestígios, ainda que materiais, desapareceram.
 - (B) Vestígio material é aquele tal qual o rastro do crime que se perde tão logo a conduta criminosa finda, pois não é mais captável nem passível de registro pelos sentidos humanos.
 - (C) Quando a infração deixar vestígios (o rastro, a pista ou o indício deixado por algo ou alguém), será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
 - (D) O exame do corpo de delito será prioritário tão somente em crimes contra a dignidade sexual e em delitos envolvendo violência física contra crianças.
 - (E) O exame de corpo de delito só poderá ser feito em qualquer hora de dia matutino ou vespertino, ou em períodos em que a luz solar possa iluminar o objeto.
- 39. Tratando das perícias em geral, com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**
- (A) Os peritos elaborarão o laudo pericial no prazo máximo de 10 dias improrrogáveis, onde descreverão minuciosamente o que examinarem e responderão aos quesitos formulados.
 - (B) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.
 - (C) O laudo sobre o cadáver encontrado deve ser redigido pelos peritos de maneira textual e descritiva, sendo vedado qualquer desenho que não represente a fotografia real do corpo.
 - (D) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia e, obrigatoriamente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.
 - (E) A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, sendo vedado aos peritos fazer a autópsia antes daquele prazo.

- 40. A respeito da produção probatória no processo penal brasileiro, assinale a alternativa integralmente correta.**
- (A) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova documental produzida por terceiro poderá suprir-lhe a falta.
 - (B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar exclusivamente por determinação da autoridade policial, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou do ofendido.
 - (C) Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.
 - (D) Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e objetivamente descreverão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.
 - (E) No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, observar-se-á que, para a comparação, unicamente servirão aqueles documentos que já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de punho da pessoa analisada.

Noções de Direito Penal

- 41. Uma conduta ilícita é contrária ao direito. Porém pode haver conduta típica que não seja ilícita, aparecendo as chamadas excludentes de ilicitude. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.**
- (A) Somente não será considerado crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade e legítima defesa.
 - (B) As excludentes de ilicitude são apenas as definidas em Lei, especificamente determinadas pelo Código Penal, chamadas de excludentes de ilicitude legais.
 - (C) No estado de necessidade, aplica-se a excludente ainda que o sujeito não tenha conhecimento de que age para salvar um bem jurídico próprio ou alheio.
 - (D) Pode agir em estado de necessidade aquele que possui o dever legal de enfrentar o perigo.

- (E) São requisitos legais do estado de necessidade: perigo atual; ameaça a direito próprio ou alheio; situação não causada voluntariamente pelo sujeito; inexistência de dever legal de enfrentar o perigo.
- 42. Em alguns casos, o crime exige uma condição especial do sujeito ativo, podendo ser classificado em crimes comuns, próprios, de mão própria, bi próprios, etc. Referente ao tema, assinale a alternativa correta.**
- (A) Crime próprio pode ser praticado por qualquer pessoa, não sendo exigida uma condição ou qualidade especial do sujeito ativo.
- (B) Crimes funcionais são crimes praticados por funcionários públicos contra a administração. Esses crimes admitem a coautoria e a participação de terceiros, podendo esse terceiro ser funcionário público ou não.
- (C) O crime de falso testemunho é considerado um crime próprio, podendo ser praticado por qualquer pessoa, portanto a lei não exige uma qualidade especial do sujeito ativo.
- (D) O sujeito ativo pode ser tanto quem realiza o verbo típico ou possui o domínio finalista do fato como quem, de qualquer outra forma, concorre para o crime, sendo representado apenas pelo autor e coautor.
- (E) O sujeito ativo, para poder ser responsabilizado, será pessoa física, não podendo ser pessoa jurídica conforme determina a Constituição Federal.
- 43. É importante a fixação do tempo em que o crime se considera praticado para, entre outras coisas, compreender a lei que deverá ser utilizada, aplicada, e estabelecer a imputabilidade do sujeito. Com relação ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a**
- (A) Teoria da Relatividade.
- (B) Teoria da Consumação.
- (C) Teoria da Atividade.
- (D) Teoria da Ubiquidade.
- (E) Teoria da Habitualidade.
- 44. João subtrai para si um pacote de bolachas no valor de R\$ 10,00 de um grande supermercado e o fato se encaixa formalmente no art. 155 do Código Penal. Em virtude da inexpressividade da lesão causada ao patrimônio da vítima e pelo desvalor da conduta, incide o princípio**
- da insignificância que tem sido aceito pela doutrina e por algumas decisões judiciais como excludente de**
- (A) punibilidade.
- (B) tipicidade material.
- (C) culpabilidade.
- (D) ilicitude formal.
- (E) executividade.
- 45. Segundo o art. 6º do Código Penal, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria se produzir o resultado. Existem várias teorias acerca do lugar do crime. Qual é a Teoria adotada pelo Código Penal vigente?**
- (A) Teoria da Atividade.
- (B) Teoria do Resultado.
- (C) Teoria da Ubiquidade.
- (D) Teoria do Assentimento.
- (E) Teoria da Relatividade.
- 46. A extraterritorialidade presente no art. 7º do Código Penal se divide em condicionada e incondicionada. Na extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei nacional a determinados crimes cometidos fora do território, independentemente de qualquer condição, ainda que o acusado seja absolvido ou condenado no estrangeiro, **EXCETO****
- (A) quando o crime for contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
- (B) quando o crime for contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
- (C) no caso de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- (D) quando, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir o crime praticado.
- (E) quando o crime for contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

47. O crime de homicídio, art. 121 do Código Penal, é classificado doutrinariamente como um crime

- (A) de dano, material e instantâneo de efeitos permanentes.
- (B) vago, permanente e multitudinário.
- (C) próprio, de perigo e exaurido.
- (D) comum, forma livre e concurso necessário de agentes.
- (E) de mão própria, habitual e de forma vinculada.

48. Dentre as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Crime de dupla subjetividade passiva é o crime que tem obrigatoriamente dois ou mais sujeitos passivos.
- (B) O crime de estupro, art. 213 do CP, é um crime bipróprio, sendo que os sujeitos são determinados, não sendo possível ser praticado por qualquer pessoa.
- (C) Podem ser sujeitos passivos de crime os entes despersonalizados, pessoa ainda não nascida, incapazes, animais e recém-nascido.
- (D) Sujeito passivo e sujeito prejudicado são sinônimos, possuindo o mesmo significado: a pessoa física ou jurídica que sofre as consequências diretas da infração penal.
- (E) Uma pessoa pode ser simultaneamente sujeito ativo e sujeito passivo do mesmo crime.

49. Considerando as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, é correto afirmar que a pena é aumentada quando o sequestro supera, no mínimo, 48 horas.
- (B) O emprego de arma não aumenta a pena no delito de extorsão.
- (C) O crime de furto ocorre quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, equiparando-se à coisa móvel, à energia elétrica ou a qualquer outra que tenha valor econômico.
- (D) A coisa abandonada pode ser objeto material do crime de furto.
- (E) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, considera-se consumado o roubo apenas se o bem, objeto do delito, sai da esfera de vigilância da vítima.

50. Dentre as seguintes alternativas, assinale a INCORRETA.

- (A) O jurado pode ser responsabilizado criminalmente por crime de corrupção passiva.
- (B) Funcionário público que não dispõe da posse de determinado bem, porém se vale da facilidade que sua condição de funcionário proporciona para subtrair “para si ou para outrem” comete crime de “peculato furto”.
- (C) No crime do art. 317 do Código Penal, corrupção passiva, o sujeito ativo é somente o funcionário público.
- (D) Ocorrerá crime de concussão mesmo se a exigência, para si ou para outrem, versar sobre vantagem devida.
- (E) Pratica o delito de corrupção passiva o funcionário público que solicita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.

Conhecimentos Específicos

51. Ao levar informações aos usuários, o Assistente Social possibilita que estes conheçam seus direitos, deveres e oportunidades diversas de se tornarem sujeitos de sua história de vida. Para que tais informações cheguem até os seus destinatários, o Assistente Social deve lançar mão de estratégias e planejamentos criativos, inovadores e bem elaborados, bem como valer-se dos mais diversos espaços e oportunidades para se aproximar deles. Assinale a alternativa que NÃO apresenta possibilidades de intervenção profissional do(a) Assistente Social.

- (A) São boas ferramentas de comunicação os murais, pátios e bibliotecas (seja na empresa, na igreja, secretarias, espaços públicos ou qualquer outro espaço pelo qual o usuário e/ou seus familiares transitam).
- (B) O(a) Assistente Social deve estar atento(a) aos espaços coletivos, pois esses se constituem em ótimos espaços para disseminar informações.
- (C) Treinamentos e grupos bem planejados e direcionados surtem ótimos resultados. Contudo o(a) Assistente Social não pode esquecer de estar alinhado(a) às chefias responsáveis.

- (D) É importante que o(a) Assistente Social extrapole a sua sala de atendimento, o espaço de intervenção profissional vai além do espaço físico.
- (E) O(a) Assistente Social deve se valer das Leis na íntegra, utilizando termos técnicos junto aos usuários, assumindo assim a dimensão pedagógica e educativa da profissão, promovendo a inclusão dos mais simples ao proporcionar que eles se sintam parte do universo legislativo e suas descritivas.
- 52. A prática social humana, enquanto atividade transformadora, envolve três dimensões: Dimensão Produtiva, Dimensão Investigativa e Dimensão Social/Política. Nessa perspectiva, o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, possui duas naturezas que lhe permitem recriar as possibilidades profissionais como sujeito que contribui com a sociedade e produzir conhecimento/saberes capazes de subsidiar a intervenção profissional. Quais são essas naturezas?**
- (A) Natureza interventiva e natureza defensiva.
- (B) Natureza investigativa e natureza punitiva.
- (C) Natureza interventiva e natureza investigativa.
- (D) Natureza interventiva e natureza criativa.
- (E) Natureza investigativa e natureza alusiva.
- 53. De acordo com o Código de Ética dos Servidores Cíveis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo – Decreto nº 1595 de 06/12/2005, em seu artigo 2º, assinale a alternativa que apresenta corretamente os deveres do servidor público Estadual do Espírito Santo.**
- (A) Recusar qualquer missão no exterior, reforçando o comportamento de fidelidade ao Estado e ao Brasil.
- (B) Utilizar os recursos do Estado para atender ao interesse público, respeitando as leis e regulamentos pertinentes e utilizando a soberania do Código de Ética citado sobre os demais códigos de classe.
- (C) Informar sobre qualquer conflito de interesse, real ou aparente, relacionado com seu cargo, emprego ou função e tomar medidas para evitá-lo; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder de que tenha tomado conhecimento, indicando elementos de prova, para efeito de apuração em processo apropriado.
- (D) Ser assíduo e pontual no serviço; agir com honestidade e integridade no que diz respeito aos interesses pessoais do servidor, seguindo dessa maneira o Código de Ética do Servidor Civil do Espírito Santo, a fim de assim evitar penalidades.
- (E) Guardar sigilo sobre os assuntos do órgão; levar ao conhecimento da autoridade as irregularidades das quais tiver ciência, em razão do cargo ou função, exceto quando estas não prejudicarem interesses de ordem pessoal do servidor.
- 54. O Código de Ética dos Servidores Cíveis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo – Decreto nº 1595 de 06/12/2005, em seu artigo 4º, denota o que é vedado ao Servidor Público. Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que NÃO apresenta corretamente o que está descrito no referido artigo.**
- (A) Utilizar pessoal ou recursos materiais do Estado em serviços ou atividades particulares.
- (B) Manter sob sua chefia imediata cônjuge, companheira ou parente até o segundo grau civil.
- (C) Atuar como procurador ou intermediário junto a órgãos públicos estaduais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais e percepção de remuneração ou proventos de cônjuge, companheiro e parentes até terceiro grau civil.
- (D) Retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (E) Tratar com misantropia, urbanidade e atenção os demais servidores públicos e os usuários do serviço público.

55. Acerca da História da Polícia Civil no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A Polícia Civil foi reconhecida nas configurações de hoje a partir da Constituição Federal de 1988, onde ficaram determinadas as funções de cada órgão de segurança do país.
- (B) Nos dias atuais, às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções policiais investigativas sobre infrações penais jurisdicionadas ao julgamento do competente poder judiciário estadual, exceto as militares.
- (C) Em 1500, segundo o costume europeu, foi criado o corpo de Policiais Civis uniformizados, denominado Guarda Urbana, com o objetivo de prevenir os crimes na capital Brasília.
- (D) A existência da Polícia Judiciária remonta ao governo imperial e seu desempenho, atribuição e competência foram firmados no período republicano de 1889, quando, nos idos de 1967, Era Ditatorial Militar em que a Polícia Judiciária (Polícias Civis) teve extirpadas de suas atribuições, as relativas ao policiamento preventivo ostensivo uniformizado (fardado) que vinha desempenhando, desde o ano de 1866, por meio das antigas guardas civis.
- (E) Em 1871, uma nova constituição separou os conceitos de Justiça e Investigação Policial, criando duas funções distintas para cada. Assim, nessa lei, foi criado o Inquérito Policial – um documento que registra toda a investigação feita pela polícia e que, depois, é usado por órgãos da Justiça para fazer uma denúncia criminal.

56. É por meio do trabalho que o Assistente Social pode realizar a sua intervenção profissional. Entende-se por processo de trabalho o conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas ao alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Considerando o exposto, é correto afirmar que

- (A) a práxis não possui o poder de transformação social.
- (B) a práxis pressupõe a articulação teoria e prática.
- (C) a instrumentalidade não é uma via para a práxis.

- (D) a práxis constitui na sua essência aquilo que, na profissão, chama-se prática pela prática.
- (E) a práxis não estabelece relação, no âmbito do Serviço Social, com o instrumental técnico e operativo.

57. Ao analisar a questão social brasileira e suas variadas formas de expressão, compreende-se que esta tem como seu núcleo orgânico

- (A) os partidos políticos de oposição nacional.
- (B) a vida desregrada do cidadão que mal administra seus recursos.
- (C) o trabalho infantil e a prostituição somente.
- (D) a desigualdade e as injustiças sociais ligadas à organização do trabalho e à cidadania.
- (E) o excesso de sindicatos e movimentos sociais reivindicatórios dos direitos sociais e civis.

58. O Projeto Ético-Político do Serviço Social constitui-se em uma referência do conjunto que reflete as lutas e o desenho de sociedade pelo qual se trabalha, tendo sido forjado pelo esforço das entidades representativas de base que estão relacionadas com o Serviço Social (CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO). A partir desse entendimento, o Projeto Ético-Político é composto por três importantes elementos, sendo eles:

- (A) Lei que regulamenta a profissão (Lei nº8.662/96); Código de Ética do(a) Assistente Social (1993); Constituição Estadual (1988).
- (B) Lei que regulamenta a profissão (Lei nº8.662/96); Código de Ética do(a) Assistente Social (1986); Constituição Federal (1988).
- (C) Política Nacional de Assistência Social (2004); Código de Ética do(a) Assistente Social (2016); Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996).
- (D) Lei que regulamenta a profissão (Lei nº8.662/96); Código de Ética do(a) Assistente Social (1993); Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996).
- (E) Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Sistema Único de Saúde (SUS); Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996).

- 59. As diretrizes e estratégias de atuação na área de assistência à saúde mental no Brasil envolvem o Governo Federal, Estados e Municípios. Os principais atendimentos em saúde mental são realizados nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que existem no país, onde o usuário recebe atendimento próximo da família com assistência multiprofissional e cuidado terapêutico conforme o quadro de saúde de cada paciente. Nos casos em que o município não possua um CAPS, qual dos serviços a seguir será responsável pelo atendimento de saúde mental?**
- (A) Centro de Referência de Assistência Social.
 - (B) Centro Especializado de Assistência Social.
 - (C) Instituição de Longa Permanência para Idosos.
 - (D) Centro POP.
 - (E) Unidades Básica de Saúde – Atenção Básica.
- 60. A instrumentalidade pode ser compreendida como mediação, visto que o cotidiano é o espaço para a realização das ações instrumentais, como um exercício profissional, crítico e competente. Dessa forma, há algo que precede a discussão acerca dos instrumentos e técnicas necessárias ao profissional: a sua instrumentalidade. Assinale a alternativa que caracteriza a instrumentalidade do exercício profissional do(a) Assistente Social.**
- (A) A instrumentalidade impossibilita a relação do referencial teórico com as demandas postas ao profissional.
 - (B) A instrumentalidade é a capacidade que a profissão porta de ser convertida em instrumento nas mãos do Estado para a operacionalização de seus interesses.
 - (C) A instrumentalidade é a ideia de que a teoria é bonita, mas na prática a história é outra. Esse fato pode ser compreendido tanto por estudantes quanto pelos profissionais do Serviço Social.
 - (D) A instrumentalidade não permite que as referências teóricas expliquem a lógica e a dinâmica da sociedade, bem como as particularidades do exercício profissional e das singularidades do cotidiano.
 - (E) A instrumentalidade é o espaço no qual a cultura profissional se movimenta. A cultura profissional dos assistentes sociais recolhe e, na instrumentalidade, constrói os indicativos teórico-práticos de intervenção imediata, o chamado instrumental técnico ou as ditas metodologias de ação.
- 61. O Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social vigente aborda reflexões e orientações sobre o sigilo profissional. O sigilo pode ser compreendido como a relação de respeito e confidencialidade entre o profissional e o usuário durante todas as fases do atendimento prestado, independente da instituição onde o(a) Assistente Social desenvolve seu trabalho. Acerca do sigilo profissional abordado em vários artigos do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social, assinale a alternativa correta.**
- (A) Consiste em um direito do(a) Assistente Social a inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional.
 - (B) A quebra do sigilo é inadmissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa trazer prejuízos ao usuário, a terceiros e à coletividade.
 - (C) O sigilo não abrange informações importantes para os demais membros da equipe, respeitando o treinamento acabrunhador recebido nas instituições de ensino superior.
 - (D) Acerca das relações do(a) Assistente Social com a Justiça, este deve comparecer perante a autoridade competente, quando intimado a prestar depoimento, para declarar que não está obrigado a guardar sigilo profissional nos termos do referido Código e da Legislação em vigor, contribuindo irrestritamente.
 - (E) O art. 5º trata das Relações com os Usuários e afirma que o profissional não deve informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional.

62. De acordo com Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993, é vedado ao Assistente Social nas relações do(a) profissional com a Justiça:

- (A) depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.
- (B) recusar-se a aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.
- (C) ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.
- (D) apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos no referido Código de Ética.
- (E) comparecer perante a autoridade competente, quando intimado a prestar depoimento, para declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional nos termos do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social e da Legislação em vigor.

63. O Código de Ética do Assistente Social de 1993 aponta algumas práticas proibidas ao Assistente Social nas suas relações com os usuários. Assinale a alternativa que apresenta uma violação do Código de Ética.

- (A) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
- (B) Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.
- (C) Contribuir para criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação entre os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.
- (D) Exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses.
- (E) Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências

das demandas apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios do Código de Ética.

64. O Serviço Social, como profissão que intervém no conjunto das relações sociais e nas expressões da questão social, enfrenta hoje, no campo do sistema penitenciário, determinações tradicionais às suas atribuições, que não consideram os avanços da profissão no Brasil e o compromisso ético e político dos profissionais frente à população e às violações dos direitos humanos que são cometidas. A partir das informações apresentadas sobre a atuação do Serviço Social no Sistema Prisional, é correto afirmar que

- (A) atualmente os assistentes sociais encontram dificuldades no âmbito do sistema prisional, uma vez que estão inseridos em um contexto meramente burocrático e presenciam, muitas vezes, a restrição da sua intervenção e diversas situações de violações dos direitos dos apenados.
- (B) foi por meio da Lei de Execução Penal (LEP) de 1993 que os(as) Assistentes Sociais puderam contar com o chamado aparato jurídico-político concernente ao espaço sócio-ocupacional.
- (C) a intervenção do profissional de serviço social junto ao sistema prisional consiste na inibição da violência dentro dos presídios e isso se dá por meio da realização de terapia junto aos agentes penitenciários.
- (D) compete ao(a) Assistente Social a administração dos benefícios sociais que por ventura o apenado venha a receber, quando sob custódia do Estado.
- (E) o enunciado demonstra uma crítica ao profissional de serviço social, relatando que a dificuldade na realização do trabalho está na própria ineficiência do(a) assistente social, e não do sistema.

65. O Serviço Social consiste em uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, na busca pela investigação, análise e apresentação. Atua no sentido de propor soluções mediante as complexas expressões da questão social na atualidade. Dado esse contexto profissional, compreende-

se que diversos são os espaços sócio-ocupacionais nos quais o assistente social poderá atuar e uma dessas áreas é a sociojurídica, como Ministério Público, Defensoria Pública, Sistema Prisional, Conselhos Gestores, Delegacias, etc. Considerando o exposto, assinale a alternativa correta quanto às atribuições da Defensoria Pública e à atuação do(a) Assistente Social.

- (A) A Defensoria Pública está fora da estrutura do Poder Executivo e presta atendimento jurídico em sentido amplo, de natureza judicial e extrajudicial, de educação em direitos, e tem legitimidade para atuar não só individualmente, mas também por meio da tutela coletiva.
- (B) A Defensoria Pública atende pessoas/famílias que não podem pagar um advogado, oferecendo assistência jurídica integral e gratuita a todos, independentemente da comprovação de renda.
- (C) Cabe a(o) Assistente Social que atua na Defensoria Pública: orientar os usuários e familiares sobre os desdobramentos e as implicações envolvidas em tal demanda, por meio de atendimentos, acolhimentos, visitas domiciliares, entrevistas ou outro instrumento que o profissional julgar importante para a concretização do trabalho.
- (D) Dentre as finalidades de atuação do Assistente Social na Defensoria Pública, ressalta-se a necessidade de se fomentar e incentivar a judicialização de direitos que já estão postos e efetivados.
- (E) Nesse campo, a atuação do profissional não compõe a equipe multidisciplinar e interdisciplinar, sendo a equipe formada por psicólogos, oficiais de justiça e advogados.

66. Quanto à atuação do(a) Assistente Social na área da Saúde Mental, em especial nos Centros de Atenção Psicossocial, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe ao profissional uma intervenção que visa ao tratamento de problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas.
- (B) De acordo com Lei nº 8.662/03, que regulamenta a profissão de Serviço Social, a realização de terapias constitui atribuição e competência do(a) assistente social.

- (C) Não é permitido ao(à) Assistente Social nesse contexto (Saúde Mental) implementar ações de cunho socioeducativo sobre informações e direitos tanto a pacientes quanto a familiares.
- (D) Cabe ao profissional de Serviço Social tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas, envolvendo prescrição de medicação.
- (E) Um dos documentos que respalda Assistentes Sociais e estagiários que atuam nesse contexto é a Resolução do CFESS nº 569, de 25 de março de 2010, a qual dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do(a) assistente social.

67. Com o passar dos tempos, o profissional de Serviço Social foi se inserindo nas mais diversas áreas e organizações, conquistando muitos campos de trabalho e observando que o agravamento das diversas expressões da questão social necessita também de diversas formas de enfrentamento. Sobre a atuação profissional do(a) Assistente Social, é correto afirmar que

- (A) o Assistente Social atua exclusiva e unicamente na Esfera Estatal.
- (B) a ação profissional segue diretrizes previstas somente no Código de Ética.
- (C) para atuar como Assistente Social o profissional obrigatoriamente necessita estar com o seu Termo de Adesão ao Serviço Voluntário atualizado.
- (D) o assistente social deve pautar a sua ação na viabilização do fortalecimento de espaços democráticos, propiciar a participação dos usuários, ou seja, atuar na perspectiva da garantia dos direitos.
- (E) a ação profissional deve contemplar um embasamento teórico-metodológico eclético, baseado nas diretrizes indicadas na *Rerum Novarum*.

68. Quanto ao Parecer Social e à intervenção profissional do Assistente Social, é correto afirmar que

- (A) o parecer Social não deve exprimir a opinião profissional sobre a referida situação.
- (B) juntamente com a entrega do Parecer Social deve ser anexado e entregue aos setores solicitantes o estudo socioeconômico.
- (C) na realização de um Parecer para a área da saúde, por exemplo, é importante que o profissional foque somente na questão da doença, isoladamente.
- (D) diferentemente do Laudo Pericial e Vistoriais, o Parecer Social não é considerado uma atribuição privativa do Assistente Social.
- (E) o parecer social trata de exposição e manifestação sucinta, com foco na situação analisada a partir da observação e do estudo, sendo concebido como um instrumento de viabilização de direitos que pode contribuir para a concessão de um recurso material, decisão médica pericial ou benefício.

69. Considerando o Projeto Ético Político e a prática investigativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Dada a sua natureza interventiva e investigativa, as atividades de pesquisa inserem-se na profissão juntamente ao seu surgimento, sendo reconhecidas por suas amplas práticas de pesquisa desde a década de 1930.
- (B) Para que a pesquisa em Serviço Social avance ainda mais, é relevante que os profissionais se apropriem de métodos científicos com bases sólidas inspiradas no positivismo.
- (C) Ao Assistente Social, cabe apropriar-se criticamente do conhecimento existente sobre o problema específico com o qual se ocupa, dispensando a bibliografia teórica já existente.
- (D) É relevante que o profissional de Serviço Social seja capaz de compreender, em uma perspectiva de totalidade, a dinâmica social, articulando o conhecimento do modo de produção capitalista com o conhecimento da formação social brasileira, presente no cotidiano profissional.
- (E) Os Assistentes Sociais precisam identificar corretamente as principais mediações entre pluralidade, imediatismo e funcionalismos

nas quais atuam com as determinações da questão social no Brasil, para que possam gerar pesquisas de qualidade.

70. O Assistente Social, assim como outros profissionais inseridos no mercado de trabalho, vem sofrendo impactos diretos nas esferas produtivas e estatais. Tais transformações também alteram as relações entre a sociedade e o Estado. O Planejamento Social, além de fazer parte do cotidiano de muitos profissionais, corresponde ao conjunto de atividades intencionais e planejadas, estratégicas, operacionais e organizacionais que visam adequar e integrar a capacidade interna da organização ao ambiente externo. Considerando o exposto, é correto afirmar que

- (A) o planejamento social busca utilizar harmonicamente o planejamento estratégico e sua implementação, buscando também a participação dos vários níveis profissionais existentes, ou ainda da própria sociedade.
- (B) o planejamento social atua de forma a remediar o presente e o futuro, tendo como embasamento o pensamento de que o futuro se constrói a partir das ações desenvolvidas no século XVI.
- (C) cada organização trabalha o planejamento social de forma igual, o que é absolutamente compreensível, já que existe uma única maneira de abordá-lo e ela não deve ser adequada à realidade de cada local.
- (D) o planejamento social jamais se realiza a partir de um processo de aproximações que tem como centro de interesse a situação delimitada como objeto de intervenção.
- (E) o Planejamento Social constitui-se em uma instância operacional da intervenção profissional na realidade social.

71. Dentre as alternativas que explicitam os diferentes níveis do planejamento social: plano, programa e projeto, assinale aquela que apresenta corretamente os conceitos de tais níveis.

- (A) Plano consiste na etapa que antecede a elaboração dos projetos, uma prévia do que será realizado, a setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto/ Programa consiste no maior nível de abrangência do Planejamento Social / Projeto consiste na menor abrangência que o Plano e o Programa e maior detalhamento de ações de execução das políticas sociais.

- (B) Plano consiste no maior nível de abrangência do Planejamento Social / Programa consiste no menor nível de abrangência que o Plano, setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto / Projeto consiste na menor abrangência que o Plano e o Programa e no maior detalhamento de ações de execução das políticas sociais.
- (C) Plano consiste na menor abrangência que o Plano e o Programa e maior detalhamento de ações de execução das políticas sociais / Programa consiste no menor nível de abrangência que o Plano, setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto / Projeto consiste no maior nível de abrangência do Planejamento Social.
- (D) Plano consiste no maior nível de abrangência do Planejamento Social / Programa consiste no menor nível de abrangência que o Plano, setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto / Projeto consiste no desdobramento do Plano.
- (E) Plano consiste no maior nível de abrangência e no desdobramento do Programa / Programa consiste no menor nível de abrangência que o Plano, setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto / Projeto consiste na menor abrangência que o Plano e o Programa e no maior detalhamento de ações de execução das políticas sociais.

72. Qual instrumental técnico operativo, muito utilizado pelo assistente social, permite a coleta de dados, o conhecimento da realidade e a aproximação com o usuário, contribuindo para a realização do planejamento das ações a serem tomadas e dos encaminhamentos a serem feitos?

- (A) Documentação.
(B) Entrevista.
(C) Registro.
(D) Telefone.
(E) Visita domiciliar.

73. Um dos fatores que contribuem para a qualificação do(a) Assistente Social é a realização de pesquisas atreladas à realidade. Planejar a pesquisa é fundamental para que o profissional possa definir seu problema de pesquisa, definir as fontes de informação e os

melhores procedimentos a serem adotados para que se possa coletar e analisar os dados com sucesso e confiabilidade. Sendo assim, fica claro que o projeto de pesquisa é constituído por etapas bem definidas. A partir do exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) O objeto de pesquisa não pode ser identificado a partir de uma dificuldade encontrada na prática profissional do(a) assistente social, embora nem sempre seja totalmente desconhecido pelo pesquisador.
- (B) Os objetivos de pesquisa são definidos após a sua finalização para que se garanta a coerência textual.
- (C) A pesquisa consiste em trabalhar os conceitos teóricos que dão origem ao problema da investigação, os quais visam descrever como o profissional deve atuar em seu cotidiano.
- (D) O levantamento da literatura (bibliográfica) é intencional e serve para afirmar aquilo que o pesquisador quer comprovar. Para a pesquisa em Serviço Social, é obrigatório o uso de pesquisadores Assistentes Sociais para que se garanta a pureza da pesquisa.
- (E) O cronograma de um projeto de pesquisa tem um caráter flexível, contribuindo com o controle das etapas a serem executadas pelo pesquisador, otimizando tempo e recursos, pois permite distribuir e organizar as etapas a serem realizadas ao longo da pesquisa.

74. Assinale a alternativa que apresenta corretamente os três níveis/finalidades mais usuais no processo de avaliação do planejamento social.

- (A) Eficácia, eficiência e eloquência.
(B) Eficiência, eficácia e efetividade.
(C) Efetividade, eletividade e competência.
(D) Eficácia, efetividade e eletividade.
(E) Eficiência, eficácia e eletividade.

75. A respeito dos Projetos Societários e do Projeto Ético-Político do Serviço Social, é correto afirmar que

- (A) os Projetos societários dizem respeito ao tipo de sociedade ideal que se busca e consiste em um projeto individual de vida.
- (B) o Projeto ético-político do Serviço Social é um projeto societário.
- (C) os projetos societários consistem em um projeto macroscópico enquanto um projeto profissional está relacionado às perspectivas particulares de determinada profissão.
- (D) o projeto societário do Serviço Social possui três aspectos complementares que regulam a profissão: indicativos, imperativos e compulsórios.
- (E) os projetos societários consistem em estruturas fixas e imutáveis, que defendem os interesses de determinada classe.

76. Assinale a alternativa que apresenta corretamente os princípios que favorecem o acesso dos usuários aos seus direitos sociais.

- (A) Clientelismo Social, filiação política e cidadania.
- (B) Clientelismo político, coronelismo e populismo.
- (C) Cidadania, Democracia e Participação Social.
- (D) Assistência social, Previdência Social e Pedetismo.
- (E) Participação Social, Controle Social e Clientelismo Social.

77. Quanto às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social, assinale a alternativa correta.

- (A) As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social são essenciais no processo de intervenção profissional e devem estar articuladas nesse processo, ou seja, uma não se sobrepõe às outras.
- (B) A dimensão teórico-metodológica se sobrepõe às demais dimensões, uma vez que permite a apreensão da totalidade do cotidiano objetivamente.
- (C) As três dimensões são fundamentais, entretanto o profissional deve priorizar as dimensões teórico-metodológica e ético-política.
- (D) A dimensão técnico-operativa deve ser priorizada, pois diz respeito à finalidade da ação e do compromisso profissional.

- (E) A dimensão ético-política deve ser priorizada, por se tratar dos referenciais éticos e políticos da sociedade.

78. Considerando as instituições, as organizações sociais e o Serviço Social, assinale a alternativa correta.

- (A) Mesmo considerando a relevância das instituições e organizações sociais no cotidiano profissional, é fato indiscutível que elas representam obstáculos absolutos para a efetivação da ação profissional.
- (B) As competências teóricas, técnico-operativas e ético-política são anuladas quando o(a) Assistente Social é contratado(a) por uma instituição pública ou privada.
- (C) Os recursos disponibilizados pelas instituições e que ficam à disposição dos profissionais de Serviço Social engessam e limitam a sua intervenção, sendo difícil a realização de um trabalho com qualidade.
- (D) A efetivação do trabalho do profissional de Serviço Social ocorre por meio das instâncias institucionais e organizacionais, pois é por meio delas que o(a) Assistente Social acessa os meios necessários para tal efetivação.
- (E) As prioridades na realização do trabalho junto às organizações devem ser sempre definidas e estabelecidas pela instituição, o que nada interfere no cotidiano profissional e nas intervenções que visam à garantia de acesso dos usuários aos serviços.

79. No desenvolvimento de sua prática investigativa, o(a) Assistente Social baseia-se em conceitos teóricos fundamentais acerca da realidade social em que está inserido(a). Tais conceitos (aporte teórico) auxiliam na identificação, análise e proposição de soluções estratégicas junto às demandas que lhe são postas. Com base no exposto, assinale a alternativa que apresenta corretamente os teóricos em que tais conceitos fundamentais clássicos podem ser encontrados.

- (A) Marx, Freud e Fernando Henrique Cardoso.
- (B) Durkheim, Weber e Marx.
- (C) Freud, Piaget e Weber.
- (D) Marx, Lênin e Weber.
- (E) Marx, Freud e Trotsky.

- 80. No processo histórico de construção do Serviço Social no Brasil, a profissão seguiu princípios que foram oriundos da Igreja Católica, a qual apresentava grande influência sobre a profissão. Alguns documentos escritos pela Doutrina Social da Igreja apontavam o envolvimento dos católicos junto aos problemas sociais da época, norteando valores e princípios pautados em uma visão teórica neotomista. A partir do exposto e considerando a história do Serviço Social, assinale a alternativa que apresenta corretamente duas das encíclicas da Igreja Católica que influenciaram o início da profissão.**
- (A) *Ecclesia de Eucharistia* e *Quadragesimo Anno*.
(B) *Rerum Novarum* e *Gratia Recordatio*.
(C) *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*.
(D) *Mediator Dei* e *Non Mediocri*.
(E) *Une Fois Enconre* e *Caritatis*.
- 81. A crescente flexibilização das relações de trabalho no Brasil, seja no setor público ou no privado, tem gerado consequências para a categoria profissional. Assinale a alternativa que apresenta corretamente como essas novas relações de trabalho impactam os profissionais de Serviço Social.**
- (A) Com a diminuição dos postos de trabalho, é possível perceber uma crescente melhora nos salários da categoria.
(B) Com a flexibilização das relações de trabalho e redução da jornada de trabalho para 30 horas, houve um aumento considerável de vagas para os assistentes sociais, o que, por consequência, elevou o piso salarial da profissão.
(C) Conseguirá se manter ativo no mercado aquele com mais estratégia competitiva. Então, aquele que souber agregar valor financeiro se manterá no mercado.
(D) O maior impacto provocado pela flexibilização das relações de trabalho para a categoria profissional de Serviço Social foi o surgimento de uma nova profissão chamada de Técnico de Assistência Social, disputando espaços sócio-ocupacionais antes destinados pelos Assistentes Sociais.
(E) Devido às flexibilizações das relações de trabalho, o(a) Assistente Social tem sido chamado(a) cada vez mais a buscar qualificação e atualização, estando apto(a) a responder as mais variadas demandas oriundas das expressões da questão social brasileira em constante transformação.
- 82. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma possibilidade de atuação do(a) Assistente Social na instituição Policial Civil.**
- (A) Abster-se de qualquer ato ou manifestação coletiva.
(B) Realizar e interpretar pesquisas sociais, cujos resultados poderão imperativamente anular uma decisão judicial para cumprimento da pena, sem direito a questionamento da autoridade judicial.
(C) Dentre todas as atribuições, fica vedado ao Assistente Social o cumprimento de plantões presenciais e à distância devido ao stress emocional e psicológico.
(D) Indicar, à autoridade competente, os casos de detentos que necessitam de orientação e assistência médica externa, contudo o preso só poderá sair com a presença do(a) assistente social.
(E) Fazer levantamentos sobre a situação socioeconômica do preso, no aguardo de decisão judicial, quando determinado pela autoridade competente.
- 83. Na atual conjuntura, considerando as demandas institucionais e dos usuários, novas exigências têm sido postas ao Assistente Social em seus diversos espaços sócio-ocupacionais. Nesse sentido, o profissional da atualidade deve ser**
- (A) propositivo, possuir habilidades para negociar e mediar conflitos, ser criativo e saber apresentar e defender seus projetos.
(B) persuasivo, fomentando junto ao usuário a superação da sua incapacidade socioeconômica.
(C) administrativo, para promover a reengenharia nas instituições em que atua, visto que essa competência está prevista nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, bem como está prevista como um dos deveres do(a) Assistente Social.
(D) exímio investigador, sendo capaz de desvelar o obscuro presente na vida dos usuários que atende.
(E) investigativo ao ponto de desenvolver a capacidade de reprodução das teorias, o que o habilita para a organização e a planejamento da vida dos usuários.

84. De acordo com a Lei Complementar nº 46/1994, que institui o Regime Jurídico Único para os servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado do Espírito Santo, de qualquer dos seus Poderes, e dá outras providências, no que diz respeito a sua remuneração, é correto afirmar que

- (A) a remuneração ou provento que o servidor público falecido tenha deixado de receber será repassado ao Estado na sua esfera Estadual.
- (B) o servidor público perderá um terço da remuneração durante os afastamentos por motivo de prisão em flagrante ou decisão judicial provisória, com direito à diferença, se absolvido a final.
- (C) o servidor público ocupante de cargo em comissão, se exonerado durante o período de licença médica ou férias, não fará jus ao recebimento da remuneração respectiva, até o prazo final do afastamento.
- (D) os vencimentos e os proventos dos servidores públicos estaduais deverão ser pagos até o quinto dia útil do mês de trabalho.
- (E) mesmo mediante autorização do servidor público, não poderá haver consignação em folha de pagamento, a favor de terceiros, a fim de não prejudicar a responsabilidade financeira perante si mesmo e seus dependentes.

85. No Decreto nº 1.595-R/2005, que trata do Código de Ética dos Servidores Civis do Estado do Espírito Santo, são apresentados os seguintes elementos: competência, honestidade, imparcialidade, integridade, interesse público, respeito, responsabilidade e transparência. Esses elementos, no referido Decreto, dizem respeito

- (A) às disposições gerais.
- (B) ao comitê de ética.
- (C) aos deveres do servidor público.
- (D) aos princípios fundamentais.
- (E) aos direitos do servidor público.

86. A Lei Complementar nº 46/1994 institui o Regime Jurídico Único para os servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado do Espírito Santo, de qualquer dos seus Poderes, e dá outras providências, em seu artigo 142, que diz respeito à Licença

por Motivo de Doença em Pessoa da Família. A respeito desse assunto, é correto afirmar que

- (A) a comprovação da necessidade de acompanhamento do doente pelo servidor público será feita através da delegacia do trabalho.
- (B) é considerada assistência pessoal a representação pelo servidor público dos interesses econômicos ou comerciais do doente.
- (C) em qualquer hipótese, a licença prevista no artigo será obrigatoriamente renovada de 6 em 6 meses.
- (D) o servidor público efetivo poderá obter licença por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, filhos, pais e irmãos, mediante comprovação médica, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal e que esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.
- (E) em casos especiais, poderá ser dispensada a ida do doente ao órgão médico de pessoal do Estado, não sendo aceitos laudos fornecidos por outra instituição médica oficial da União, de outro Estado ou dos Municípios, ou entidades sediadas fora do País.

87. Ao realizar uma visita domiciliar, o(a) Assistente Social se deparou com a seguinte composição familiar: pai, mãe, 5 filhos (todos com idade menor a 12 anos), avós paternos e 2 tios das crianças. Considerando esse relato hipotético, o(a) Assistente Social deverá indicar em seu relatório de visita domiciliar que se trata de uma família classificada como

- (A) Família Extensa.
- (B) Família Solidária.
- (C) Família Homoafetiva.
- (D) Família Pluriparental.
- (E) Família Reconstituída.

88. O profissional de Serviço Social deve ser dotado de referenciais teóricos e técnicos que lhe permitam responder as demandas sociais oriundas das expressões da questão social, para que assim possa identificá-las e, então, propor ações de enfrentamento, mediante um cenário de correlações das forças sociais, econômicas e políticas, as quais se unem por meio das relações de poder. Ao realizar a Análise de Conjuntura, o Assistente Social deve considerar

alguns elementos que são capazes de congregam o máximo de informações que lhe possibilitarão uma boa interpretação. Assinale a alternativa que apresenta corretamente tais elementos.

- (A) Acolhida, cenários, atores sociais, análise de dados e intervenção.
- (B) Recepção, cenários, atores sociais, relações de força e intervenção.
- (C) Pré-diagnóstico, cenários, atores sociais, relações de forças e pós-diagnóstico.
- (D) Acontecimentos, cenários, atores sociais, relações de força e análise de fatos.
- (E) Acontecimentos, cenários, atores sociais, análise de dados e encaminhamentos.

89. A atuação do(a) Assistente Social se dá em uma determinada realidade social, a qual está em permanente movimento e transformação. A realidade se caracteriza em um campo de relações contraditórias, sendo evidenciada pelas expressões da questão social brasileira. O conhecimento assume, então, um papel significativo perante a categoria profissional, pois auxilia na compreensão da realidade e fundamenta para se chegar até ela, demonstrando uma capacidade analítica e propositiva. Acerca da importância do conhecimento para o Serviço Social, assinale a alternativa correta.

- (A) O conhecimento para o Serviço Social está relacionado à dimensão ético-metodológica e ao Código de Ética Profissional vigente de 1986.
- (B) O conhecimento mais completo para o Serviço Social é o conhecimento prático, o que coloca em segundo plano o rigor teórico-metodológico.
- (C) O conhecimento se apresenta ao Serviço Social enquanto categoria que explana a realidade, desestimando o processo histórico profissional como forma de garantir o materialismo histórico dialético hegeliano.
- (D) A importância do conhecimento e de sua busca para o Serviço Social reside no fato de que, por meio do conhecimento, o profissional consegue garantir uma intervenção imediatista, pautada no assistencialismo que rege a profissão.
- (E) O conhecimento, para o Serviço Social, não é apenas uma forma de saber, mas principalmente, uma maneira de compreender em primeiro momento e, posteriormente, apresentar caminhos seguros para transformar a realidade.

90. Para o Serviço Social, a prática da abordagem é considerada muito significativa e de grande relevância nos processos de intervenção. Dela podem depender os próximos passos a serem dados pelo Assistente Social na condução do atendimento junto ao usuário. Acerca da abordagem no Serviço Social, é correto afirmar que

- (A) a abordagem é uma ação que se encerra em si mesmo.
- (B) o processo de abordagem é invariável e deve seguir uma métrica única: o padrão aprendido no processo de formação profissional, independente da realidade na qual o profissional está inserido. Não cabe ao profissional adaptá-lo.
- (C) é por meio da abordagem que o profissional desenvolve suas relações com a comunidade, por isso é um processo aparentemente simples, intencional, porque possui objetivos já definidos, mediando sempre futuras ações do profissional.
- (D) a abordagem correta pede atenção, pois alerta para alguns cuidados que o profissional deve ter no momento de colocá-la em prática levando em conta prioritariamente as condições subjetivas da situação, uma vez que as expressões da questão social impactam psicologicamente qualquer pessoa.
- (E) a abordagem deve se pautar nos modelos de abordagem das polícias civil e militar, considerando que a abordagem deve sempre causar um impacto no usuário para que ele demonstre respeito pelo(a) Assistente Social.

- 91. Quanto à visita domiciliar, recurso utilizado por muitos(as) profissionais em seu cotidiano, é correto afirmar que**
- (A) a família não deve ser informada sobre o dia e horário da visita, a fim de não mascarar a realidade.
 - (B) a visita domiciliar deve se assemelhar a um instrumento de abstração profissional.
 - (C) a visita domiciliar objetiva aplicar a teoria na prática, situação em que se confirma que a teoria vista e estudada no processo de formação acadêmica em nada se aproxima ou contribui para a leitura e análise da realidade do usuário.
 - (D) a visita domiciliar não deve ultrapassar 10 minutos. Caso não consiga fazer todas as anotações necessárias, o profissional pode levar consigo um gravador, cujo uso não necessita do consentimento do usuário.
 - (E) a visita domiciliar é uma ação voltada para localizar famílias potenciais usuárias do serviço, previamente identificadas; visa compreender a realidade do grupo familiar, suas demandas e necessidades, recursos e vulnerabilidades; fortalecer os vínculos familiares e comunitários, fortalecer o vínculo da família com o serviço; avaliar as mudanças ocorridas a partir da sua participação no serviço.
- 92. Um dos direitos do profissional, previsto no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social (1993), está relacionado ao aprimoramento profissional de forma contínua. Esse aprimoramento é fundamental para que o(a) Assistente Social realize sua prática profissional com qualidade, eficiência e eficácia, facilitando, assim, uma intervenção mais assertiva junto à demanda apresentada. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o que o aprimoramento contínuo propicia ao profissional.**
- (A) Maior fundamentação imediata.
 - (B) Maior fundamentação humana-cristã.
 - (C) Maior fundamentação teórico-prática.
 - (D) Maior fundamentação teórico-assistencialista.
 - (E) Maior fundamentação assistencialista e imediatista.
- 93. Sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil, assinale a alternativa correta.**
- (A) O debate no Brasil, no âmbito da tradição marxista, marca um processo de superação

- do conservadorismo da profissão e está presente nas discussões do movimento de reconceituação latino-americano.
 - (B) O Brasil protagonizou e inovou ao apresentar um projeto de inovação social pautado na Poor Law e Workhouses.
 - (C) O Movimento de Reconceituação do Serviço Social tanto na América Latina quanto no Brasil rompe definitivamente com o conservadorismo imposto pela Igreja Católica, a partir da adoção das ideias marxistas.
 - (D) O Movimento de Reconceituação deu origem, na América Latina e no Brasil, ao Movimento Caras-Pintadas, em sinal de oposição à ordem política vivida naquele momento.
 - (E) Na América Latina, exceto no Brasil, o movimento foi caracterizado pela homogeneidade teórica pautada em Freud, que embasou as intervenções profissionais e a análise das relações sociais da época.
- 94. Um dos marcos do início do Movimento de Reconceituação do Serviço Social em 1965 foi a realização do(a)**
- (A) Experiência do Método BH.
 - (B) Seminário de Teorização de Araxá.
 - (C) III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.
 - (D) VII Congresso Interamericano de Serviço Social.
 - (E) I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social.
- 95. A Lei nº 8.662 de 1993 que regulamenta a profissão de Assistente Social no Brasil enfatiza as atribuições privativas ao profissional no que diz respeito à realização de estudos sociais, de perícias e de laudos, especificamente no que tange às questões relacionadas à profissão, tratando da atuação do(a) Assistente Social no contexto sociojurídico. O estudo social se configura em uma das principais ferramentas de fundamentação para a intervenção profissional. Quanto à função do estudo social no contexto sociojurídico, assinale a alternativa correta.**
- (A) É função do estudo social emitir parecer à autoridade solicitante.
 - (B) É função do estudo social mapear a realidade econômica dos sujeitos.
 - (C) É função do estudo social diagnosticar e emitir parecer com a equipe multidisciplinar.

- (D) É função do estudo social fomentar as competências e habilidades dos profissionais de Serviço Social.
- (E) É função do estudo social colaborar internamente nas decisões econômicas e políticas das instituições.

96. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) está contemplado na Proteção Social Especial de Média Complexidade da Política Nacional de Assistência Social e, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, deve ofertar serviços especializados. No que tange às atividades profissionais no CREAS, assinale a alternativa correta.

- (A) O CREAS tem sua abrangência e gestão Federal, pois não cabe à esfera estadual a gestão desse equipamento público, mesmo quando regionalizado, devido às ações e diretrizes ministeriais.
- (B) Cabe ao CREAS a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF com o objetivo de prevenir o rompimento de vínculos familiares.
- (C) O CREAS realiza a prestação de serviços a indivíduos e familiares que se encontram com direitos violados que demandam intervenções da proteção social especial.
- (D) Cabe ao CREAS a prestação de serviços a indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social com foco no desenvolvimento de atividades preventivas e terapêuticas.
- (E) A abrangência e gestão do CREAS é essencialmente regional, não sendo permitida a gestão municipal, pois cabe ao município somente a gestão do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

97. O(a) Assistente Social, no desenvolvimento das suas atividades junto à Política de Assistência Social atual, tem a incumbência de realizar o trabalho com famílias. Essa prática é anterior à Política de Assistência Social de 2004. Independente do espaço sócio-ocupacional, é importante que o profissional tenha a compreensão do trabalho ofertado pela rede de serviços, para que haja um fortalecimento das ações realizadas junto às famílias. Nesse sentido, assinale a alternativa correta acerca do trabalho com famílias.

- (A) O trabalho com famílias pode ocorrer por

meio dos núcleos socioeducativos como espaço de discussão, vivências e reflexões, e há indicação para a abordagem de questões relacionadas às etapas dos ciclos de vida familiar.

- (B) O trabalho com famílias deve considerar a família como homogênea, onde as relações entre seus membros são simétricas, abolindo as diferenciações de gênero e de geração.
- (C) Os objetivos do trabalho social com famílias devem ser a autonomia e o protagonismo, compreendidos na perspectiva de participação individual ao invés da coletiva, o que, segundo indicadores, vem representando grande avanço.
- (D) A noção de autonomia das famílias deve-se restringir à busca de respostas e soluções dos problemas imediatos, relacionados a conflitos sociais, religiosos e culturais.
- (E) O trabalho com família consiste exclusivamente na realização de atividades com grupos etários, pois, ao dividir por faixa etária, facilita-se para que o(a) Assistente Social proporcione ao usuário a visão de onde está o seu desajuste na sociedade.

98. A Política Nacional de Saúde Mental é uma ação do Governo Federal, sob a coordenação do Ministério da Saúde. A política prevê estratégias e as diretrizes a serem adotadas para a organização da assistência específica. Acerca do estabelecido na Política Nacional de Saúde Mental, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Ambulatórios Multiprofissionais de Saúde Mental são compostos por médico Psiquiatra, Terapeuta Ocupacional e Enfermeiro, tendo como profissionais consultivos os Assistentes Sociais e Psicólogos.
- (B) A política abrange a atenção a pessoas com necessidades relacionadas a transtornos mentais como depressão, ansiedade, esquizofrenia, transtorno afetivo bipolar e transtorno obsessivo-compulsivo.
- (C) O atendimento oferecido pelo CAPS I compreende a faixa etária de 18 a 60 anos para pessoas com transtornos mentais leves, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas, atendendo cidades e/ou regiões com mais de 90 mil habitantes.
- (D) A política não prevê o atendimento a pessoas com quadro de uso nocivo e dependência de substâncias psicoativas, como álcool, cocaína, crack e outras drogas, ficando esse atendimento a cargo da Segurança Pública, dado o alto índice de violência desencadeado pelo uso de substâncias psicoativas
- (E) A política prevê uma estrutura de Atendimento específica denominada RAPS – Rede de Atenção Psicossocial, composta por Centros de Atenção Psicossocial, SAMU, sala de estabilização, UPA 24h e pronto-socorro, Serviços Residenciais Terapêuticos, Ambulatórios Multiprofissionais de Saúde Mental, Comunidades Terapêuticas, Enfermarias Especializadas em Hospital Geral, Hospital-Dia, Centro de Referência Especializado de Serviço Social e Instituição de Longa Permanência.

99. O termo burocracia apresenta uma indicação da forma de organização com base na racionalidade das leis. A conotação negativa dos papéis e regulamentos tem sua origem nas disfunções das organizações burocráticas. Um dos seus pioneiros e teóricos de maior renome foi um cientista social do século XX, que entendeu que a Burocracia é importante para as organizações e o que se deve criticar é o excesso da burocracia, que, muitas vezes, gera o engessamento dos processos e do trabalho, sendo causador da ineficiência. A partir do exposto, assinale a alternativa que apresenta o precursor da Teoria da Burocracia.

- (A) George Rousseau.
- (B) Albert Einstein.
- (C) Silvio Lane.
- (D) Charles Darwin.
- (E) Max Weber.

100. Os agrupamentos de pessoas que se organizam em prol de objetivos comuns, que se solidificaram desde a pré-história, para atender às necessidades humanas e estão por toda parte, como empresas, bancos, escolas e universidades, igrejas, hospitais etc., são chamados de

- (A) Fundações.
- (B) Associações.
- (C) Governo.
- (D) Organizações.
- (E) Mobilizações.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº 001/2018 - PCES
NÍVEL SUPERIOR

ASSISTENTE SOCIAL

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 15
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	16 a 20
Noções de Direito Administrativo	21 a 30
Noções de Direito Processual Penal	31 a 40
Noções de Direito Penal	41 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100

TARDE

PROVA 03

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 01 a 11

Projetos e Ações: Papo de Resposta

O Programa Papo de Resposta foi criado por policiais civis do Rio de Janeiro. Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e, em parceria com a polícia carioca, trouxe para o Estado.

O ‘Papo de Resposta’ é um programa de educação não formal que – por meio da palavra e de atividades lúdicas – discute temas diversos como prevenção ao uso de drogas e a crimes na internet, bullying, direitos humanos, cultura da paz e segurança pública, aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.

O projeto funciona em três etapas e as temáticas são repassadas pelo órgão que convida o Papo de Resposta, como escolas, igrejas e associações, dependendo da demanda da comunidade. No primeiro ciclo, denominado de “Papo é um Papo”, a equipe introduz o tema e inicia o processo de aproximação com os alunos. Já na segunda etapa, os alunos são os protagonistas e produzem materiais, como músicas, poesias, vídeos e colagens de fotos, mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada. No último processo, o “Papo no Chão”, os alunos e os policiais civis formam uma roda de conversa no chão e trocam ideias relacionadas a frases, questões e músicas direcionadas sempre no tema proposto pela instituição. Por fim, acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles e também como os adolescentes reagiram diante das novas informações.

Disponível em <<https://pc.es.gov.br/projetos-e-acoas>>. Acesso em: 30/ jan./2019.

- 1. Considere a regência dos verbos em destaque e assinale a alternativa correta.**
 - (A) O projeto aspira a aproximação com a comunidade.
 - (B) O projeto visa à aproximação com a comunidade.
 - (C) Como os adolescentes preferem mais as atividades lúdicas, elas são a base da segunda etapa.
 - (D) Os policiais capixabas assistem à comunidade no que ela necessita.
 - (E) Os policiais capixabas visam na comunidade o que ela necessita.
- 2. Dentre os processos existentes para formar novas palavras, verifica-se que o substantivo “resposta” é formado por**
 - (A) derivação prefixal.
 - (B) derivação parassintética.
 - (C) redução.
 - (D) hibridismo.
 - (E) composição por aglutinação.
- 3. O nome escolhido para o projeto revela uma variante linguística escolhida com o objetivo comunicativo de**
 - (A) disfarçar um preconceito linguístico.
 - (B) denotar expressividade, ao zombar, de maneira criativa, do modo como os jovens falam.
 - (C) aproximar-se do público-alvo, por meio da utilização de uma mesma variante linguística.
 - (D) atingir o público-alvo, marcando intimidade, por meio de uma linguagem formal.
 - (E) revelar a diferença estilística ocupacional, ao usar um jargão dos policiais.
- 4. Em “[...] acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída corretamente, sem que haja alteração semântica ou sintática, por**
 - (A) a fim de que.
 - (B) afim de que.
 - (C) conquanto que.
 - (D) com quanto que.
 - (E) porquanto que.

5. De acordo com o Texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O programa é realizado em todo o país, mas apenas em 2013 foi levado ao Espírito Santo, por meio da polícia carioca.
- (B) A família dos adolescentes deve acompanhar todas as etapas do projeto social.
- (C) Os temas trabalhados são escolhidos a partir da necessidade da instituição solicitante.
- (D) No projeto, busca-se conhecer a perspectiva dos adolescentes, para que, a partir disso, seja imposta uma forma de se comportar corretamente em sociedade.
- (E) O projeto objetiva levar os adolescentes a seguirem a carreira policial.

6. Assinale a alternativa que reescreve a seguinte oração em destaque, utilizando um conector adequado ao sentido que ela expressa.

“[...] os alunos são os protagonistas e produzem materiais [...], mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada.”

- (A) “[...] desde que mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
- (B) “[...] para mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
- (C) “[...] quando mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
- (D) “[...] embora mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
- (E) “[...] apesar de mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.

7. No excerto “[...] aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.”, a preposição “da”, na expressão em destaque, indica

- (A) posse.
- (B) modo.
- (C) meio.
- (D) alvo.
- (E) tempo.

8. Quando se redige um texto manuscrito, é necessário conhecer as regras de separação silábica. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa em que os vocábulos apresentam separação silábica correta.

- (A) Pri-me-i-ro / a-pro-xi-ma-çã-o.
- (B) E-qui-pe / me-i-o.
- (C) Intr-oduz / rea-gi-ram.
- (D) I-ni-ci-a / a-ca-de-mi-a.
- (E) Pro-ce-ss-o / in-sti-tu-i-ção.

9. “Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e [...] trouxe para o Estado”.

A expressão em destaque no excerto apresentado pode ser substituída adequadamente, considerando a escolha pronominal e sua colocação, por

- (A) conheceu-o.
- (B) os conheceu.
- (C) conheceu-lhe.
- (D) conheceu-no.
- (E) lhe conheceu.

10. Assinale a alternativa em que as alterações feitas no excerto do 2º parágrafo do texto mantenham a correção gramatical, quanto à concordância verbal, no trecho apresentado.

- (A) É discutido temas diversos no programa.
- (B) São trabalhadas palavras e atividades lúdicas.
- (C) Temas como direitos humanos e a cultura da paz aproxima os policiais da comunidade.
- (D) A educação não formal é trabalhado pelo projeto “Papo de resposta”.
- (E) Aproxima-se os policiais da comunidade e dos adolescentes.

11. Assinale a alternativa em que a conjugação e a grafia dos verbos completam adequadamente todas as lacunas da seguinte frase.

“Se algum órgão da comunidade _____ o programa “Papo de Resposta”, os policiais _____ o local e _____ o projeto.”

- (A) convocam – visitarão – realizam
- (B) convocasse – visitão – realizarão
- (C) convocar – visitariam – realização
- (D) convocão – visitam – realizarão
- (E) convoca – visitam – realizam

Utilize o Texto II para responder as questões de 12 a 15.



Disponível em: <<https://meumundocommafalda.wordpress.com/2013/03/09/tirinha-no-92/>>. Acesso em 01/fev./2019.

12. Considere os elementos da comunicação e as funções da linguagem na tira da Mafalda e assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A personagem Mafalda aparece como uma receptora da mensagem enunciada por seu pai.
- (B) O rádio funciona como um canal de comunicação.
- (C) Em “Formigas!”, há ênfase na função fática.
- (D) Em “Mais vítimas na guerra do Vietnã [...]”, há ênfase na função referencial.
- (E) Em “Não há desgraça maior que formigas”, há ênfase na função emotiva.

13. De acordo com a tirinha da Mafalda, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As formigas são elementos que tematizam os pequenos problemas cotidianos.
- (B) A atitude do pai da Mafalda e da Mafalda opõem-se.
- (C) O texto suscita uma crítica a reações desproporcionais diante de situações corriqueiras.
- (D) A menção à morte das duas pessoas indica que a guerra do Vietnã foi uma tragédia sem precedentes.
- (E) O verbo no presente em “Não há desgraça maior que formigas!” visa indicar que o conteúdo dessa afirmação é um problema constante.

14. Assinale a alternativa que indica a figura de linguagem presente no segundo quadrinho da tira.

- (A) Pleonasma.
- (B) Metonímia.
- (C) Antonomásia.
- (D) Eufemismo.
- (E) Hipérbole.

15. Em “Que tragédia!”, o “Que” tem função de

- (A) advérbio.
- (B) substantivo.
- (C) pronome relativo.
- (D) conjunção integrante.
- (E) interjeição.

Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

16. Assinale a alternativa correta a respeito da aposentadoria e proventos do funcionário policial.

- (A) Os proventos da aposentadoria serão proporcionais ao tempo de serviço quando o funcionário policial invalidar-se por acidente ocorrido no exercício de suas atribuições ou pela constatação de doença profissional.
- (B) Nenhuma aposentadoria terá seu provento inferior a 50% do vencimento do respectivo cargo.
- (C) As gratificações de função policial civil e de risco de vida incorporam-se ao provento de aposentadoria, independentemente do tempo de percepção.
- (D) A concessão da aposentadoria é de competência do Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.
- (E) Em nenhuma hipótese, os proventos da inatividade poderão exceder à remuneração percebida na atividade.

17. Recompensa é o reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial. Sobre recompensa, assinale a alternativa correta.

- (A) O elogio não é considerado uma recompensa pelo Estatuto do Funcionário Policial do Espírito Santo.
- (B) A concessão de Medalhas a título de recompensas, nos termos da lei, se dará por meio de decreto do Poder Executivo.
- (C) A Medalha do Serviço Policial destina-se a premiar o funcionário policial que praticar ato de bravura ou de excepcional relevância para a organização policial ou para a sociedade.
- (D) A dispensa total do serviço até 30 dias é recompensa concedida pelo reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial.
- (E) A Medalha do Mérito Policial destina-se a premiar o funcionário policial pelos bons serviços prestado à causa da ordem pública, ao organismo policial e à coletividade policial.

18. O amparo assistencial e previdenciário do Estado ao funcionário policial e sua família compreenderá, EXCETO

- (A) pensões especiais.
- (B) frequência a cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional.

- (C) previdência e seguro social.
- (D) assistência médica ambulatorial, dentária, hospitalar e creche.
- (E) assistência judiciária, para processos judiciais decorrentes do exercício ou não do cargo.

19. No que se refere à responsabilização do funcionário policial pelo exercício irregular de suas atribuições, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário policial nessa qualidade.
- (B) a responsabilidade civil decorre unicamente de procedimento doloso; que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou terceiros.
- (C) o agente executante, no cumprimento da ordem emanada de autoridade superior, fica exonerado da responsabilidade pelos excessos que cometer.
- (D) o funcionário policial que deixar habitualmente de saldar dívidas legítimas não estará cometendo transgressão disciplinar.
- (E) a indenização do prejuízo causado à Fazenda Estadual poderá ser liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento do funcionário policial, desde que autorizado por escrito pelo funcionário.

20. A respeito das licenças permitidas ao funcionário policial, é correto afirmar que

- (A) o funcionário policial não poderá ser licenciado para tratar de interesses particulares.
- (B) a licença para tratamento de saúde somente poderá ser concedida a pedido do funcionário policial, não podendo ser concedida "ex-offício".
- (C) o funcionário policial poderá, atendidos os requisitos legais, obter licença por motivo de doença nas pessoas dos pais, do cônjuge, dos filhos ou pessoas que vivam às suas expensas e que constem do seu assentamento individual.
- (D) o funcionário policial acidentado no exercício de suas atribuições ou que tenha contraído doença profissional terá direito à licença com vencimento ou remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (E) ao funcionário policial que for convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional será concedida licença sem vencimento ou remuneração.

21. Assinale a alternativa correta acerca dos poderes administrativos.

- (A) O fundamento do poder de polícia é a predominância do interesse público sobre o particular, o que torna ilegítima qualquer discricionariedade no exercício desse poder.
- (B) O Judiciário não pode exercer o poder hierárquico por ser este exclusivo do Executivo.
- (C) Decorre do poder disciplinar o ato da autoridade superior de avocar para a sua esfera decisória ato da competência de agente a ele subordinado.
- (D) Configura excesso de poder o ato do administrador público que remove um servidor de ofício com o fim de puni-lo.
- (E) A remoção de ofício de um servidor, como forma de puni-lo por faltas funcionais, configura abuso de poder.

22. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos poderes administrativos.

- (A) O poder regulamentar consiste na possibilidade de o chefe do Poder Executivo editar atos administrativos gerais e abstratos, expedidos para dar fiel execução da lei.
- (B) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.
- (C) O poder hierárquico é o poder de que dispõe a administração para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- (D) O agente público incorre em desvio de poder quando, mesmo dentro de sua esfera de competência, atua afastando-se do interesse público.
- (E) É possível que o agente administrativo avoque para a sua esfera decisória a prática de ato de competência natural de outro agente de mesma hierarquia, para evitar a ocorrência de decisões eventualmente contraditórias.

23. Assinale a alternativa correta acerca do controle e da fiscalização da administração.

- (A) A competência do sistema de controle interno nos poderes da União restringe-se ao exercício do controle sobre entidades da administração pública direta, indireta, fundacional e autárquica.
- (B) O controle judicial se sobrepõe ao controle administrativo.
- (C) Os órgãos do Poder Executivo, assim como os órgãos dos demais Poderes quando realizarem função administrativa, sujeitar-se-ão ao controle interno e externo.
- (D) O controle administrativo, que consiste no acompanhamento e na fiscalização do ato administrativo por parte da própria estrutura organizacional, configura-se como controle de natureza interna, privativo do Poder Executivo.
- (E) O controle externo no Brasil é exercido a priori e a posteriori, mas não de forma concomitante.

24. Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

- (A) A teoria do risco integral obriga o Estado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aperfeiçoamento.
- (B) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, podendo o cidadão propor ação diretamente contra o servidor que tenha lhe provocado prejuízo.
- (C) Em caso de responsabilidade decorrente de ato praticado por servidor público, a obrigação de reparar o dano limita-se ao próprio servidor público.
- (D) As entidades da administração indireta responderão objetivamente pelos danos que nessa qualidade causarem a terceiros, mesmo quando os danos por elas provocados decorrerem da atividade econômica de natureza privada.
- (E) O servidor público somente responde regressivamente ao Estado pela indenização que este tiver que pagar a terceiros por danos que aquele tiver causado por dolo.

25. Assinale a alternativa correta acerca de Estado, Governo e Administração Pública.

- (A) Segundo a Constituição Federal, a tripartição de funções é absoluta no âmbito do aparelho do Estado.
- (B) O estudo da administração pública, do ponto de vista subjetivo, abrange a maneira como o Estado participa das atividades econômicas privadas.

- (C) O Estado constitui a nação politicamente organizada, enquanto a administração pública corresponde à atividade que estabelece objetivos do Estado, conduzindo politicamente os negócios públicos.
- (D) Os conceitos de governo e administração não se equiparam; o primeiro refere-se a uma atividade essencialmente política, ao passo que o segundo, a uma atividade eminentemente técnica.
- (E) Tradicionalmente, na Doutrina, os elementos apontados como constitutivos do Estado são: o povo, a uniformidade linguística e o governo.

26. Assinale a alternativa correta acerca de conceito e fontes do Direito Administrativo.

- (A) O sistema de direito administrativo anglo-americano teve origem na França e é focado, essencialmente, em reger as relações entre cidadãos e Administração, fixando prerrogativas e deveres à Administração.
- (B) O sistema de direito administrativo europeu continental deixa para o âmbito do direito privado as relações entre Estado e cidadãos. A jurisdição é una, exercida exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- (C) Os costumes não constituem fonte do direito administrativo.
- (D) O Direito Administrativo, dentre outros conceitos, pode ser definido como o ramo do direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
- (E) O direito administrativo visa à regulação das relações jurídicas entre servidores e entre estes e os órgãos da administração, ao passo que o direito privado regula a relação entre os órgãos e a sociedade.

27. Assinale a alternativa correta acerca dos princípios do Direito Administrativo.

- (A) O princípio administrativo do interesse público é um princípio implícito da administração pública.
- (B) O princípio da legalidade no direito administrativo preconiza que o administrador público está sujeito às exigências do bem comum, e delas não se pode afastar ou desviar, sendo que o cidadão poderá fazer

tudo o que a lei não proíba e o administrador público poderá fazer tão somente o que diz a lei.

- (C) Os princípios do direito administrativo são apenas os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.
- (D) O princípio da isonomia manifesta a imposição da administração em divulgar seus atos que são divulgados no diário oficial, seja da União, do Estado ou do município, na forma de obrigação constante na lei para garantir a transparência da administração.
- (E) O princípio da eficiência não está implícito em outros princípios.

28. Assinale a alternativa INCORRETA acerca do que preconiza o Direito Administrativo sobre a organização administrativa.

- (A) Órgão Público pode ser definido como pessoa jurídica de natureza pública, com personalidade jurídica própria e com atribuições para atuar em prol do interesse público.
- (B) As Secretarias de Estado são órgãos públicos que integram a administração direta.
- (C) As áreas em que poderão atuar as fundações públicas são definidas e estabelecidas por lei complementar.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) Um ministério criado no âmbito da União é órgão sem personalidade jurídica própria, sendo componente da administração direta.

29. Assinale a alternativa correta acerca da extinção, desfazimento e sanatória do ato administrativo.

- (A) A anulação é a retirada, do mundo jurídico, de um ato válido, mas que, segundo critério discricionário da administração, tornou-se inoportuno ou inconveniente.
- (B) A revogação ocorre quando há um vício no ato relativo à legalidade ou legitimidade; nunca por questões de mérito administrativo.
- (C) A revogação é um ato discricionário e tem como critério a conveniência e oportunidade.
- (D) A extinção objetiva do ato se dá pelo desaparecimento do sujeito detentor do benefício do ato.
- (E) A designação de ato administrativo abrange toda atividade desempenhada pela administração.

30. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos atos administrativos.

- (A) Os atos administrativos têm origem no Estado ou em agentes investidos de prerrogativas estatais.
- (B) Todo ato praticado no exercício da função administrativa consiste em ato da administração.
- (C) A morte de um funcionário que gera vacância de um cargo não é considerada um ato administrativo.
- (D) Os atos administrativos incluem os despachos de encaminhamento de papéis e os processos.
- (E) Os fatos administrativos não admitem nem anulação nem revogação.

Noções de Direito Processual Penal

31. Tratando das perícias em geral, com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os peritos elaborarão o laudo pericial no prazo máximo de 10 dias improrrogáveis, onde descreverão minuciosamente o que examinarem e responderão aos quesitos formulados.
- (B) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.
- (C) O laudo sobre o cadáver encontrado deve ser redigido pelos peritos de maneira textual e descritiva, sendo vedado qualquer desenho que não represente a fotografia real do corpo.
- (D) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia e, obrigatoriamente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.
- (E) A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, sendo vedado aos peritos fazer a autópsia antes daquele prazo.

32. A respeito da produção probatória no processo penal brasileiro, assinale a alternativa integralmente correta.

- (A) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova documental produzida por terceiro poderá suprir-lhe a falta.

- (B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar exclusivamente por determinação da autoridade policial, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou do ofendido.
- (C) Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.
- (D) Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e objetivamente descreverão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.
- (E) No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, observar-se-á que, para a comparação, unicamente servirão aqueles documentos que já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de punho da pessoa analisada.

33. Sobre as prisões cautelares admitidas no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa que reproduz corretamente conceito jurídico ou dispositivo legal.

- (A) Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, logo após ocorrer situação que faça suspeitar ser ele o autor da infração.
- (B) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante ainda que com o condutor assinem outras duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- (C) Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal com arbitramento de fiança.
- (D) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo, quando, por motivos de saúde, não puder aguardar o restabelecimento da primeira.
- (E) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

34. Sobre processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, tais como os peritos criminais, assinale a alternativa correta de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

- (A) A juntada de inquérito policial preparatório é indispensável nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito.
- (B) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias úteis.
- (C) A notificação do acusado para, previamente ao recebimento da denúncia, manifestar-se sobre o tema, apresentando sua defesa e evitando que seja a inicial recebida, se estende ao particular que seja coautor ou partícipe.
- (D) O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.
- (E) Caso seja recebida a denúncia ou queixa, a despeito da impugnação formulada pelo funcionário, é dispensável que ele tome ciência disso mediante citação formal, podendo defender-se nos autos do processo-crime como integrante formal do polo passivo.

35. Qual é o caráter do inquérito policial no direito brasileiro?

- (A) Negocial jurídico de direito público.
- (B) Meio processual constitucional de impugnação de delito.
- (C) Procedimento de cunho militar quando iniciado por lavratura de boletim de ocorrência pela Polícia Militar.
- (D) Parametrização de direito privado até o recebimento da denúncia ou queixa.
- (E) Procedimento administrativo preparatório.

36. Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial será iniciado

- (A) de ofício pela autoridade policial.
- (B) a requerimento do ofendido ou, se ausente, ao cônjuge, ascendente, descendente ou seu irmão.
- (C) por requisição do Poder Judiciário.
- (D) com a lavratura de boletim de ocorrência de terceiro interessado ao fato e alheio ao ofendido.

- (E) por requisição do Ministério Público ou a requerimento do ofendido.

37. Sobre a disciplina do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá intimar o indiciado para que o mesmo seja interrogado em Juízo sob pena de incorrer em crime de desobediência.
- (B) A autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado no curso do inquérito policial e enviará autos ao membro do Ministério Público para que dê sua opinião sobre o eventual delito.
- (C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- (D) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito se o Ministério Público ou o ofendido não mais requisitarem ou requererem novas diligências.
- (E) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá enviar os peritos criminais ao local imediatamente enquanto ouve o ofendido na sede do distrito policial.

38. O Código de Processo Penal descreve a fase probatória do inquérito policial e do processo penal, devendo os agentes estatais cumprirem seus dispositivos. Sobre o tema "prova", é correto afirmar que

- (A) o Juízo poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação se eles forem originários de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (B) a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, vedado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- (C) o Juízo deve ordenar, antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando seu poder geral de cautela.
- (D) as partes, pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, têm o direito de participar da colheita da prova, influenciando na sua formação, dentro de critérios regrados, porém o réu não tem o direito de tomar ciência das provas coletadas em grau sigiloso, exceto quando sobrevier seu interrogatório judicial.
- (E) o exame do corpo de delito não é considerado meio de prova direto ou indireto, mas tão somente peça processual integrante do acervo inquisitorial.

39. Sobre o regramento das provas ilícitas e das provas derivadas das ilícitas, assinale a alternativa completamente correta.

- (A) As provas ilícitas devem ser autuadas em apartado dos autos originários, para que sejam devidamente arquivadas caso se façam necessárias em outros procedimentos na perspectiva da prova emprestada.
- (B) Quando as provas derivadas das ilícitas puderem ser obtidas por uma fonte independente das provas originárias ilícitas, o Juízo ordenará o desentranhamento delas, sob pena de prevaricação.
- (C) A decisão que determina o desentranhamento da prova declarada inadmissível não pode ser eivada de preclusão, prescrição ou decadência.
- (D) A doutrina da ilicitude por derivação (teoria dos "frutos da árvore envenenada") repudia, por constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios, que, não obstante produzidos, validamente, em momento

ulterior, acham-se afetados, no entanto, pelo vício (gravíssimo) da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal.

- (E) Considera-se fonte independente aquela que por si só ou conjuntamente, seguindo os trâmites típicos ou atípicos, próprios da instrução processual, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

40. Tratando das provas penais admissíveis pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Exame de corpo de delito é a verificação da prova da existência do crime, feita por peritos, diretamente, ou por intermédio de outras evidências, quando os vestígios, ainda que materiais, desapareceram.
- (B) Vestígio material é aquele tal qual o rastro do crime que se perde tão logo a conduta criminosa finda, pois não é mais captável nem passível de registro pelos sentidos humanos.
- (C) Quando a infração deixar vestígios (o rastro, a pista ou o indício deixado por algo ou alguém), será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- (D) O exame do corpo de delito será prioritário tão somente em crimes contra a dignidade sexual e em delitos envolvendo violência física contra crianças.
- (E) O exame de corpo de delito só poderá ser feito em qualquer hora de dia matutino ou vespertino, ou em períodos em que a luz solar possa iluminar o objeto.

Noções de Direito Penal

41. Considerando as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, é correto afirmar que a pena é aumentada quando o sequestro supera, no mínimo, 48 horas.
- (B) O emprego de arma não aumenta a pena no delito de extorsão.
- (C) O crime de furto ocorre quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, equiparando-se à coisa móvel, à energia elétrica ou a qualquer outra que tenha valor econômico.
- (D) A coisa abandonada pode ser objeto material do crime de furto.

- (E) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, considera-se consumado o roubo apenas se o bem, objeto do delito, sai da esfera de vigilância da vítima.

42. Dentre as seguintes alternativas, assinale a INCORRETA.

- (A) O jurado pode ser responsabilizado criminalmente por crime de corrupção passiva.
- (B) Funcionário público que não dispõe da posse de determinado bem, porém se vale da facilidade que sua condição de funcionário proporciona para subtrair “para si ou para outrem” comete crime de “peculato furto”.
- (C) No crime do art. 317 do Código Penal, corrupção passiva, o sujeito ativo é somente o funcionário público.
- (D) Ocorrera crime de concussão mesmo se a exigência, para si ou para outrem, versar sobre vantagem devida.
- (E) Pratica o delito de corrupção passiva o funcionário público que solicita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.

43. Uma conduta ilícita é contrária ao direito. Porém pode haver conduta típica que não seja ilícita, aparecendo as chamadas excludentes de ilicitude. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente não será considerado crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade e legítima defesa.
- (B) As excludentes de ilicitude são apenas as definidas em Lei, especificamente determinadas pelo Código Penal, chamadas de excludentes de ilicitude legais.
- (C) No estado de necessidade, aplica-se a excludente ainda que o sujeito não tenha conhecimento de que age para salvar um bem jurídico próprio ou alheio.
- (D) Pode agir em estado de necessidade aquele que possui o dever legal de enfrentar o perigo.
- (E) São requisitos legais do estado de necessidade: perigo atual; ameaça a direito próprio ou alheio; situação não causada voluntariamente pelo sujeito; inexistência de dever legal de enfrentar o perigo.

44. Em alguns casos, o crime exige uma condição especial do sujeito ativo, podendo ser classificado em crimes comuns, próprios, de mão própria, bi próprios, etc. Referente ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Crime próprio pode ser praticado por qualquer pessoa, não sendo exigida uma condição ou qualidade especial do sujeito ativo.
- (B) Crimes funcionais são crimes praticados por funcionários públicos contra a administração. Esses crimes admitem a coautoria e a participação de terceiros, podendo esse terceiro ser funcionário público ou não.
- (C) O crime de falso testemunho é considerado um crime próprio, podendo ser praticado por qualquer pessoa, portanto a lei não exige uma qualidade especial do sujeito ativo.
- (D) O sujeito ativo pode ser tanto quem realiza o verbo típico ou possui o domínio finalista do fato como quem, de qualquer outra forma, concorre para o crime, sendo representado apenas pelo autor e coautor.
- (E) O sujeito ativo, para poder ser responsabilizado, será pessoa física, não podendo ser pessoa jurídica conforme determina a Constituição Federal.

45. É importante a fixação do tempo em que o crime se considera praticado para, entre outras coisas, compreender a lei que deverá ser utilizada, aplicada, e estabelecer a imputabilidade do sujeito. Com relação ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a

- (A) Teoria da Relatividade.
- (B) Teoria da Consumação.
- (C) Teoria da Atividade.
- (D) Teoria da Ubiquidade.
- (E) Teoria da Habitualidade.

46. João subtrai para si um pacote de bolachas no valor de R\$ 10,00 de um grande supermercado e o fato se encaixa formalmente no art. 155 do Código Penal. Em virtude da inexpressividade da lesão causada ao patrimônio da vítima e pelo desvalor da conduta, incide o princípio da insignificância que tem sido aceito pela doutrina e por algumas decisões judiciais como excludente de

- (A) punibilidade.
- (B) tipicidade material.
- (C) culpabilidade.
- (D) ilicitude formal.
- (E) executividade.

47. Segundo o art. 6º do Código Penal, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria se produzir o resultado. Existem várias teorias acerca do lugar do crime. Qual é a Teoria adotada pelo Código Penal vigente?

- (A) Teoria da Atividade.
- (B) Teoria do Resultado.
- (C) Teoria da Ubiquidade.
- (D) Teoria do Assentimento.
- (E) Teoria da Relatividade.

48. A extraterritorialidade presente no art. 7º do Código Penal se divide em condicionada e incondicionada. Na extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei nacional a determinados crimes cometidos fora do território, independentemente de qualquer condição, ainda que o acusado seja absolvido ou condenado no estrangeiro, EXCETO

- (A) quando o crime for contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
- (B) quando o crime for contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
- (C) no caso de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- (D) quando, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir o crime praticado.
- (E) quando o crime for contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

49. O crime de homicídio, art. 121 do Código Penal, é classificado doutrinariamente como um crime

- (A) de dano, material e instantâneo de efeitos permanentes.
- (B) vago, permanente e multitudinário.
- (C) próprio, de perigo e exaurido.
- (D) comum, forma livre e concurso necessário de agentes.
- (E) de mão própria, habitual e de forma vinculada.

50. Dentre as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Crime de dupla subjetividade passiva é o crime que tem obrigatoriamente dois ou mais sujeitos passivos.
- (B) O crime de estupro, art. 213 do CP, é um crime bipróprio, sendo que os sujeitos são determinados, não sendo possível ser praticado por qualquer pessoa.
- (C) Podem ser sujeitos passivos de crime os entes despersonalizados, pessoa ainda não nascida, incapazes, animais e recém-nascido.
- (D) Sujeito passivo e sujeito prejudicado são sinônimos, possuindo o mesmo significado: a pessoa física ou jurídica que sofre as consequências diretas da infração penal.
- (E) Uma pessoa pode ser simultaneamente sujeito ativo e sujeito passivo do mesmo crime.

Conhecimentos Específicos

51. O termo burocracia apresenta uma indicação da forma de organização com base na racionalidade das leis. A conotação negativa dos papéis e regulamentos tem sua origem nas disfunções das organizações burocráticas. Um dos seus pioneiros e teóricos de maior renome foi um cientista social do século XX, que entendeu que a Burocracia é importante para as organizações e o que se deve criticar é o excesso da burocracia, que, muitas vezes, gera o engessamento dos processos e do trabalho, sendo causador da ineficiência. A partir do exposto, assinale a alternativa que apresenta o precursor da Teoria da Burocracia.

- (A) George Rousseau.
- (B) Albert Einstein.
- (C) Silvio Lane.

- (D) Charles Darwin.
- (E) Max Weber.

52. Os agrupamentos de pessoas que se organizam em prol de objetivos comuns, que se solidificaram desde a pré-história, para atender às necessidades humanas e estão por toda parte, como empresas, bancos, escolas e universidades, igrejas, hospitais etc., são chamados de

- (A) Fundações.
- (B) Associações.
- (C) Governo.
- (D) Organizações.
- (E) Mobilizações.

53. Ao levar informações aos usuários, o Assistente Social possibilita que estes conheçam seus direitos, deveres e oportunidades diversas de se tornarem sujeitos de sua história de vida. Para que tais informações cheguem até os seus destinatários, o Assistente Social deve lançar mão de estratégias e planejamentos criativos, inovadores e bem elaborados, bem como valer-se dos mais diversos espaços e oportunidades para se aproximar deles. Assinale a alternativa que NÃO apresenta possibilidades de intervenção profissional do(a) Assistente Social.

- (A) São boas ferramentas de comunicação os murais, pátios e bibliotecas (seja na empresa, na igreja, secretarias, espaços públicos ou qualquer outro espaço pelo qual o usuário e/ou seus familiares transitarem).
- (B) O(a) Assistente Social deve estar atento(a) aos espaços coletivos, pois esses se constituem em ótimos espaços para disseminar informações.
- (C) Treinamentos e grupos bem planejados e direcionados surtem ótimos resultados. Contudo o(a) Assistente Social não pode esquecer de estar alinhado(a) às chefias responsáveis.
- (D) É importante que o(a) Assistente Social extrapole a sua sala de atendimento, o espaço de intervenção profissional vai além do espaço físico.
- (E) O(a) Assistente Social deve se valer das Leis na íntegra, utilizando termos técnicos junto aos usuários, assumindo assim a dimensão pedagógica e educativa da profissão, promovendo a inclusão dos mais simples ao proporcionar que eles se sintam parte do universo legislativo e suas descritivas.

54. A prática social humana, enquanto atividade transformadora, envolve três dimensões: Dimensão Produtiva, Dimensão Investigativa e Dimensão Social/Política. Nessa perspectiva, o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, possui duas naturezas que lhe permitem recriar as possibilidades profissionais como sujeito que contribui com a sociedade e produzir conhecimento/saberes capazes de subsidiar a intervenção profissional. Quais são essas naturezas?

- (A) Natureza interventiva e natureza defensiva.
- (B) Natureza investigativa e natureza punitiva.
- (C) Natureza interventiva e natureza investigativa.
- (D) Natureza interventiva e natureza criativa.
- (E) Natureza investigativa e natureza alusiva.

55. De acordo com o Código de Ética dos Servidores Cíveis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo – Decreto nº 1595 de 06/12/2005, em seu artigo 2º, assinale a alternativa que apresenta corretamente os deveres do servidor público Estadual do Espírito Santo.

- (A) Recusar qualquer missão no exterior, reforçando o comportamento de fidelidade ao Estado e ao Brasil.
- (B) Utilizar os recursos do Estado para atender ao interesse público, respeitando as leis e regulamentos pertinentes e utilizando a soberania do Código de Ética citado sobre os demais códigos de classe.
- (C) Informar sobre qualquer conflito de interesse, real ou aparente, relacionado com seu cargo, emprego ou função e tomar medidas para evitá-lo; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder de que tenha tomado conhecimento, indicando elementos de prova, para efeito de apuração em processo apropriado.
- (D) Ser assíduo e pontual no serviço; agir com honestidade e integridade no que diz respeito aos interesses pessoais do servidor, seguindo dessa maneira o Código de Ética do Servidor Civil do Espírito Santo, a fim de assim evitar penalidades.
- (E) Guardar sigilo sobre os assuntos do órgão; levar ao conhecimento da autoridade as irregularidades das quais tiver ciência, em razão do cargo ou função, exceto quando estas não prejudicarem interesses de ordem pessoal do servidor.

56. O Código de Ética dos Servidores Cíveis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo – Decreto nº 1595 de 06/12/2005, em seu artigo 4º, denota o que é vedado ao Servidor Público. Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que NÃO apresenta corretamente o que está descrito no referido artigo.

- (A) Utilizar pessoal ou recursos materiais do Estado em serviços ou atividades particulares.
- (B) Manter sob sua chefia imediata cônjuge, companheira ou parente até o segundo grau civil.
- (C) Atuar como procurador ou intermediário junto a órgãos públicos estaduais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais e percepção de remuneração ou proventos de cônjuge, companheiro e parentes até terceiro grau civil.
- (D) Retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (E) Tratar com misantropia, urbanidade e atenção os demais servidores públicos e os usuários do serviço público.

57. Acerca da História da Polícia Civil no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A Polícia Civil foi reconhecida nas configurações de hoje a partir da Constituição Federal de 1988, onde ficaram determinadas as funções de cada órgão de segurança do país.
- (B) Nos dias atuais, às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções policiais investigativas sobre infrações penais jurisdicionadas ao julgamento do competente poder judiciário estadual, exceto as militares.
- (C) Em 1500, segundo o costume europeu, foi criado o corpo de Policiais Cíveis uniformizados, denominado Guarda Urbana, com o objetivo de prevenir os crimes na capital Brasília.
- (D) A existência da Polícia Judiciária remonta ao governo imperial e seu desempenho, atribuição e competência foram firmados no período republicano de 1889, quando, nos idos de 1967, Era Ditatorial Militar em que a Polícia Judiciária (Polícias Cíveis) teve extirpadas de suas atribuições, as relativas ao policiamento preventivo

ostensivo uniformizado (fardado) que vinha desempenhando, desde o ano de 1866, por meio das antigas guardas civis.

- (E) Em 1871, uma nova constituição separou os conceitos de Justiça e Investigação Policial, criando duas funções distintas para cada. Assim, nessa lei, foi criado o Inquérito Policial – um documento que registra toda a investigação feita pela polícia e que, depois, é usado por órgãos da Justiça para fazer uma denúncia criminal.

58. É por meio do trabalho que o Assistente Social pode realizar a sua intervenção profissional. Entende-se por processo de trabalho o conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas ao alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Considerando o exposto, é correto afirmar que

- (A) a práxis não possui o poder de transformação social.
- (B) a práxis pressupõe a articulação teoria e prática.
- (C) a instrumentalidade não é uma via para a práxis.
- (D) a práxis constitui na sua essência aquilo que, na profissão, chama-se prática pela prática.
- (E) a práxis não estabelece relação, no âmbito do Serviço Social, com o instrumental técnico e operativo.

59. Ao analisar a questão social brasileira e suas variadas formas de expressão, compreende-se que esta tem como seu núcleo orgânico

- (A) os partidos políticos de oposição nacional.
- (B) a vida desregrada do cidadão que mal administra seus recursos.
- (C) o trabalho infantil e a prostituição somente.
- (D) a desigualdade e as injustiças sociais ligadas à organização do trabalho e à cidadania.
- (E) o excesso de sindicatos e movimentos sociais reivindicatórios dos direitos sociais e civis.

60. O Projeto Ético-Político do Serviço Social constitui-se em uma referência do conjunto que reflete as lutas e o desenho de sociedade pelo qual se trabalha, tendo sido forjado pelo esforço das entidades representativas de base que estão relacionadas com o Serviço Social

(CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO). A partir desse entendimento, o Projeto Ético-Político é composto por três importantes elementos, sendo eles:

- (A) Lei que regulamenta a profissão (Lei nº8.662/96); Código de Ética do(a) Assistente Social (1993); Constituição Estadual (1988).
- (B) Lei que regulamenta a profissão (Lei nº8.662/96); Código de Ética do(a) Assistente Social (1986); Constituição Federal (1988).
- (C) Política Nacional de Assistência Social (2004); Código de Ética do(a) Assistente Social (2016); Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996).
- (D) Lei que regulamenta a profissão (Lei nº8.662/96); Código de Ética do(a) Assistente Social (1993); Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996).
- (E) Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Sistema Único de Saúde (SUS); Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996).

61. As diretrizes e estratégias de atuação na área de assistência à saúde mental no Brasil envolvem o Governo Federal, Estados e Municípios. Os principais atendimentos em saúde mental são realizados nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que existem no país, onde o usuário recebe atendimento próximo da família com assistência multiprofissional e cuidado terapêutico conforme o quadro de saúde de cada paciente. Nos casos em que o município não possua um CAPS, qual dos serviços a seguir será responsável pelo atendimento de saúde mental?

- (A) Centro de Referência de Assistência Social.
- (B) Centro Especializado de Assistência Social.
- (C) Instituição de Longa Permanência para Idosos.
- (D) Centro POP.
- (E) Unidades Básica de Saúde – Atenção Básica.

62. A instrumentalidade pode ser compreendida como mediação, visto que o cotidiano é o espaço para a realização das ações instrumentais, como um exercício profissional, crítico e competente. Dessa forma, há algo que precede a discussão acerca dos instrumentos e técnicas necessárias ao profissional: a sua instrumentalidade. Assinale a alternativa que caracteriza a instrumentalidade do exercício profissional do(a) Assistente Social.

- (A) A instrumentalidade impossibilita a relação do referencial teórico com as demandas postas ao profissional.
- (B) A instrumentalidade é a capacidade que a profissão porta de ser convertida em instrumento nas mãos do Estado para a operacionalização de seus interesses.
- (C) A instrumentalidade é a ideia de que a teoria é bonita, mas na prática a história é outra. Esse fato pode ser compreendido tanto por estudantes quanto pelos profissionais do Serviço Social.
- (D) A instrumentalidade não permite que as referências teóricas expliquem a lógica e a dinâmica da sociedade, bem como as particularidades do exercício profissional e das singularidades do cotidiano.
- (E) A instrumentalidade é o espaço no qual a cultura profissional se movimenta. A cultura profissional dos assistentes sociais recolhe e, na instrumentalidade, constrói os indicativos teórico-práticos de intervenção imediata, o chamado instrumental técnico ou as ditas metodologias de ação.

63. O Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social vigente aborda reflexões e orientações sobre o sigilo profissional. O sigilo pode ser compreendido como a relação de respeito e confidencialidade entre o profissional e o usuário durante todas as fases do atendimento prestado, independente da instituição onde o(a) Assistente Social desenvolve seu trabalho. Acerca do sigilo profissional abordado em vários artigos do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social, assinale a alternativa correta.

- (A) Consiste em um direito do(a) Assistente Social a inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional.
- (B) A quebra do sigilo é inadmissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa trazer prejuízos ao usuário, a terceiros e à coletividade.
- (C) O sigilo não abrange informações importantes para os demais membros da equipe, respeitando o treinamento acabrunhador recebido nas instituições de ensino superior.
- (D) Acerca das relações do(a) Assistente Social com a Justiça, este deve comparecer perante a autoridade competente, quando intimado a prestar depoimento, para declarar que não está obrigado a guardar sigilo profissional nos termos do referido Código e da Legislação em vigor, contribuindo irrestritamente.
- (E) O art. 5º trata das Relações com os Usuários e afirma que o profissional não deve informar informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional.

64. De acordo com o Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993, é vedado ao Assistente Social nas relações do(a) profissional com a Justiça:

- (A) depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.
- (B) recusar-se a aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os

dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.

- (C) ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.
- (D) apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos no referido Código de Ética.
- (E) comparecer perante a autoridade competente, quando intimado a prestar depoimento, para declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional nos termos do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social e da Legislação em vigor.

65. O Código de Ética do Assistente Social de 1993 aponta algumas práticas proibidas ao Assistente Social nas suas relações com os usuários. Assinale a alternativa que apresenta uma violação do Código de Ética.

- (A) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
- (B) Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.
- (C) Contribuir para criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação entre os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.
- (D) Exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses.
- (E) Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das demandas apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios do Código de Ética.

66. O Serviço Social, como profissão que intervém no conjunto das relações sociais e nas expressões da questão social, enfrenta hoje, no campo do sistema penitenciário, determinações tradicionais às suas atribuições, que não consideram os avanços da profissão no Brasil e o compromisso ético e político dos profissionais frente à população e às violações dos direitos humanos que são cometidas. A partir das informações apresentadas sobre a atuação do Serviço Social no Sistema Prisional, é correto afirmar que

- (A) atualmente os assistentes sociais encontram dificuldades no âmbito do sistema prisional, uma vez que estão inseridos em um contexto meramente burocrático e presenciam, muitas vezes, a restrição da sua intervenção e diversas situações de violações dos direitos dos apenados.
- (B) foi por meio da Lei de Execução Penal (LEP) de 1993 que os(as) Assistentes Sociais puderam contar com o chamado aparato jurídico-político concernente ao espaço sócio-ocupacional.
- (C) a intervenção do profissional de serviço social junto ao sistema prisional consiste na inibição da violência dentro dos presídios e isso se dá por meio da realização de terapia junto aos agentes penitenciários.
- (D) compete ao(à) Assistente Social a administração dos benefícios sociais que por ventura o apenado venha a receber, quando sob custódia do Estado.
- (E) o enunciado demonstra uma crítica ao profissional de serviço social, relatando que a dificuldade na realização do trabalho está na própria ineficiência do(a) assistente social, e não do sistema.

67. O Serviço Social consiste em uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, na busca pela investigação, análise e apresentação. Atua no sentido de propor soluções mediante as complexas expressões da questão social na atualidade. Dado esse contexto profissional, compreende-se que diversos são os espaços sócio-ocupacionais nos quais o assistente social poderá atuar e uma dessas áreas é a sociojurídica, como Ministério Público, Defensoria Pública, Sistema Prisional, Conselhos Gestores, Delegacias, etc. Considerando o exposto, assinale a

alternativa correta quanto às atribuições da Defensoria Pública e à atuação do(a) Assistente Social.

- (A) A Defensoria Pública está fora da estrutura do Poder Executivo e presta atendimento jurídico em sentido amplo, de natureza judicial e extrajudicial, de educação em direitos, e tem legitimidade para atuar não só individualmente, mas também por meio da tutela coletiva.
- (B) A Defensoria Pública atende pessoas/famílias que não podem pagar um advogado, oferecendo assistência jurídica integral e gratuita a todos, independentemente da comprovação de renda.
- (C) Cabe a(o) Assistente Social que atua na Defensoria Pública: orientar os usuários e familiares sobre os desdobramentos e as implicações envolvidas em tal demanda, por meio de atendimentos, acolhimentos, visitas domiciliares, entrevistas ou outro instrumento que o profissional julgar importante para a concretização do trabalho.
- (D) Dentre as finalidades de atuação do Assistente Social na Defensoria Pública, ressalta-se a necessidade de se fomentar e incentivar a judicialização de direitos que já estão postos e efetivados.
- (E) Nesse campo, a atuação do profissional não compõe a equipe multidisciplinar e interdisciplinar, sendo a equipe formada por psicólogos, oficiais de justiça e advogados.

68. Quanto à atuação do(a) Assistente Social na área da Saúde Mental, em especial nos Centros de Atenção Psicossocial, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe ao profissional uma intervenção que visa ao tratamento de problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas.
- (B) De acordo com Lei nº 8.662/03, que regulamenta a profissão de Serviço Social, a realização de terapias constitui atribuição e competência do(a) assistente social.
- (C) Não é permitido ao(a) Assistente Social nesse contexto (Saúde Mental) implementar ações de cunho socioeducativo sobre informações e direitos tanto a pacientes quanto a familiares.
- (D) Cabe ao profissional de Serviço Social tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas, envolvendo prescrição de medicação.
- (E) Um dos documentos que respalda Assistentes Sociais e estagiários que atuam nesse contexto é a Resolução do CFESS nº 569, de 25 de março de 2010, a qual dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do(a) assistente social.

69. Com o passar dos tempos, o profissional de Serviço Social foi se inserindo nas mais diversas áreas e organizações, conquistando muitos campos de trabalho e observando que o agravamento das diversas expressões da questão social necessita também de diversas formas de enfrentamento. Sobre a atuação profissional do(a) Assistente Social, é correto afirmar que

- (A) o Assistente Social atua exclusiva e unicamente na Esfera Estatal.
- (B) a ação profissional segue diretrizes previstas somente no Código de Ética.
- (C) para atuar como Assistente Social o profissional obrigatoriamente necessita estar com o seu Termo de Adesão ao Serviço Voluntário atualizado.
- (D) o assistente social deve pautar a sua ação na viabilização do fortalecimento de espaços democráticos, propiciar a participação dos usuários, ou seja, atuar na perspectiva da garantia dos direitos.

(E) a ação profissional deve contemplar um embasamento teórico-metodológico eclético, baseado nas diretrizes indicadas na *Rerum Novarum*.

70. Quanto ao Parecer Social e à intervenção profissional do Assistente Social, é correto afirmar que

- (A) o parecer Social não deve exprimir a opinião profissional sobre a referida situação.
- (B) juntamente com a entrega do Parecer Social deve ser anexado e entregue aos setores solicitantes o estudo socioeconômico.
- (C) na realização de um Parecer para a área da saúde, por exemplo, é importante que o profissional foque somente na questão da doença, isoladamente.
- (D) diferentemente do Laudo Pericial e Vistoriais, o Parecer Social não é considerado uma atribuição privativa do Assistente Social.
- (E) o parecer social trata de exposição e manifestação sucinta, com foco na situação analisada a partir da observação e do estudo, sendo concebido como um instrumento de viabilização de direitos que pode contribuir para a concessão de um recurso material, decisão médica pericial ou benefício.

71. Considerando o Projeto Ético Político e a prática investigativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Dada a sua natureza interventiva e investigativa, as atividades de pesquisa inserem-se na profissão juntamente ao seu surgimento, sendo reconhecidas por suas amplas práticas de pesquisa desde a década de 1930.
- (B) Para que a pesquisa em Serviço Social avance ainda mais, é relevante que os profissionais se apropriem de métodos científicos com bases sólidas inspiradas no positivismo.
- (C) Ao Assistente Social, cabe apropriar-se criticamente do conhecimento existente sobre o problema específico com o qual se ocupa, dispensando a bibliografia teórica já existente.
- (D) É relevante que o profissional de Serviço Social seja capaz de compreender, em uma perspectiva de totalidade, a dinâmica social, articulando o conhecimento do modo de produção capitalista com o conhecimento da formação social brasileira, presente no cotidiano profissional.

- (E) Os Assistentes Sociais precisam identificar corretamente as principais mediações entre pluralidade, imediatismo e funcionalismos nas quais atuam com as determinações da questão social no Brasil, para que possam gerar pesquisas de qualidade.

72. O Assistente Social, assim como outros profissionais inseridos no mercado de trabalho, vem sofrendo impactos diretos nas esferas produtivas e estatais. Tais transformações também alteram as relações entre a sociedade e o Estado. O Planejamento Social, além de fazer parte do cotidiano de muitos profissionais, corresponde ao conjunto de atividades intencionais e planejadas, estratégicas, operacionais e organizacionais que visam adequar e integrar a capacidade interna da organização ao ambiente externo. Considerando o exposto, é correto afirmar que

- (A) o planejamento social busca utilizar harmonicamente o planejamento estratégico e sua implementação, buscando também a participação dos vários níveis profissionais existentes, ou ainda da própria sociedade.
- (B) o planejamento social atua de forma a remediar o presente e o futuro, tendo como embasamento o pensamento de que o futuro se constrói a partir das ações desenvolvidas no século XVI.
- (C) cada organização trabalha o planejamento social de forma igual, o que é absolutamente compreensível, já que existe uma única maneira de abordá-lo e ela não deve ser adequada à realidade de cada local.
- (D) o planejamento social jamais se realiza a partir de um processo de aproximações que tem como centro de interesse a situação delimitada como objeto de intervenção.
- (E) o Planejamento Social constitui-se em uma instância operacional da intervenção profissional na realidade social.

73. Dentre as alternativas que explicitam os diferentes níveis do planejamento social: plano, programa e projeto, assinale aquela que apresenta corretamente os conceitos de tais níveis.

- (A) Plano consiste na etapa que antecede a elaboração dos projetos, uma prévia do que será realizado, a setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto/ Programa consiste no maior nível de abrangência do Planejamento

Social / Projeto consiste na menor abrangência que o Plano e o Programa e maior detalhamento de ações de execução das políticas sociais.

- (B) Plano consiste no maior nível de abrangência do Planejamento Social / Programa consiste no menor nível de abrangência que o Plano, setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto / Projeto consiste na menor abrangência que o Plano e o Programa e no maior detalhamento de ações de execução das políticas sociais.
- (C) Plano consiste na menor abrangência que o Plano e o Programa e maior detalhamento de ações de execução das políticas sociais / Programa consiste no menor nível de abrangência que o Plano, setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto / Projeto consiste no maior nível de abrangência do Planejamento Social.
- (D) Plano consiste no maior nível de abrangência do Planejamento Social / Programa consiste no menor nível de abrangência que o Plano, setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto / Projeto consiste no desdobramento do Plano.
- (E) Plano consiste no maior nível de abrangência e no desdobramento do Programa / Programa consiste no menor nível de abrangência que o Plano, setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto / Projeto consiste na menor abrangência que o Plano e o Programa e no maior detalhamento de ações de execução das políticas sociais.

74. Qual instrumental técnico operativo, muito utilizado pelo assistente social, permite a coleta de dados, o conhecimento da realidade e a aproximação com o usuário, contribuindo para a realização do planejamento das ações a serem tomadas e dos encaminhamentos a serem feitos?

- (A) Documentação.
- (B) Entrevista.
- (C) Registro.
- (D) Telefone.
- (E) Visita domiciliar.

75. Um dos fatores que contribuem para a qualificação do(a) Assistente Social é a realização de pesquisas atreladas à realidade. Planejar a pesquisa é fundamental para que o profissional possa definir seu problema de pesquisa, definir as fontes de informação e os melhores procedimentos a serem adotados para que se possa coletar e analisar os dados com sucesso e confiabilidade. Sendo assim, fica claro que o projeto de pesquisa é constituído por etapas bem definidas. A partir do exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) O objeto de pesquisa não pode ser identificado a partir de uma dificuldade encontrada na prática profissional do(a) assistente social, embora nem sempre seja totalmente desconhecido pelo pesquisador.
- (B) Os objetivos de pesquisa são definidos após a sua finalização para que se garanta a coerência textual.
- (C) A pesquisa consiste em trabalhar os conceitos teóricos que dão origem ao problema da investigação, os quais visam descrever como o profissional deve atuar em seu cotidiano.
- (D) O levantamento da literatura (bibliográfica) é intencional e serve para afirmar aquilo que o pesquisador quer comprovar. Para a pesquisa em Serviço Social, é obrigatório o uso de pesquisadores Assistentes Sociais para que se garanta a pureza da pesquisa.
- (E) O cronograma de um projeto de pesquisa tem um caráter flexível, contribuindo com o controle das etapas a serem executadas pelo pesquisador, otimizando tempo e recursos, pois permite distribuir e organizar as etapas a serem realizadas ao longo da pesquisa.

76. Assinale a alternativa que apresenta corretamente os três níveis/finalidades mais usuais no processo de avaliação do planejamento social.

- (A) Eficácia, eficiência e eloquência.
- (B) Eficiência, eficácia e efetividade.
- (C) Efetividade, eletividade e competência.
- (D) Eficácia, efetividade e eletividade.
- (E) Eficiência, eficácia e eletividade.

77. A respeito dos Projetos Societários e do Projeto Ético-Político do Serviço Social, é correto afirmar que

- (A) os Projetos societários dizem respeito ao tipo de sociedade ideal que se busca e consiste em um projeto individual de vida.
- (B) o Projeto ético-político do Serviço Social é um projeto societário.
- (C) os projetos societários consistem em um projeto macroscópico enquanto um projeto profissional está relacionado às perspectivas particulares de determinada profissão.
- (D) o projeto societário do Serviço Social possui três aspectos complementares que regulam a profissão: indicativos, imperativos e compulsórios.
- (E) os projetos societários consistem em estruturas fixas e imutáveis, que defendem os interesses de determinada classe.

78. Assinale a alternativa que apresenta corretamente os princípios que favorecem o acesso dos usuários aos seus direitos sociais.

- (A) Clientelismo Social, filiação política e cidadania.
- (B) Clientelismo político, coronelismo e populismo.
- (C) Cidadania, Democracia e Participação Social.
- (D) Assistência social, Previdência Social e Pedetismo.
- (E) Participação Social, Controle Social e Clientelismo Social.

79. Quanto às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social, assinale a alternativa correta.

- (A) As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social são essenciais no processo de intervenção profissional e devem estar articuladas nesse processo, ou seja, uma não se sobrepõe às outras.
- (B) A dimensão teórico-metodológica se sobrepõe às demais dimensões, uma vez que permite a apreensão da totalidade do cotidiano objetivamente.
- (C) As três dimensões são fundamentais, entretanto o profissional deve priorizar as dimensões teórico-metodológica e ético-política.
- (D) A dimensão técnico-operativa deve ser priorizada, pois diz respeito à finalidade da ação e do compromisso profissional.

- (E) A dimensão ético-política deve ser priorizada, por se tratar dos referenciais éticos e políticos da sociedade.
- 80. Considerando as instituições, as organizações sociais e o Serviço Social, assinale a alternativa correta.**
- (A) Mesmo considerando a relevância das instituições e organizações sociais no cotidiano profissional, é fato indiscutível que elas representam obstáculos absolutos para a efetivação da ação profissional.
- (B) As competências teóricas, técnico-operativas e ético-política são anuladas quando o(a) Assistente Social é contratado(a) por uma instituição pública ou privada.
- (C) Os recursos disponibilizados pelas instituições e que ficam à disposição dos profissionais de Serviço Social engessam e limitam a sua intervenção, sendo difícil a realização de um trabalho com qualidade.
- (D) A efetivação do trabalho do profissional de Serviço Social ocorre por meio das instâncias institucionais e organizacionais, pois é por meio delas que o(a) Assistente Social acessa os meios necessários para tal efetivação.
- (E) As prioridades na realização do trabalho junto às organizações devem ser sempre definidas e estabelecidas pela instituição, o que nada interfere no cotidiano profissional e nas intervenções que visam à garantia de acesso dos usuários aos serviços.
- 81. No desenvolvimento de sua prática investigativa, o(a) Assistente Social baseia-se em conceitos teóricos fundamentais acerca da realidade social em que está inserido(a). Tais conceitos (aporte teórico) auxiliam na identificação, análise e proposição de soluções estratégicas junto às demandas que lhe são postas. Com base no exposto, assinale a alternativa que apresenta corretamente os teóricos em que tais conceitos fundamentais clássicos podem ser encontrados.**
- (A) Marx, Freud e Fernando Henrique Cardoso.
- (B) Durkheim, Weber e Marx.
- (C) Freud, Piaget e Weber.
- (D) Marx, Lênin e Weber.
- (E) Marx, Freud e Trotsky.

- 82. No processo histórico de construção do Serviço Social no Brasil, a profissão seguiu princípios que foram oriundos da Igreja Católica, a qual apresentava grande influência sobre a profissão. Alguns documentos escritos pela Doutrina Social da Igreja apontavam o envolvimento dos católicos junto aos problemas sociais da época, norteando valores e princípios pautados em uma visão teórica neotomista. A partir do exposto e considerando a história do Serviço Social, assinale a alternativa que apresenta corretamente duas das encíclicas da Igreja Católica que influenciaram o início da profissão.**
- (A) *Ecclesia de Eucharistia* e *Quadragesimo Anno*.
- (B) *Rerum Novarum* e *Gratia Recordatio*.
- (C) *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*.
- (D) *Mediator Dei* e *Non Mediocri*.
- (E) *Une Fois Enconre* e *Caritatis*.

83. A crescente flexibilização das relações de trabalho no Brasil, seja no setor público ou no privado, tem gerado consequências para a categoria profissional. Assinale a alternativa que apresenta corretamente como essas novas relações de trabalho impactam os profissionais de Serviço Social.

- (A) Com a diminuição dos postos de trabalho, é possível perceber uma crescente melhora nos salários da categoria.
- (B) Com a flexibilização das relações de trabalho e redução da jornada de trabalho para 30 horas, houve um aumento considerável de vagas para os assistentes sociais, o que, por consequência, elevou o piso salarial da profissão.
- (C) Conseguirá se manter ativo no mercado aquele com mais estratégia competitiva. Então, aquele que souber agregar valor financeiro se manterá no mercado.
- (D) O maior impacto provocado pela flexibilização das relações de trabalho para a categoria profissional de Serviço Social foi o surgimento de uma nova profissão chamada de Técnico de Assistência Social, disputando espaços sócio-ocupacionais antes destinados pelos Assistentes Sociais.
- (E) Devido às flexibilizações das relações de trabalho, o(a) Assistente Social tem sido chamado(a) cada vez mais a buscar qualificação e atualização, estando apto(a) a responder as mais variadas demandas oriundas das expressões da questão social brasileira em constante transformação.

84. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma possibilidade de atuação do(a) Assistente Social na instituição Policial Civil.

- (A) Abster-se de qualquer ato ou manifestação coletiva.
- (B) Realizar e interpretar pesquisas sociais, cujos resultados poderão imperativamente anular uma decisão judicial para cumprimento da pena, sem direito a questionamento da autoridade judicial.
- (C) Dentre todas as atribuições, fica vedado ao Assistente Social o cumprimento de plantões presenciais e à distância devido ao stress emocional e psicológico.
- (D) Indicar, à autoridade competente, os casos de detentos que necessitam de orientação e assistência médica externa, contudo o preso só poderá sair com a presença do(a) assistente social.

- (E) Fazer levantamentos sobre a situação socioeconômica do preso, no aguardo de decisão judicial, quando determinado pela autoridade competente.

85. Na atual conjuntura, considerando as demandas institucionais e dos usuários, novas exigências têm sido postas ao Assistente Social em seus diversos espaços sócio-ocupacionais. Nesse sentido, o profissional da atualidade deve ser

- (A) propositivo, possuir habilidades para negociar e mediar conflitos, ser criativo e saber apresentar e defender seus projetos.
- (B) persuasivo, fomentando junto ao usuário a superação da sua incapacidade socioeconômica.
- (C) administrativo, para promover a reengenharia nas instituições em que atua, visto que essa competência está prevista nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, bem como está prevista como um dos deveres do(a) Assistente Social.
- (D) exímio investigador, sendo capaz de desvelar o obscuro presente na vida dos usuários que atende.
- (E) investigativo ao ponto de desenvolver a capacidade de reprodução das teorias, o que o habilita para a organização e a planejamento da vida dos usuários.

86. De acordo com a Lei Complementar nº 46/1994, que institui o Regime Jurídico Único para os servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado do Espírito Santo, de qualquer dos seus Poderes, e dá outras providências, no que diz respeito a sua remuneração, é correto afirmar que

- (A) a remuneração ou provento que o servidor público falecido tenha deixado de receber será repassado ao Estado na sua esfera Estadual.
- (B) o servidor público perderá um terço da remuneração durante os afastamentos por motivo de prisão em flagrante ou decisão judicial provisória, com direito à diferença, se absolvido a final.
- (C) o servidor público ocupante de cargo em comissão, se exonerado durante o período de licença médica ou férias, não fará jus ao recebimento da remuneração respectiva, até o prazo final do afastamento.

- (D) os vencimentos e os proventos dos servidores públicos estaduais deverão ser pagos até o quinto dia útil do mês de trabalho.
- (E) mesmo mediante autorização do servidor público, não poderá haver consignação em folha de pagamento, a favor de terceiros, a fim de não prejudicar a responsabilidade financeira perante si mesmo e seus dependentes.
- 87. No Decreto nº 1.595-R/2005, que trata do Código de Ética dos Servidores Cíveis do Estado do Espírito Santo, são apresentados os seguintes elementos: competência, honestidade, imparcialidade, integridade, interesse público, respeito, responsabilidade e transparência. Esses elementos, no referido Decreto, dizem respeito**
- (A) às disposições gerais.
- (B) ao comitê de ética.
- (C) aos deveres do servidor público.
- (D) aos princípios fundamentais.
- (E) aos direitos do servidor público.
- 88. A Lei Complementar nº 46/1994 institui o Regime Jurídico Único para os servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado do Espírito Santo, de qualquer dos seus Poderes, e dá outras providências, em seu artigo 142, que diz respeito à Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. A respeito desse assunto, é correto afirmar que**
- (A) a comprovação da necessidade de acompanhamento do doente pelo servidor público será feita através da delegacia do trabalho.
- (B) é considerada assistência pessoal a representação pelo servidor público dos interesses econômicos ou comerciais do doente.
- (C) em qualquer hipótese, a licença prevista no artigo será obrigatoriamente renovada de 6 em 6 meses.
- (D) o servidor público efetivo poderá obter licença por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, filhos, pais e irmãos, mediante comprovação médica, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal e que esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.
- (E) em casos especiais, poderá ser dispensada a ida do doente ao órgão médico de pessoal

do Estado, não sendo aceitos laudos fornecidos por outra instituição médica oficial da União, de outro Estado ou dos Municípios, ou entidades sediadas fora do País.

- 89. Ao realizar uma visita domiciliar, o(a) Assistente Social se deparou com a seguinte composição familiar: pai, mãe, 5 filhos (todos com idade menor a 12 anos), avós paternos e 2 tios das crianças. Considerando esse relato hipotético, o(a) Assistente Social deverá indicar em seu relatório de visita domiciliar que se trata de uma família classificada como**
- (A) Família Extensa.
- (B) Família Solidária.
- (C) Família Homoafetiva.
- (D) Família Pluriparental.
- (E) Família Reconstituída.
- 90. O profissional de Serviço Social deve ser dotado de referenciais teóricos e técnicos que lhe permitam responder as demandas sociais oriundas das expressões da questão social, para que assim possa identificá-las e, então, propor ações de enfrentamento, mediante um cenário de correlações das forças sociais, econômicas e políticas, as quais se unem por meio das relações de poder. Ao realizar a Análise de Conjuntura, o Assistente Social deve considerar alguns elementos que são capazes de congrega o máximo de informações que lhe possibilitarão uma boa interpretação. Assinale a alternativa que apresenta corretamente tais elementos.**
- (A) Acolhida, cenários, atores sociais, análise de dados e intervenção.
- (B) Recepção, cenários, atores sociais, relações de força e intervenção.
- (C) Pré-diagnóstico, cenários, atores sociais, relações de forças e pós-diagnóstico.
- (D) Acontecimentos, cenários, atores sociais, relações de força e análise de fatos.
- (E) Acontecimentos, cenários, atores sociais, análise de dados e encaminhamentos.

91. A atuação do(a) Assistente Social se dá em uma determinada realidade social, a qual está em permanente movimento e transformação. A realidade se caracteriza em um campo de relações contraditórias, sendo evidenciada pelas expressões da questão social brasileira. O conhecimento assume, então, um papel significativo perante a categoria profissional, pois auxilia na compreensão da realidade e fundamenta para se chegar até ela, demonstrando uma capacidade analítica e propositiva. Acerca da importância do conhecimento para o Serviço Social, assinale a alternativa correta.

- (A) O conhecimento para o Serviço Social está relacionado à dimensão ético-metodológica e ao Código de Ética Profissional vigente de 1986.
- (B) O conhecimento mais completo para o Serviço Social é o conhecimento prático, o que coloca em segundo plano o rigor teórico-metodológico.
- (C) O conhecimento se apresenta ao Serviço Social enquanto categoria que explana a realidade, desestimando o processo histórico profissional como forma de garantir o materialismo histórico dialético hegeliano.
- (D) A importância do conhecimento e de sua busca para o Serviço Social reside no fato de que, por meio do conhecimento, o profissional consegue garantir uma intervenção imediatista, pautada no assistencialismo que rege a profissão.
- (E) O conhecimento, para o Serviço Social, não é apenas uma forma de saber, mas principalmente, uma maneira de compreender em primeiro momento e, posteriormente, apresentar caminhos seguros para transformar a realidade.

92. Para o Serviço Social, a prática da abordagem é considerada muito significativa e de grande relevância nos processos de intervenção. Dela podem depender os próximos passos a serem dados pelo Assistente Social na condução do atendimento junto ao usuário. Acerca da abordagem no Serviço Social, é correto afirmar que

- (A) a abordagem é uma ação que se encerra em si mesmo.
- (B) o processo de abordagem é invariável e deve seguir uma métrica única: o padrão aprendido no processo de formação

profissional, independente da realidade na qual o profissional está inserido. Não cabe ao profissional adaptá-lo.

- (C) é por meio da abordagem que o profissional desenvolve suas relações com a comunidade, por isso é um processo aparentemente simples, intencional, porque possui objetivos já definidos, mediando sempre futuras ações do profissional.
- (D) a abordagem correta pede atenção, pois alerta para alguns cuidados que o profissional deve ter no momento de colocá-la em prática levando em conta prioritariamente as condições subjetivas da situação, uma vez que as expressões da questão social impactam psicologicamente qualquer pessoa.
- (E) a abordagem deve se pautar nos modelos de abordagem das polícias civil e militar, considerando que a abordagem deve sempre causar um impacto no usuário para que ele demonstre respeito pelo(a) Assistente Social.

93. Quanto à visita domiciliar, recurso utilizado por muitos(as) profissionais em seu cotidiano, é correto afirmar que

- (A) a família não deve ser informada sobre o dia e horário da visita, a fim de não mascarar a realidade.
- (B) a visita domiciliar deve se assemelhar a um instrumento de abstração profissional.
- (C) a visita domiciliar objetiva aplicar a teoria na prática, situação em que se confirma que a teoria vista e estudada no processo de formação acadêmica em nada se aproxima ou contribui para a leitura e análise da realidade do usuário.
- (D) a visita domiciliar não deve ultrapassar 10 minutos. Caso não consiga fazer todas as anotações necessárias, o profissional pode levar consigo um gravador, cujo uso não necessita do consentimento do usuário.
- (E) a visita domiciliar é uma ação voltada para localizar famílias potenciais usuárias do serviço, previamente identificadas; visa compreender a realidade do grupo familiar, suas demandas e necessidades, recursos e vulnerabilidades; fortalecer os vínculos familiares e comunitários, fortalecer o vínculo da família com o serviço; avaliar as mudanças ocorridas a partir da sua participação no serviço.

- 94. Um dos direitos do profissional, previsto no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social (1993), está relacionado ao aprimoramento profissional de forma contínua. Esse aprimoramento é fundamental para que o(a) Assistente Social realize sua prática profissional com qualidade, eficiência e eficácia, facilitando, assim, uma intervenção mais assertiva junto à demanda apresentada. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o que o aprimoramento contínuo propicia ao profissional.**
- (A) Maior fundamentação imediata.
 - (B) Maior fundamentação humana-cristã.
 - (C) Maior fundamentação teórico-prática.
 - (D) Maior fundamentação teórico-assistencialista.
 - (E) Maior fundamentação assistencialista e imediatista.
- 95. Sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil, assinale a alternativa correta.**
- (A) O debate no Brasil, no âmbito da tradição marxista, marca um processo de superação do conservadorismo da profissão e está presente nas discussões do movimento de reconceituação latino-americano.
 - (B) O Brasil protagonizou e inovou ao apresentar um projeto de inovação social pautado na Poor Law e Workhouses.
 - (C) O Movimento de Reconceituação do Serviço Social tanto na América Latina quanto no Brasil rompe definitivamente com o conservadorismo imposto pela Igreja Católica, a partir da adoção das ideias marxistas.
 - (D) O Movimento de Reconceituação deu origem, na América Latina e no Brasil, ao Movimento Caras-Pintadas, em sinal de oposição à ordem política vivida naquele momento.
 - (E) Na América Latina, exceto no Brasil, o movimento foi caracterizado pela homogeneidade teórica pautada em Freud, que embasou as intervenções profissionais e a análise das relações sociais da época.
- 96. Um dos marcos do início do Movimento de Reconceituação do Serviço Social em 1965 foi a realização do(a)**
- (A) Experiência do Método BH.
 - (B) Seminário de Teorização de Araxá.
 - (C) III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.
 - (D) VII Congresso Interamericano de Serviço Social.
 - (E) I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social.
- 97. A Lei nº 8.662 de 1993 que regulamenta a profissão de Assistente Social no Brasil enfatiza as atribuições privativas ao profissional no que diz respeito à realização de estudos sociais, de perícias e de laudos, especificamente no que tange às questões relacionadas à profissão, tratando da atuação do(a) Assistente Social no contexto sociojurídico. O estudo social se configura em uma das principais ferramentas de fundamentação para a intervenção profissional. Quanto à função do estudo social no contexto sociojurídico, assinale a alternativa correta.**
- (A) É função do estudo social emitir parecer à autoridade solicitante.
 - (B) É função do estudo social mapear a realidade econômica dos sujeitos.
 - (C) É função do estudo social diagnosticar e emitir parecer com a equipe multidisciplinar.
 - (D) É função do estudo social fomentar as competências e habilidades dos profissionais de Serviço Social.
 - (E) É função do estudo social colaborar internamente nas decisões econômicas e políticas das instituições.

98. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) está contemplado na Proteção Social Especial de Média Complexidade da Política Nacional de Assistência Social e, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, deve ofertar serviços especializados. No que tange às atividades profissionais no CREAS, assinale a alternativa correta.

- (A) O CREAS tem sua abrangência e gestão Federal, pois não cabe à esfera estadual a gestão desse equipamento público, mesmo quando regionalizado, devido às ações e diretrizes ministeriais.
- (B) Cabe ao CREAS a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF com o objetivo de prevenir o rompimento de vínculos familiares.
- (C) O CREAS realiza a prestação de serviços a indivíduos e familiares que se encontram com direitos violados que demandam intervenções da proteção social especial.
- (D) Cabe ao CREAS a prestação de serviços a indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social com foco no desenvolvimento de atividades preventivas e terapêuticas.
- (E) A abrangência e gestão do CREAS é essencialmente regional, não sendo permitida a gestão municipal, pois cabe ao município somente a gestão do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

99. O(a) Assistente Social, no desenvolvimento das suas atividades junto à Política de Assistência Social atual, tem a incumbência de realizar o trabalho com famílias. Essa prática é anterior à Política de Assistência Social de 2004. Independente do espaço sócio-ocupacional, é importante que o profissional tenha a compreensão do trabalho ofertado pela rede de serviços, para que haja um fortalecimento das ações realizadas junto às famílias. Nesse sentido, assinale a alternativa correta acerca do trabalho com famílias.

- (A) O trabalho com famílias pode ocorrer por meio dos núcleos socioeducativos como espaço de discussão, vivências e reflexões, e há indicação para a abordagem de questões relacionadas às etapas dos ciclos de vida familiar.

- (B) O trabalho com famílias deve considerar a família como homogênea, onde as relações entre seus membros são simétricas, abolindo as diferenciações de gênero e de geração.
- (C) Os objetivos do trabalho social com famílias devem ser a autonomia e o protagonismo, compreendidos na perspectiva de participação individual ao invés da coletiva, o que, segundo indicadores, vem representando grande avanço.
- (D) A noção de autonomia das famílias deve-se restringir à busca de respostas e soluções dos problemas imediatos, relacionados a conflitos sociais, religiosos e culturais.
- (E) O trabalho com família consiste exclusivamente na realização de atividades com grupos etários, pois, ao dividir por faixa etária, facilita-se para que o(a) Assistente Social proporcione ao usuário a visão de onde está o seu desajuste na sociedade.

100. A Política Nacional de Saúde Mental é uma ação do Governo Federal, sob a coordenação do Ministério da Saúde. A política prevê estratégias e as diretrizes a serem adotadas para a organização da assistência específica. Acerca do estabelecido na Política Nacional de Saúde Mental, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Ambulatórios Multiprofissionais de Saúde Mental são compostos por médico Psiquiatra, Terapeuta Ocupacional e Enfermeiro, tendo como profissionais consultivos os Assistentes Sociais e Psicólogos.
- (B) A política abrange a atenção a pessoas com necessidades relacionadas a transtornos mentais como depressão, ansiedade, esquizofrenia, transtorno afetivo bipolar e transtorno obsessivo-compulsivo.
- (C) O atendimento oferecido pelo CAPS I compreende a faixa etária de 18 a 60 anos para pessoas com transtornos mentais leves, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas, atendendo cidades e/ou regiões com mais de 90 mil habitantes.
- (D) A política não prevê o atendimento a pessoas com quadro de uso nocivo e dependência de substâncias psicoativas, como álcool, cocaína, crack e outras drogas, ficando esse atendimento a cargo da Segurança Pública, dado o alto índice de violência desencadeado pelo uso de substâncias psicoativas

-
- (E) A política prevê uma estrutura de Atendimento específica denominada RAPS – Rede de Atenção Psicossocial, composta por Centros de Atenção Psicossocial, SAMU, sala de estabilização, UPA 24h e pronto-socorro, Serviços Residenciais Terapêuticos, Ambulatórios Multiprofissionais de Saúde Mental, Comunidades Terapêuticas, Enfermarias Especializadas em Hospital Geral, Hospital-Dia, Centro de Referência Especializado de Serviço Social e Instituição de Longa Permanência.

.....

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

.....



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº 001/2018 - PCES
NÍVEL SUPERIOR

ASSISTENTE SOCIAL

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 15
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	16 a 20
Noções de Direito Administrativo	21 a 30
Noções de Direito Processual Penal	31 a 40
Noções de Direito Penal	41 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100

TARDE

PROVA

04

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 01 a 11

Projetos e Ações: Papo de Resposta

O Programa Papo de Resposta foi criado por policiais civis do Rio de Janeiro. Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e, em parceria com a polícia carioca, trouxe para o Estado.

O ‘Papo de Resposta’ é um programa de educação não formal que – por meio da palavra e de atividades lúdicas – discute temas diversos como prevenção ao uso de drogas e a crimes na internet, bullying, direitos humanos, cultura da paz e segurança pública, aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.

O projeto funciona em três etapas e as temáticas são repassadas pelo órgão que convida o Papo de Resposta, como escolas, igrejas e associações, dependendo da demanda da comunidade. No primeiro ciclo, denominado de “Papo é um Papo”, a equipe introduz o tema e inicia o processo de aproximação com os alunos. Já na segunda etapa, os alunos são os protagonistas e produzem materiais, como músicas, poesias, vídeos e colagens de fotos, mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada. No último processo, o “Papo no Chão”, os alunos e os policiais civis formam uma roda de conversa no chão e trocam ideias relacionadas a frases, questões e músicas direcionadas sempre no tema proposto pela instituição. Por fim, acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles e também como os adolescentes reagiram diante das novas informações.

Disponível em <<https://pc.es.gov.br/projetos-e-acoes>>. Acesso em: 30/ jan./2019.

1. Assinale a alternativa em que as alterações feitas no excerto do 2º parágrafo do texto mantenham a correção gramatical, quanto à concordância verbal, no trecho apresentado.

- (A) É discutido temas diversos no programa.
- (B) São trabalhadas palavras e atividades lúdicas.
- (C) Temas como direitos humanos e a cultura da paz aproxima os policiais da comunidade.
- (D) A educação não formal é trabalhado pelo projeto “Papo de resposta”.
- (E) Aproxima-se os policiais da comunidade e dos adolescentes.

2. Assinale a alternativa em que a conjugação e a grafia dos verbos completam adequadamente todas as lacunas da seguinte frase.

“Se algum órgão da comunidade _____ o programa “Papo de Resposta”, os policiais _____ o local e _____ o projeto.

- (A) convocam – visitarão – realizam
- (B) convocasse – visitão – realizarão
- (C) convocar – visitariam – realização
- (D) convocão – visitam – realizarão
- (E) convoca – visitam – realizam

3. Considere a regência dos verbos em destaque e assinale a alternativa correta.

- (A) O projeto aspira a aproximação com a comunidade.
- (B) O projeto visa à aproximação com a comunidade.
- (C) Como os adolescentes preferem mais as atividades lúdicas, elas são a base da segunda etapa.
- (D) Os policiais capixabas assistem à comunidade no que ela necessita.
- (E) Os policiais capixabas visam na comunidade o que ela necessita.

4. **Dentre os processos existentes para formar novas palavras, verifica-se que o substantivo “responso” é formado por**
- (A) derivação prefixal.
 - (B) derivação parassintética.
 - (C) redução.
 - (D) hibridismo.
 - (E) composição por aglutinação.
5. **O nome escolhido para o projeto revela uma variante linguística escolhida com o objetivo comunicativo de**
- (A) disfarçar um preconceito linguístico.
 - (B) denotar expressividade, ao zombar, de maneira criativa, do modo como os jovens falam.
 - (C) aproximar-se do público-alvo, por meio da utilização de uma mesma variante linguística.
 - (D) atingir o público-alvo, marcando intimidade, por meio de uma linguagem formal.
 - (E) revelar a diferença estilística ocupacional, ao usar um jargão dos policiais.
6. **Em “[...] acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída corretamente, sem que haja alteração semântica ou sintática, por**
- (A) a fim de que.
 - (B) afim de que.
 - (C) conquanto que.
 - (D) com quanto que.
 - (E) porquanto que.
7. **De acordo com o Texto, assinale a alternativa correta.**
- (A) O programa é realizado em todo o país, mas apenas em 2013 foi levado ao Espírito Santo, por meio da polícia carioca.
 - (B) A família dos adolescentes deve acompanhar todas as etapas do projeto social.
 - (C) Os temas trabalhados são escolhidos a partir da necessidade da instituição solicitante.
 - (D) No projeto, busca-se conhecer a perspectiva dos adolescentes, para que, a partir disso, seja imposta uma forma de se comportar corretamente em sociedade.
 - (E) O projeto objetiva levar os adolescentes a seguirem a carreira policial.
8. **Assinale a alternativa que reescreve a seguinte oração em destaque, utilizando um conector adequado ao sentido que ela expressa.**
- “[...] os alunos são os protagonistas e produzem materiais [...], mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada.”
- (A) “[...] desde que mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
 - (B) “[...] para mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
 - (C) “[...] quando mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
 - (D) “[...] embora mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
 - (E) “[...] apesar de mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
9. **No excerto “[...] aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.”, a preposição “da”, na expressão em destaque, indica**
- (A) posse.
 - (B) modo.
 - (C) meio.
 - (D) alvo.
 - (E) tempo.
10. **Quando se redige um texto manuscrito, é necessário conhecer as regras de separação silábica. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa em que os vocábulos apresentam separação silábica correta.**
- (A) Pri-me-i-ro / a-pro-xi-ma-çã-o.
 - (B) E-qui-pe / me-i-o.
 - (C) Intr-oduz / rea-gi-ram.
 - (D) I-ni-ci-a / a-ca-de-mi-a.
 - (E) Pro-ce-ss-o / in-sti-tu-i-çã-o.
11. **“Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e [...] trouxe para o Estado”.**
- A expressão em destaque no excerto apresentado pode ser substituída adequadamente, considerando a escolha pronominal e sua colocação, por**
- (A) conheceu-o.
 - (B) os conheceu.
 - (C) conheceu-lhe.
 - (D) conheceu-no.
 - (E) lhe conheceu.

Utilize o Texto II para responder as questões de 12 a 15.



Disponível em: <<https://meumundocommafalda.wordpress.com/2013/03/09/tirinha-no-92/>>. Acesso em 01/fev./2019.

12. Em “Que tragédia!”, o “Que” tem função de

- (A) advérbio.
- (B) substantivo.
- (C) pronome relativo.
- (D) conjunção integrante.
- (E) interjeição.

13. Considere os elementos da comunicação e as funções da linguagem na tira da Mafalda e assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A personagem Mafalda aparece como uma receptora da mensagem enunciada por seu pai.
- (B) O rádio funciona como um canal de comunicação.
- (C) Em “Formigas!”, há ênfase na função fática.
- (D) Em “Mais vítimas na guerra do Vietnã [...]”, há ênfase na função referencial.
- (E) Em “Não há desgraça maior que formigas”, há ênfase na função emotiva.

14. De acordo com a tirinha da Mafalda, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As formigas são elementos que tematizam os pequenos problemas cotidianos.
- (B) A atitude do pai da Mafalda e da Mafalda opõem-se.
- (C) O texto suscita uma crítica a reações desproporcionais diante de situações corriqueiras.
- (D) A menção à morte das duas pessoas indica que a guerra do Vietnã foi uma tragédia sem precedentes.
- (E) O verbo no presente em “Não há desgraça maior que formigas” visa indicar que o conteúdo dessa afirmação é um problema constante.

15. Assinale a alternativa que indica a figura de linguagem presente no segundo quadrinho da tira.

- (A) Pleonasma.
- (B) Metonímia.
- (C) Antonomásia.
- (D) Eufemismo.
- (E) Hipérbole.

Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

16. No que se refere à responsabilização do funcionário policial pelo exercício irregular de suas atribuições, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário policial nessa qualidade.
- (B) a responsabilidade civil decorre unicamente de procedimento doloso; que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou terceiros.
- (C) o agente executante, no cumprimento da ordem emanada de autoridade superior, fica exonerado da responsabilidade pelos excessos que cometer.
- (D) o funcionário policial que deixar habitualmente de saldar dívidas legítimas não estará cometendo transgressão disciplinar.
- (E) a indenização do prejuízo causado à Fazenda Estadual poderá ser liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento do funcionário policial, desde que autorizado por escrito pelo funcionário.

17. A respeito das licenças permitidas ao funcionário policial, é correto afirmar que

- (A) o funcionário policial não poderá ser licenciado para tratar de interesses particulares.
- (B) a licença para tratamento de saúde somente poderá ser concedida a pedido do funcionário policial, não podendo ser concedida “ex-offício”.
- (C) o funcionário policial poderá, atendidos os requisitos legais, obter licença por motivo de doença nas pessoas dos pais, do cônjuge, dos filhos ou pessoas que vivam às suas expensas e que constem do seu assentamento individual.
- (D) o funcionário policial acidentado no exercício de suas atribuições ou que tenha contraído doença profissional terá direito à licença com vencimento ou remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (E) ao funcionário policial que for convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional será concedida licença sem vencimento ou remuneração.

18. Assinale a alternativa correta a respeito da aposentadoria e proventos do funcionário policial.

- (A) Os proventos da aposentadoria serão proporcionais ao tempo de serviço quando o funcionário policial invalidar-se por acidente ocorrido no exercício de suas atribuições ou pela constatação de doença profissional.
- (B) Nenhuma aposentadoria terá seu provento inferior a 50% do vencimento do respectivo cargo.
- (C) As gratificações de função policial civil e de risco de vida incorporam-se ao provento de aposentadoria, independentemente do tempo de percepção.
- (D) A concessão da aposentadoria é de competência do Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.
- (E) Em nenhuma hipótese, os proventos da inatividade poderão exceder à remuneração percebida na atividade.

19. Recompensa é o reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial. Sobre recompensa, assinale a alternativa correta.

- (A) O elogio não é considerado uma recompensa pelo Estatuto do Funcionário Policial do Espírito Santo.
- (B) A concessão de Medalhas a título de recompensas, nos termos da lei, se dará por meio de decreto do Poder Executivo.
- (C) A Medalha do Serviço Policial destina-se a premiar o funcionário policial que praticar ato de bravura ou de excepcional relevância para a organização policial ou para a sociedade.
- (D) A dispensa total do serviço até 30 dias é recompensa concedida pelo reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial.
- (E) A Medalha do Mérito Policial destina-se a premiar o funcionário policial pelos bons serviços prestado à causa da ordem pública, ao organismo policial e à coletividade policial.

20. O amparo assistencial e previdenciário do Estado ao funcionário policial e sua família compreenderá, EXCETO

- (A) pensões especiais.
- (B) frequência a cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional.
- (C) previdência e seguro social.
- (D) assistência médica ambulatorial, dentária, hospitalar e creche.
- (E) assistência judiciária, para processos judiciais decorrentes do exercício ou não do cargo.

Noções de Direito Administrativo

21. Assinale a alternativa correta acerca da extinção, desfazimento e sanatória do ato administrativo.

- (A) A anulação é a retirada, do mundo jurídico, de um ato válido, mas que, segundo critério discricionário da administração, tornou-se inoportuno ou inconveniente.
- (B) A revogação ocorre quando há um vício no ato relativo à legalidade ou legitimidade; nunca por questões de mérito administrativo.
- (C) A revogação é um ato discricionário e tem como critério a conveniência e oportunidade.
- (D) A extinção objetiva do ato se dá pelo desaparecimento do sujeito detentor do benefício do ato.
- (E) A designação de ato administrativo abrange toda atividade desempenhada pela administração.

22. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos atos administrativos.

- (A) Os atos administrativos têm origem no Estado ou em agentes investidos de prerrogativas estatais.
- (B) Todo ato praticado no exercício da função administrativa consiste em ato da administração.
- (C) A morte de um funcionário que gera vacância de um cargo não é considerada um ato administrativo.
- (D) Os atos administrativos incluem os despachos de encaminhamento de papéis e os processos.
- (E) Os fatos administrativos não admitem nem anulação nem revogação.

23. Assinale a alternativa correta acerca dos poderes administrativos.

- (A) O fundamento do poder de polícia é a predominância do interesse público sobre o particular, o que torna ilegítima qualquer discricionariedade no exercício desse poder.
- (B) O Judiciário não pode exercer o poder hierárquico por ser este exclusivo do Executivo.
- (C) Decorre do poder disciplinar o ato da autoridade superior de avocar para a sua esfera decisória ato da competência de agente a ele subordinado.
- (D) Configura excesso de poder o ato do administrador público que remove um servidor de ofício com o fim de puni-lo.
- (E) A remoção de ofício de um servidor, como forma de puni-lo por faltas funcionais, configura abuso de poder.

24. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos poderes administrativos.

- (A) O poder regulamentar consiste na possibilidade de o chefe do Poder Executivo editar atos administrativos gerais e abstratos, expedidos para dar fiel execução da lei.
- (B) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.
- (C) O poder hierárquico é o poder de que dispõe a administração para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- (D) O agente público incorre em desvio de poder quando, mesmo dentro de sua esfera de competência, atua afastando-se do interesse público.
- (E) É possível que o agente administrativo avoque para a sua esfera decisória a prática de ato de competência natural de outro agente de mesma hierarquia, para evitar a ocorrência de decisões eventualmente contraditórias.

25. Assinale a alternativa correta acerca do controle e da fiscalização da administração.

- (A) A competência do sistema de controle interno nos poderes da União restringe-se ao exercício do controle sobre entidades da administração pública direta, indireta, fundacional e autárquica.

- (B) O controle judicial se sobrepõe ao controle administrativo.
- (C) Os órgãos do Poder Executivo, assim como os órgãos dos demais Poderes quando realizarem função administrativa, sujeitar-se-ão ao controle interno e externo.
- (D) O controle administrativo, que consiste no acompanhamento e na fiscalização do ato administrativo por parte da própria estrutura organizacional, configura-se como controle de natureza interna, privativo do Poder Executivo.
- (E) O controle externo no Brasil é exercido a priori e a posteriori, mas não de forma concomitante.

26. Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

- (A) A teoria do risco integral obriga o Estado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aperfeiçoamento.
- (B) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, podendo o cidadão propor ação diretamente contra o servidor que tenha lhe provocado prejuízo.
- (C) Em caso de responsabilidade decorrente de ato praticado por servidor público, a obrigação de reparar o dano limita-se ao próprio servidor público.
- (D) As entidades da administração indireta responderão objetivamente pelos danos que nessa qualidade causarem a terceiros, mesmo quando os danos por elas provocados decorrerem da atividade econômica de natureza privada.
- (E) O servidor público somente responde regressivamente ao Estado pela indenização que este tiver que pagar a terceiros por danos que aquele tiver causado por dolo.

27. Assinale a alternativa correta acerca de Estado, Governo e Administração Pública.

- (A) Segundo a Constituição Federal, a tripartição de funções é absoluta no âmbito do aparelho do Estado.
- (B) O estudo da administração pública, do ponto de vista subjetivo, abrange a maneira como o Estado participa das atividades econômicas privadas.
- (C) O Estado constitui a nação politicamente organizada, enquanto a administração pública corresponde à atividade que estabelece objetivos do Estado, conduzindo politicamente os negócios públicos.

- (D) Os conceitos de governo e administração não se equiparam; o primeiro refere-se a uma atividade essencialmente política, ao passo que o segundo, a uma atividade eminentemente técnica.
- (E) Tradicionalmente, na Doutrina, os elementos apontados como constitutivos do Estado são: o povo, a uniformidade linguística e o governo.

28. Assinale a alternativa correta acerca de conceito e fontes do Direito Administrativo.

- (A) O sistema de direito administrativo anglo-americano teve origem na França e é focado, essencialmente, em reger as relações entre cidadãos e Administração, fixando prerrogativas e deveres à Administração.
- (B) O sistema de direito administrativo europeu continental deixa para o âmbito do direito privado as relações entre Estado e cidadãos. A jurisdição é una, exercida exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- (C) Os costumes não constituem fonte do direito administrativo.
- (D) O Direito Administrativo, dentre outros conceitos, pode ser definido como o ramo do direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
- (E) O direito administrativo visa à regulação das relações jurídicas entre servidores e entre estes e os órgãos da administração, ao passo que o direito privado regula a relação entre os órgãos e a sociedade.

29. Assinale a alternativa correta acerca dos princípios do Direito Administrativo.

- (A) O princípio administrativo do interesse público é um princípio implícito da administração pública.
- (B) O princípio da legalidade no direito administrativo preconiza que o administrador público está sujeito às exigências do bem comum, e delas não se pode afastar ou desviar, sendo que o cidadão poderá fazer tudo o que a lei não proíba e o administrador público poderá fazer tão somente o que diz a lei.
- (C) Os princípios do direito administrativo são apenas os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.
- (D) O princípio da isonomia manifesta a imposição da administração em divulgar seus atos que são divulgados no diário oficial, seja da União, do Estado ou do município, na forma de obrigação constante na lei para garantir a transparência da administração.
- (E) O princípio da eficiência não está implícito em outros princípios.

30. Assinale a alternativa INCORRETA acerca do que preconiza o Direito Administrativo sobre a organização administrativa.

- (A) Órgão Público pode ser definido como pessoa jurídica de natureza pública, com personalidade jurídica própria e com atribuições para atuar em prol do interesse público.
- (B) As Secretarias de Estado são órgãos públicos que integram a administração direta.
- (C) As áreas em que poderão atuar as fundações públicas são definidas e estabelecidas por lei complementar.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) Um ministério criado no âmbito da União é órgão sem personalidade jurídica própria, sendo componente da administração direta.

31. Sobre o regramento das provas ilícitas e das provas derivadas das ilícitas, assinale a alternativa completamente correta.

- (A) As provas ilícitas devem ser autuadas em apartado dos autos originários, para que sejam devidamente arquivadas caso se façam necessárias em outros procedimentos na perspectiva da prova emprestada.
- (B) Quando as provas derivadas das ilícitas puderem ser obtidas por uma fonte independente das provas originárias ilícitas, o Juízo ordenará o desentranhamento delas, sob pena de prevaricação.
- (C) A decisão que determina o desentranhamento da prova declarada inadmissível não pode ser eivada de preclusão, prescrição ou decadência.
- (D) A doutrina da ilicitude por derivação (teoria dos "frutos da árvore envenenada") repudia, por constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios, que, não obstante produzidos, validamente, em momento ulterior, acham-se afetados, no entanto, pelo vício (gravíssimo) da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal.
- (E) Considera-se fonte independente aquela que por si só ou conjuntamente, seguindo os trâmites típicos ou atípicos, próprios da instrução processual, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

32. Tratando das provas penais admissíveis pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Exame de corpo de delito é a verificação da prova da existência do crime, feita por peritos, diretamente, ou por intermédio de outras evidências, quando os vestígios, ainda que materiais, desapareceram.
- (B) Vestígio material é aquele tal qual o rastro do crime que se perde tão logo a conduta criminosa finda, pois não é mais captável nem passível de registro pelos sentidos humanos.
- (C) Quando a infração deixar vestígios (o rastro, a pista ou o indício deixado por algo ou alguém), será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- (D) O exame do corpo de delito será prioritário tão somente em crimes contra a dignidade

sexual e em delitos envolvendo violência física contra crianças.

- (E) O exame de corpo de delito só poderá ser feito em qualquer hora de dia matutino ou vespertino, ou em períodos em que a luz solar possa iluminar o objeto.

33. Tratando das perícias em geral, com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os peritos elaborarão o laudo pericial no prazo máximo de 10 dias improrrogáveis, onde descreverão minuciosamente o que examinarem e responderão aos quesitos formulados.
- (B) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.
- (C) O laudo sobre o cadáver encontrado deve ser redigido pelos peritos de maneira textual e descritiva, sendo vedado qualquer desenho que não represente a fotografia real do corpo.
- (D) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia e, obrigatoriamente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.
- (E) A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, sendo vedado aos peritos fazer a autópsia antes daquele prazo.

34. A respeito da produção probatória no processo penal brasileiro, assinale a alternativa integralmente correta.

- (A) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova documental produzida por terceiro poderá suprir-lhe a falta.
- (B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar exclusivamente por determinação da autoridade policial, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou do ofendido.
- (C) Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.

- (D) Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e objetivamente descreverão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.

- (E) No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, observar-se-á que, para a comparação, unicamente servirão aqueles documentos que já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de punho da pessoa analisada.

35. Sobre as prisões cautelares admitidas no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa que reproduz corretamente conceito jurídico ou dispositivo legal.

- (A) Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, logo após ocorrer situação que faça suspeitar ser ele o autor da infração.
- (B) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante ainda que com o condutor assinem outras duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- (C) Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal com arbitramento de fiança.
- (D) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo, quando, por motivos de saúde, não puder aguardar o restabelecimento da primeira.
- (E) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

36. Sobre processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, tais como os peritos criminais, assinale a alternativa correta de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

- (A) A juntada de inquérito policial preparatório é indispensável nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito.
- (B) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias úteis.
- (C) A notificação do acusado para, previamente ao recebimento da denúncia, manifestar-se sobre o tema, apresentando sua defesa e evitando que seja a inicial recebida, se estende ao particular que seja coautor ou partícipe.
- (D) O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.
- (E) Caso seja recebida a denúncia ou queixa, a despeito da impugnação formulada pelo funcionário, é dispensável que ele tome ciência disso mediante citação formal, podendo defender-se nos autos do processo-crime como integrante formal do polo passivo.

37. Qual é o caráter do inquérito policial no direito brasileiro?

- (A) Negocial jurídico de direito público.
- (B) Meio processual constitucional de impugnação de delito.
- (C) Procedimento de cunho militar quando iniciado por lavratura de boletim de ocorrência pela Polícia Militar.
- (D) Parametrização de direito privado até o recebimento da denúncia ou queixa.
- (E) Procedimento administrativo preparatório.

38. Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial será iniciado

- (A) de ofício pela autoridade policial.
- (B) a requerimento do ofendido ou, se ausente, ao cônjuge, ascendente, descendente ou seu irmão.
- (C) por requisição do Poder Judiciário.
- (D) com a lavratura de boletim de ocorrência de terceiro interessado ao fato e alheio ao ofendido.

- (E) por requisição do Ministério Público ou a requerimento do ofendido.

39. Sobre a disciplina do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá intimar o indiciado para que o mesmo seja interrogado em Juízo sob pena de incorrer em crime de desobediência.
- (B) A autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado no curso do inquérito policial e enviará autos ao membro do Ministério Público para que dê sua opinião sobre o eventual delito.
- (C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- (D) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito se o Ministério Público ou o ofendido não mais requisitarem ou requererem novas diligências.
- (E) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá enviar os peritos criminais ao local imediatamente enquanto ouve o ofendido na sede do distrito policial.

40. O Código de Processo Penal descreve a fase probatória do inquérito policial e do processo penal, devendo os agentes estatais cumprirem seus dispositivos. Sobre o tema "prova", é correto afirmar que

- (A) o Juízo poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação se eles forem originários de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (B) a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, vedado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- (C) o Juízo deve ordenar, antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando seu poder geral de cautela.
- (D) as partes, pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, têm o direito de participar da colheita da prova, influenciando na sua formação, dentro de critérios regrados, porém o réu não tem o direito de tomar ciência das

- provas coletadas em grau sigiloso, exceto quando sobrevier seu interrogatório judicial.
- (E) o exame do corpo de delito não é considerado meio de prova direto ou indireto, mas tão somente peça processual integrante do acervo inquisitorial.

Noções de Direito Penal

41. O crime de homicídio, art. 121 do Código Penal, é classificado doutrinariamente como um crime

- (A) de dano, material e instantâneo de efeitos permanentes.
- (B) vago, permanente e multitudinário.
- (C) próprio, de perigo e exaurido.
- (D) comum, forma livre e concurso necessário de agentes.
- (E) de mão própria, habitual e de forma vinculada.

42. Dentre as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Crime de dupla subjetividade passiva é o crime que tem obrigatoriamente dois ou mais sujeitos passivos.
- (B) O crime de estupro, art. 213 do CP, é um crime bипróprio, sendo que os sujeitos são determinados, não sendo possível ser praticado por qualquer pessoa.
- (C) Podem ser sujeitos passivos de crime os entes despersonalizados, pessoa ainda não nascida, incapazes, animais e recém-nascido.
- (D) Sujeito passivo e sujeito prejudicado são sinônimos, possuindo o mesmo significado: a pessoa física ou jurídica que sofre as consequências diretas da infração penal.
- (E) Uma pessoa pode ser simultaneamente sujeito ativo e sujeito passivo do mesmo crime.

43. Considerando as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, é correto afirmar que a pena é aumentada quando o sequestro supera, no mínimo, 48 horas.
- (B) O emprego de arma não aumenta a pena no delito de extorsão.
- (C) O crime de furto ocorre quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, equiparando-se à coisa móvel, à energia elétrica ou a qualquer outra que tenha valor econômico.

- (D) A coisa abandonada pode ser objeto material do crime de furto.
- (E) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, considera-se consumado o roubo apenas se o bem, objeto do delito, sai da esfera de vigilância da vítima.

44. Dentre as seguintes alternativas, assinale a INCORRETA.

- (A) O jurado pode ser responsabilizado criminalmente por crime de corrupção passiva.
- (B) Funcionário público que não dispõe da posse de determinado bem, porém se vale da facilidade que sua condição de funcionário proporciona para subtrair “para si ou para outrem” comete crime de “peculato furto”.
- (C) No crime do art. 317 do Código Penal, corrupção passiva, o sujeito ativo é somente o funcionário público.
- (D) Ocorrerá crime de concussão mesmo se a exigência, para si ou para outrem, versar sobre vantagem devida.
- (E) Pratica o delito de corrupção passiva o funcionário público que solicita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.

45. Uma conduta ilícita é contrária ao direito. Porém pode haver conduta típica que não seja ilícita, aparecendo as chamadas excludentes de ilicitude. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente não será considerado crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade e legítima defesa.
- (B) As excludentes de ilicitude são apenas as definidas em Lei, especificamente determinadas pelo Código Penal, chamadas de excludentes de ilicitude legais.
- (C) No estado de necessidade, aplica-se a excludente ainda que o sujeito não tenha conhecimento de que age para salvar um bem jurídico próprio ou alheio.
- (D) Pode agir em estado de necessidade aquele que possui o dever legal de enfrentar o perigo.
- (E) São requisitos legais do estado de necessidade: perigo atual; ameaça a direito próprio ou alheio; situação não causada voluntariamente pelo sujeito; inexistência de dever legal de enfrentar o perigo.

46. Em alguns casos, o crime exige uma condição especial do sujeito ativo, podendo ser classificado em crimes comuns, próprios, de mão própria, bi próprios, etc. Referente ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Crime próprio pode ser praticado por qualquer pessoa, não sendo exigida uma condição ou qualidade especial do sujeito ativo.
- (B) Crimes funcionais são crimes praticados por funcionários públicos contra a administração. Esses crimes admitem a coautoria e a participação de terceiros, podendo esse terceiro ser funcionário público ou não.
- (C) O crime de falso testemunho é considerado um crime próprio, podendo ser praticado por qualquer pessoa, portanto a lei não exige uma qualidade especial do sujeito ativo.
- (D) O sujeito ativo pode ser tanto quem realiza o verbo típico ou possui o domínio finalista do fato como quem, de qualquer outra forma, concorre para o crime, sendo representado apenas pelo autor e coautor.
- (E) O sujeito ativo, para poder ser responsabilizado, será pessoa física, não podendo ser pessoa jurídica conforme determina a Constituição Federal.

47. É importante a fixação do tempo em que o crime se considera praticado para, entre outras coisas, compreender a lei que deverá ser utilizada, aplicada, e estabelecer a imputabilidade do sujeito. Com relação ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a

- (A) Teoria da Relatividade.
- (B) Teoria da Consumação.
- (C) Teoria da Atividade.
- (D) Teoria da Ubiquidade.
- (E) Teoria da Habitualidade.

48. João subtrai para si um pacote de bolachas no valor de R\$ 10,00 de um grande supermercado e o fato se encaixa formalmente no art. 155 do Código Penal. Em virtude da inexpressividade da lesão causada ao patrimônio da vítima e pelo desvalor da conduta, incide o princípio da insignificância que tem sido aceito pela doutrina e por algumas decisões judiciais como excludente de

- (A) punibilidade.
- (B) tipicidade material.
- (C) culpabilidade.

- (D) ilicitude formal.
- (E) executividade.

49. Segundo o art. 6º do Código Penal, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria se produzir o resultado. Existem várias teorias acerca do lugar do crime. Qual é a Teoria adotada pelo Código Penal vigente?

- (A) Teoria da Atividade.
- (B) Teoria do Resultado.
- (C) Teoria da Ubiquidade.
- (D) Teoria do Assentimento.
- (E) Teoria da Relatividade.

50. A extraterritorialidade presente no art. 7º do Código Penal se divide em condicionada e incondicionada. Na extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei nacional a determinados crimes cometidos fora do território, independentemente de qualquer condição, ainda que o acusado seja absolvido ou condenado no estrangeiro, EXCETO

- (A) quando o crime for contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
- (B) quando o crime for contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
- (C) no caso de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- (D) quando, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir o crime praticado.
- (E) quando o crime for contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

Conhecimentos Específicos

51. O(a) Assistente Social, no desenvolvimento das suas atividades junto à Política de Assistência Social atual, tem a incumbência de realizar o trabalho com famílias. Essa prática é anterior à Política de Assistência Social de 2004. Independente do espaço sócio-ocupacional, é importante que o profissional tenha a compreensão do trabalho ofertado pela rede de serviços, para que haja um fortalecimento das ações realizadas junto às famílias. Nesse sentido, assinale a alternativa correta acerca do trabalho com famílias.

- (A) O trabalho com famílias pode ocorrer por meio dos núcleos socioeducativos como espaço de discussão, vivências e reflexões, e há indicação para a abordagem de questões relacionadas às etapas dos ciclos de vida familiar.
- (B) O trabalho com famílias deve considerar a família como homogênea, onde as relações entre seus membros são simétricas, abolindo as diferenciações de gênero e de geração.
- (C) Os objetivos do trabalho social com famílias devem ser a autonomia e o protagonismo, compreendidos na perspectiva de participação individual ao invés da coletiva, o que, segundo indicadores, vem representando grande avanço.
- (D) A noção de autonomia das famílias deve-se restringir à busca de respostas e soluções dos problemas imediatos, relacionados a conflitos sociais, religiosos e culturais.
- (E) O trabalho com família consiste exclusivamente na realização de atividades com grupos etários, pois, ao dividir por faixa etária, facilita-se para que o(a) Assistente Social proporcione ao usuário a visão de onde está o seu desajuste na sociedade.

52. A Política Nacional de Saúde Mental é uma ação do Governo Federal, sob a coordenação do Ministério da Saúde. A política prevê estratégias e as diretrizes a serem adotadas para a organização da assistência específica. Acerca do estabelecido na Política Nacional de Saúde Mental, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Ambulatórios Multiprofissionais de Saúde Mental são compostos por médico Psiquiatra, Terapeuta Ocupacional e Enfermeiro, tendo como profissionais consultivos os Assistentes Sociais e Psicólogos.
- (B) A política abrange a atenção a pessoas com necessidades relacionadas a transtornos mentais como depressão, ansiedade, esquizofrenia, transtorno afetivo bipolar e transtorno obsessivo-compulsivo.
- (C) O atendimento oferecido pelo CAPS I compreende a faixa etária de 18 a 60 anos para pessoas com transtornos mentais leves, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas, atendendo cidades e/ou regiões com mais de 90 mil habitantes.
- (D) A política não prevê o atendimento a pessoas com quadro de uso nocivo e dependência de substâncias psicoativas, como álcool, cocaína, crack e outras drogas, ficando esse atendimento a cargo da Segurança Pública, dado o alto índice de violência desencadeado pelo uso de substâncias psicoativas
- (E) A política prevê uma estrutura de Atendimento específica denominada RAPS – Rede de Atenção Psicossocial, composta por Centros de Atenção Psicossocial, SAMU, sala de estabilização, UPA 24h e pronto-socorro, Serviços Residenciais Terapêuticos, Ambulatórios Multiprofissionais de Saúde Mental, Comunidades Terapêuticas, Enfermarias Especializadas em Hospital Geral, Hospital-Dia, Centro de Referência Especializado de Serviço Social e Instituição de Longa Permanência.

- 53. O termo burocracia apresenta uma indicação da forma de organização com base na racionalidade das leis. A conotação negativa dos papéis e regulamentos tem sua origem nas disfunções das organizações burocráticas. Um dos seus pioneiros e teóricos de maior renome foi um cientista social do século XX, que entendeu que a Burocracia é importante para as organizações e o que se deve criticar é o excesso da burocracia, que, muitas vezes, gera o engessamento dos processos e do trabalho, sendo causador da ineficiência. A partir do exposto, assinale a alternativa que apresenta o precursor da Teoria da Burocracia.**
- (A) George Rousseau.
(B) Albert Einstein.
(C) Silvio Lane.
(D) Charles Darwin.
(E) Max Weber.
- 54. Os agrupamentos de pessoas que se organizam em prol de objetivos comuns, que se solidificaram desde a pré-história, para atender às necessidades humanas e estão por toda parte, como empresas, bancos, escolas e universidades, igrejas, hospitais etc., são chamados de**
- (A) Fundações.
(B) Associações.
(C) Governo.
(D) Organizações.
(E) Mobilizações.
- 55. Ao levar informações aos usuários, o Assistente Social possibilita que estes conheçam seus direitos, deveres e oportunidades diversas de se tornarem sujeitos de sua história de vida. Para que tais informações cheguem até os seus destinatários, o Assistente Social deve lançar mão de estratégias e planejamentos criativos, inovadores e bem elaborados, bem como valer-se dos mais diversos espaços e oportunidades para se aproximar deles. Assinale a alternativa que NÃO apresenta possibilidades de intervenção profissional do(a) Assistente Social.**
- (A) São boas ferramentas de comunicação os murais, pátios e bibliotecas (seja na empresa, na igreja, secretarias, espaços públicos ou qualquer outro espaço pelo qual o usuário e/ou seus familiares transitarem).
- (B) O(a) Assistente Social deve estar atento(a) aos espaços coletivos, pois esses se constituem em ótimos espaços para disseminar informações.
- (C) Treinamentos e grupos bem planejados e direcionados surtem ótimos resultados. Contudo o(a) Assistente Social não pode esquecer de estar alinhado(a) às chefias responsáveis.
- (D) É importante que o(a) Assistente Social extrapole a sua sala de atendimento, o espaço de intervenção profissional vai além do espaço físico.
- (E) O(a) Assistente Social deve se valer das Leis na íntegra, utilizando termos técnicos junto aos usuários, assumindo assim a dimensão pedagógica e educativa da profissão, promovendo a inclusão dos mais simples ao proporcionar que eles se sintam parte do universo legislativo e suas descritivas.
- 56. A prática social humana, enquanto atividade transformadora, envolve três dimensões: Dimensão Produtiva, Dimensão Investigativa e Dimensão Social/Política. Nessa perspectiva, o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, possui duas naturezas que lhe permitem recriar as possibilidades profissionais como sujeito que contribui com a sociedade e produzir conhecimento/saberes capazes de subsidiar a intervenção profissional. Quais são essas naturezas?**
- (A) Natureza interventiva e natureza defensiva.
(B) Natureza investigativa e natureza punitiva.
(C) Natureza interventiva e natureza investigativa.
(D) Natureza interventiva e natureza criativa.
(E) Natureza investigativa e natureza alusiva.
- 57. De acordo com o Código de Ética dos Servidores Cíveis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo – Decreto nº 1595 de 06/12/2005, em seu artigo 2º, assinale a alternativa que apresenta corretamente os deveres do servidor público Estadual do Espírito Santo.**
- (A) Recusar qualquer missão no exterior, reforçando o comportamento de fidelidade ao Estado e ao Brasil.
(B) Utilizar os recursos do Estado para atender ao interesse público, respeitando as leis e regulamentos pertinentes e utilizando a soberania do Código de Ética citado sobre os demais códigos de classe.

- (C) Informar sobre qualquer conflito de interesse, real ou aparente, relacionado com seu cargo, emprego ou função e tomar medidas para evitá-lo; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder de que tenha tomado conhecimento, indicando elementos de prova, para efeito de apuração em processo apropriado.
- (D) Ser assíduo e pontual no serviço; agir com honestidade e integridade no que diz respeito aos interesses pessoais do servidor, seguindo dessa maneira o Código de Ética do Servidor Civil do Espírito Santo, a fim de assim evitar penalidades.
- (E) Guardar sigilo sobre os assuntos do órgão; levar ao conhecimento da autoridade as irregularidades das quais tiver ciência, em razão do cargo ou função, exceto quando estas não prejudicarem interesses de ordem pessoal do servidor.
- 58. O Código de Ética dos Servidores Civis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo – Decreto nº 1595 de 06/12/2005, em seu artigo 4º, denota o que é vedado ao Servidor Público. Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que NÃO apresenta corretamente o que está descrito no referido artigo.**
- (A) Utilizar pessoal ou recursos materiais do Estado em serviços ou atividades particulares.
- (B) Manter sob sua chefia imediata cônjuge, companheira ou parente até o segundo grau civil.
- (C) Atuar como procurador ou intermediário junto a órgãos públicos estaduais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais e percepção de remuneração ou proventos de cônjuge, companheiro e parentes até terceiro grau civil.
- (D) Retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (E) Tratar com misantropia, urbanidade e atenção os demais servidores públicos e os usuários do serviço público.
- 59. Acerca da História da Polícia Civil no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA.**
- (A) A Polícia Civil foi reconhecida nas configurações de hoje a partir da Constituição Federal de 1988, onde ficaram determinadas as funções de cada órgão de segurança do país.
- (B) Nos dias atuais, às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções policiais investigativas sobre infrações penais jurisdicionadas ao julgamento do competente poder judiciário estadual, exceto as militares.
- (C) Em 1500, segundo o costume europeu, foi criado o corpo de Policiais Civis uniformizados, denominado Guarda Urbana, com o objetivo de prevenir os crimes na capital Brasília.
- (D) A existência da Polícia Judiciária remonta ao governo imperial e seu desempenho, atribuição e competência foram firmados no período republicano de 1889, quando, nos idos de 1967, Era Ditatorial Militar em que a Polícia Judiciária (Polícias Civis) teve extirpadas de suas atribuições, as relativas ao policiamento preventivo ostensivo uniformizado (fardado) que vinha desempenhando, desde o ano de 1866, por meio das antigas guardas civis.
- (E) Em 1871, uma nova constituição separou os conceitos de Justiça e Investigação Policial, criando duas funções distintas para cada. Assim, nessa lei, foi criado o Inquérito Policial – um documento que registra toda a investigação feita pela polícia e que, depois, é usado por órgãos da Justiça para fazer uma denúncia criminal.
- 60. É por meio do trabalho que o Assistente Social pode realizar a sua intervenção profissional. Entende-se por processo de trabalho o conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas ao alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Considerando o exposto, é correto afirmar que**
- (A) a práxis não possui o poder de transformação social.
- (B) a práxis pressupõe a articulação teoria e prática.
- (C) a instrumentalidade não é uma via para a práxis.
- (D) a práxis constitui na sua essência aquilo que, na profissão, chama-se prática pela prática.
- (E) a práxis não estabelece relação, no âmbito do Serviço Social, com o instrumental técnico e operativo.

61. Ao analisar a questão social brasileira e suas variadas formas de expressão, compreende-se que esta tem como seu núcleo orgânico

- (A) os partidos políticos de oposição nacional.
- (B) a vida desregrada do cidadão que mal administra seus recursos.
- (C) o trabalho infantil e a prostituição somente.
- (D) a desigualdade e as injustiças sociais ligadas à organização do trabalho e à cidadania.
- (E) o excesso de sindicatos e movimentos sociais reivindicatórios dos direitos sociais e civis.

62. O Projeto Ético-Político do Serviço Social constitui-se em uma referência do conjunto que reflete as lutas e o desenho de sociedade pelo qual se trabalha, tendo sido forjado pelo esforço das entidades representativas de base que estão relacionadas com o Serviço Social (CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO). A partir desse entendimento, o Projeto Ético-Político é composto por três importantes elementos, sendo eles:

- (A) Lei que regulamenta a profissão (Lei nº8.662/96); Código de Ética do(a) Assistente Social (1993); Constituição Estadual (1988).
- (B) Lei que regulamenta a profissão (Lei nº8.662/96); Código de Ética do(a) Assistente Social (1986); Constituição Federal (1988).
- (C) Política Nacional de Assistência Social (2004); Código de Ética do(a) Assistente Social (2016); Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996).
- (D) Lei que regulamenta a profissão (Lei nº8.662/96); Código de Ética do(a) Assistente Social (1993); Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996).
- (E) Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Sistema Único de Saúde (SUS); Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996).

63. As diretrizes e estratégias de atuação na área de assistência à saúde mental no Brasil envolvem o Governo Federal, Estados e Municípios. Os principais atendimentos em saúde mental são realizados nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que existem no país, onde o usuário recebe atendimento próximo da família com assistência

multiprofissional e cuidado terapêutico conforme o quadro de saúde de cada paciente. Nos casos em que o município não possua um CAPS, qual dos serviços a seguir será responsável pelo atendimento de saúde mental?

- (A) Centro de Referência de Assistência Social.
- (B) Centro Especializado de Assistência Social.
- (C) Instituição de Longa Permanência para Idosos.
- (D) Centro POP.
- (E) Unidades Básica de Saúde – Atenção Básica.

64. A instrumentalidade pode ser compreendida como mediação, visto que o cotidiano é o espaço para a realização das ações instrumentais, como um exercício profissional, crítico e competente. Dessa forma, há algo que precede a discussão acerca dos instrumentos e técnicas necessárias ao profissional: a sua instrumentalidade. Assinale a alternativa que caracteriza a instrumentalidade do exercício profissional do(a) Assistente Social.

- (A) A instrumentalidade impossibilita a relação do referencial teórico com as demandas postas ao profissional.
- (B) A instrumentalidade é a capacidade que a profissão porta de ser convertida em instrumento nas mãos do Estado para a operacionalização de seus interesses.
- (C) A instrumentalidade é a ideia de que a teoria é bonita, mas na prática a história é outra. Esse fato pode ser compreendido tanto por estudantes quanto pelos profissionais do Serviço Social.
- (D) A instrumentalidade não permite que as referências teóricas expliquem a lógica e a dinâmica da sociedade, bem como as particularidades do exercício profissional e das singularidades do cotidiano.
- (E) A instrumentalidade é o espaço no qual a cultura profissional se movimenta. A cultura profissional dos assistentes sociais recolhe e, na instrumentalidade, constrói os indicativos teórico-práticos de intervenção imediata, o chamado instrumental técnico ou as ditas metodologias de ação.

65. O Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social vigente aborda reflexões e orientações sobre o sigilo profissional. O sigilo pode ser compreendido como a relação de respeito e confidencialidade entre o profissional e o usuário durante todas as fases do atendimento prestado, independente da instituição onde o(a) Assistente Social desenvolve seu trabalho. Acerca do sigilo profissional abordado em vários artigos do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social, assinale a alternativa correta.

- (A) Consiste em um direito do(a) Assistente Social a inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional.
- (B) A quebra do sigilo é inadmissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa trazer prejuízos ao usuário, a terceiros e à coletividade.
- (C) O sigilo não abrange informações importantes para os demais membros da equipe, respeitando o treinamento acurador recebido nas instituições de ensino superior.
- (D) Acerca das relações do(a) Assistente Social com a Justiça, este deve comparecer perante a autoridade competente, quando intimado a prestar depoimento, para declarar que não está obrigado a guardar sigilo profissional nos termos do referido Código e da Legislação em vigor, contribuindo irrestritamente.
- (E) O art. 5º trata das Relações com os Usuários e afirma que o profissional não deve informar informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional.

66. De acordo com Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993, é vedado ao Assistente Social nas relações do(a) profissional com a Justiça:

- (A) depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.
- (B) recusar-se a aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os

dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.

- (C) ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.
- (D) apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos no referido Código de Ética.
- (E) comparecer perante a autoridade competente, quando intimado a prestar depoimento, para declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional nos termos do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social e da Legislação em vigor.

67. O Código de Ética do Assistente Social de 1993 aponta algumas práticas proibidas ao Assistente Social nas suas relações com os usuários. Assinale a alternativa que apresenta uma violação do Código de Ética.

- (A) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
- (B) Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.
- (C) Contribuir para criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação entre os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.
- (D) Exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses.
- (E) Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das demandas apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios do Código de Ética.

68. O Serviço Social, como profissão que intervém no conjunto das relações sociais e nas expressões da questão social, enfrenta hoje, no campo do sistema penitenciário, determinações tradicionais às suas atribuições, que não consideram os avanços da profissão no Brasil e o compromisso ético e político dos profissionais frente à população e às violações dos direitos humanos que são cometidas. A partir das informações apresentadas sobre a atuação do Serviço Social no Sistema Prisional, é correto afirmar que

- (A) atualmente os assistentes sociais encontram dificuldades no âmbito do sistema prisional, uma vez que estão inseridos em um contexto meramente burocrático e presenciam, muitas vezes, a restrição da sua intervenção e diversas situações de violações dos direitos dos apenados.
- (B) foi por meio da Lei de Execução Penal (LEP) de 1993 que os(as) Assistentes Sociais puderam contar com o chamado aparato jurídico-político concernente ao espaço sócio-ocupacional.
- (C) a intervenção do profissional de serviço social junto ao sistema prisional consiste na inibição da violência dentro dos presídios e isso se dá por meio da realização de terapia junto aos agentes penitenciários.
- (D) compete ao(à) Assistente Social a administração dos benefícios sociais que por ventura o apenado venha a receber, quando sob custódia do Estado.
- (E) o enunciado demonstra uma crítica ao profissional de serviço social, relatando que a dificuldade na realização do trabalho está na própria ineficiência do(a) assistente social, e não do sistema.

69. O Serviço Social consiste em uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, na busca pela investigação, análise e apresentação. Atua no sentido de propor soluções mediante as complexas expressões da questão social na atualidade. Dado esse contexto profissional, compreende-se que diversos são os espaços sócio-ocupacionais nos quais o assistente social poderá atuar e uma dessas áreas é a sociojurídica, como Ministério Público, Defensoria Pública, Sistema Prisional, Conselhos Gestores, Delegacias, etc. Considerando o exposto, assinale a alternativa correta quanto às

atribuições da Defensoria Pública e à atuação do(a) Assistente Social.

- (A) A Defensoria Pública está fora da estrutura do Poder Executivo e presta atendimento jurídico em sentido amplo, de natureza judicial e extrajudicial, de educação em direitos, e tem legitimidade para atuar não só individualmente, mas também por meio da tutela coletiva.
- (B) A Defensoria Pública atende pessoas/famílias que não podem pagar um advogado, oferecendo assistência jurídica integral e gratuita a todos, independentemente da comprovação de renda.
- (C) Cabe a(o) Assistente Social que atua na Defensoria Pública: orientar os usuários e familiares sobre os desdobramentos e as implicações envolvidas em tal demanda, por meio de atendimentos, acolhimentos, visitas domiciliares, entrevistas ou outro instrumento que o profissional julgar importante para a concretização do trabalho.
- (D) Dentre as finalidades de atuação do Assistente Social na Defensoria Pública, ressalta-se a necessidade de se fomentar e incentivar a judicialização de direitos que já estão postos e efetivados.
- (E) Nesse campo, a atuação do profissional não compõe a equipe multidisciplinar e interdisciplinar, sendo a equipe formada por psicólogos, oficiais de justiça e advogados.

70. Quanto à atuação do(a) Assistente Social na área da Saúde Mental, em especial nos Centros de Atenção Psicossocial, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe ao profissional uma intervenção que visa ao tratamento de problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas.
- (B) De acordo com Lei nº8.662/03, que regulamenta a profissão de Serviço Social, a realização de terapias constitui atribuição e competência do(a) assistente social.
- (C) Não é permitido ao(à) Assistente Social nesse contexto (Saúde Mental) implementar ações de cunho socioeducativo sobre informações e direitos tanto a pacientes quanto a familiares.
- (D) Cabe ao profissional de Serviço Social tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas, envolvendo prescrição de medicação.

- (E) Um dos documentos que respalda Assistentes Sociais e estagiários que atuam nesse contexto é a Resolução do CFESS nº 569, de 25 de março de 2010, a qual dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do(a) assistente social.

71. Com o passar dos tempos, o profissional de Serviço Social foi se inserindo nas mais diversas áreas e organizações, conquistando muitos campos de trabalho e observando que o agravamento das diversas expressões da questão social necessita também de diversas formas de enfrentamento. Sobre a atuação profissional do(a) Assistente Social, é correto afirmar que

- (A) o Assistente Social atua exclusiva e unicamente na Esfera Estatal.
- (B) a ação profissional segue diretrizes previstas somente no Código de Ética.
- (C) para atuar como Assistente Social o profissional obrigatoriamente necessita estar com o seu Termo de Adesão ao Serviço Voluntário atualizado.
- (D) o assistente social deve pautar a sua ação na viabilização do fortalecimento de espaços democráticos, propiciar a participação dos usuários, ou seja, atuar na perspectiva da garantia dos direitos.
- (E) a ação profissional deve contemplar um embasamento teórico-metodológico eclético, baseado nas diretrizes indicadas na *Rerum Novarum*.

72. Quanto ao Parecer Social e à intervenção profissional do Assistente Social, é correto afirmar que

- (A) o parecer Social não deve exprimir a opinião profissional sobre a referida situação.
- (B) juntamente com a entrega do Parecer Social deve ser anexado e entregue aos setores solicitantes o estudo socioeconômico.
- (C) na realização de um Parecer para a área da saúde, por exemplo, é importante que o profissional foque somente na questão da doença, isoladamente.
- (D) diferentemente do Laudo Pericial e Vistoriais, o Parecer Social não é considerado uma atribuição privativa do Assistente Social.
- (E) o parecer social trata de exposição e manifestação sucinta, com foco na situação

analisada a partir da observação e do estudo, sendo concebido como um instrumento de viabilização de direitos que pode contribuir para a concessão de um recurso material, decisão médica pericial ou benefício.

73. Considerando o Projeto Ético Político e a prática investigativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Dada a sua natureza interventiva e investigativa, as atividades de pesquisa inserem-se na profissão juntamente ao seu surgimento, sendo reconhecidas por suas amplas práticas de pesquisa desde a década de 1930.
- (B) Para que a pesquisa em Serviço Social avance ainda mais, é relevante que os profissionais se apropriem de métodos científicos com bases sólidas inspiradas no positivismo.
- (C) Ao Assistente Social, cabe apropriar-se criticamente do conhecimento existente sobre o problema específico com o qual se ocupa, dispensando a bibliografia teórica já existente.
- (D) É relevante que o profissional de Serviço Social seja capaz de compreender, em uma perspectiva de totalidade, a dinâmica social, articulando o conhecimento do modo de produção capitalista com o conhecimento da formação social brasileira, presente no cotidiano profissional.
- (E) Os Assistentes Sociais precisam identificar corretamente as principais mediações entre pluralidade, imediatismo e funcionalismos nas quais atuam com as determinações da questão social no Brasil, para que possam gerar pesquisas de qualidade.

74. O Assistente Social, assim como outros profissionais inseridos no mercado de trabalho, vem sofrendo impactos diretos nas esferas produtivas e estatais. Tais transformações também alteram as relações entre a sociedade e o Estado. O Planejamento Social, além de fazer parte do cotidiano de muitos profissionais, corresponde ao conjunto de atividades intencionais e planejadas, estratégicas, operacionais e organizacionais que visam adequar e integrar a capacidade interna da organização ao ambiente externo. Considerando o exposto, é correto afirmar que

- (A) o planejamento social busca utilizar harmonicamente o planejamento estratégico e sua implementação, buscando também a participação dos vários níveis profissionais existentes, ou ainda da própria sociedade.
- (B) o planejamento social atua de forma a remediar o presente e o futuro, tendo como embasamento o pensamento de que o futuro se constrói a partir das ações desenvolvidas no século XVI.
- (C) cada organização trabalha o planejamento social de forma igual, o que é absolutamente compreensível, já que existe uma única maneira de abordá-lo e ela não deve ser adequada à realidade de cada local.
- (D) o planejamento social jamais se realiza a partir de um processo de aproximações que tem como centro de interesse a situação delimitada como objeto de intervenção.
- (E) o Planejamento Social constitui-se em uma instância operacional da intervenção profissional na realidade social.

75. Dentre as alternativas que explicitam os diferentes níveis do planejamento social: plano, programa e projeto, assinale aquela que apresenta corretamente os conceitos de tais níveis.

- (A) Plano consiste na etapa que antecede a elaboração dos projetos, uma prévia do que será realizado, a setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto/ Programa consiste no maior nível de abrangência do Planejamento Social / Projeto consiste na menor abrangência que o Plano e o Programa e maior detalhamento de ações de execução das políticas sociais.
- (B) Plano consiste no maior nível de abrangência do Planejamento Social / Programa consiste no menor nível de

abrangência que o Plano, setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto / Projeto consiste na menor abrangência que o Plano e o Programa e no maior detalhamento de ações de execução das políticas sociais.

- (C) Plano consiste na menor abrangência que o Plano e o Programa e maior detalhamento de ações de execução das políticas sociais / Programa consiste no menor nível de abrangência que o Plano, setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto / Projeto consiste no maior nível de abrangência do Planejamento Social.
- (D) Plano consiste no maior nível de abrangência do Planejamento Social / Programa consiste no menor nível de abrangência que o Plano, setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto / Projeto consiste no desdobramento do Plano.
- (E) Plano consiste no maior nível de abrangência e no desdobramento do Programa / Programa consiste no menor nível de abrangência que o Plano, setorialização do Planejamento Social e menor detalhamento que o Projeto / Projeto consiste na menor abrangência que o Plano e o Programa e no maior detalhamento de ações de execução das políticas sociais.

76. Qual instrumental técnico operativo, muito utilizado pelo assistente social, permite a coleta de dados, o conhecimento da realidade e a aproximação com o usuário, contribuindo para a realização do planejamento das ações a serem tomadas e dos encaminhamentos a serem feitos?

- (A) Documentação.
- (B) Entrevista.
- (C) Registro.
- (D) Telefone.
- (E) Visita domiciliar.

77. Um dos fatores que contribuem para a qualificação do(a) Assistente Social é a realização de pesquisas atreladas à realidade. Planejar a pesquisa é fundamental para que o profissional possa definir seu problema de pesquisa, definir as fontes de informação e os melhores procedimentos a serem adotados para que se possa coletar e analisar os dados com sucesso e

confiabilidade. Sendo assim, fica claro que o projeto de pesquisa é constituído por etapas bem definidas. A partir do exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) O objeto de pesquisa não pode ser identificado a partir de uma dificuldade encontrada na prática profissional do(a) assistente social, embora nem sempre seja totalmente desconhecido pelo pesquisador.
- (B) Os objetivos de pesquisa são definidos após a sua finalização para que se garanta a coerência textual.
- (C) A pesquisa consiste em trabalhar os conceitos teóricos que dão origem ao problema da investigação, os quais visam descrever como o profissional deve atuar em seu cotidiano.
- (D) O levantamento da literatura (bibliográfica) é intencional e serve para afirmar aquilo que o pesquisador quer comprovar. Para a pesquisa em Serviço Social, é obrigatório o uso de pesquisadores Assistentes Sociais para que se garanta a pureza da pesquisa.
- (E) O cronograma de um projeto de pesquisa tem um caráter flexível, contribuindo com o controle das etapas a serem executadas pelo pesquisador, otimizando tempo e recursos, pois permite distribuir e organizar as etapas a serem realizadas ao longo da pesquisa.

78. Assinale a alternativa que apresenta corretamente os três níveis/finalidades mais usuais no processo de avaliação do planejamento social.

- (A) Eficácia, eficiência e eloquência.
- (B) Eficiência, eficácia e efetividade.
- (C) Efetividade, eletividade e competência.
- (D) Eficácia, efetividade e eletividade.
- (E) Eficiência, eficácia e eletividade.

79. A respeito dos Projetos Societários e do Projeto Ético-Político do Serviço Social, é correto afirmar que

- (A) os Projetos societários dizem respeito ao tipo de sociedade ideal que se busca e consiste em um projeto individual de vida.
- (B) o Projeto ético-político do Serviço Social é um projeto societário.
- (C) os projetos societários consistem em um projeto macroscópico enquanto um projeto profissional está relacionado às perspectivas particulares de determinada profissão.
- (D) o projeto societário do Serviço Social possui três aspectos complementares que

regulam a profissão: indicativos, imperativos e compulsórios.

- (E) os projetos societários consistem em estruturas fixas e imutáveis, que defendem os interesses de determinada classe.

80. Assinale a alternativa que apresenta corretamente os princípios que favorecem o acesso dos usuários aos seus direitos sociais.

- (A) Clientelismo Social, filiação política e cidadania.
- (B) Clientelismo político, coronelismo e populismo.
- (C) Cidadania, Democracia e Participação Social.
- (D) Assistência social, Previdência Social e Pedetismo.
- (E) Participação Social, Controle Social e Clientelismo Social.

81. Quanto às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social, assinale a alternativa correta.

- (A) As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social são essenciais no processo de intervenção profissional e devem estar articuladas nesse processo, ou seja, uma não se sobrepõe às outras.
- (B) A dimensão teórico-metodológica se sobrepõe às demais dimensões, uma vez que permite a apreensão da totalidade do cotidiano objetivamente.
- (C) As três dimensões são fundamentais, entretanto o profissional deve priorizar as dimensões teórico-metodológica e ético-política.
- (D) A dimensão técnico-operativa deve ser priorizada, pois diz respeito à finalidade da ação e do compromisso profissional.
- (E) A dimensão ético-política deve ser priorizada, por se tratar dos referenciais éticos e políticos da sociedade.

82. Considerando as instituições, as organizações sociais e o Serviço Social, assinale a alternativa correta.

- (A) Mesmo considerando a relevância das instituições e organizações sociais no cotidiano profissional, é fato indiscutível que elas representam obstáculos absolutos para a efetivação da ação profissional.
- (B) As competências teóricas, técnico-operativas e ético-política são anuladas quando o(a) Assistente Social é contratado(a) por uma instituição pública ou privada.
- (C) Os recursos disponibilizados pelas instituições e que ficam à disposição dos profissionais de Serviço Social engessam e limitam a sua intervenção, sendo difícil a realização de um trabalho com qualidade.
- (D) A efetivação do trabalho do profissional de Serviço Social ocorre por meio das instâncias institucionais e organizacionais, pois é por meio delas que o(a) Assistente Social acessa os meios necessários para tal efetivação.
- (E) As prioridades na realização do trabalho junto às organizações devem ser sempre definidas e estabelecidas pela instituição, o que nada interfere no cotidiano profissional e nas intervenções que visam à garantia de acesso dos usuários aos serviços.

83. No desenvolvimento de sua prática investigativa, o(a) Assistente Social baseia-se em conceitos teóricos fundamentais acerca da realidade social em que está inserido(a). Tais conceitos (aporte teórico) auxiliam na identificação, análise e proposição de soluções estratégicas junto às demandas que lhe são postas. Com base no exposto, assinale a alternativa que apresenta corretamente os teóricos em que tais conceitos fundamentais clássicos podem ser encontrados.

- (A) Marx, Freud e Fernando Henrique Cardoso.
- (B) Durkheim, Weber e Marx.
- (C) Freud, Piaget e Weber.
- (D) Marx, Lênin e Weber.
- (E) Marx, Freud e Trotsky.

84. No processo histórico de construção do Serviço Social no Brasil, a profissão seguiu princípios que foram oriundos da Igreja Católica, a qual apresentava grande influência sobre a profissão. Alguns documentos escritos pela Doutrina Social da Igreja apontavam o envolvimento dos católicos junto aos problemas sociais da época, norteando valores e princípios pautados em uma visão teórica neotomista. A partir do exposto e considerando a história do Serviço Social, assinale a alternativa que apresenta corretamente duas das encíclicas da Igreja Católica que influenciaram o início da profissão.

- (A) *Ecclesia de Eucharistia* e *Quadragesimo Anno*.
- (B) *Rerum Novarum* e *Gratia Recordatio*.
- (C) *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*.
- (D) *Mediator Dei* e *Non Mediocri*.
- (E) *Une Fois Enconre* e *Caritatis*.

85. A crescente flexibilização das relações de trabalho no Brasil, seja no setor público ou no privado, tem gerado consequências para a categoria profissional. Assinale a alternativa que apresenta corretamente como essas novas relações de trabalho impactam os profissionais de Serviço Social.

- (A) Com a diminuição dos postos de trabalho, é possível perceber uma crescente melhora nos salários da categoria.
- (B) Com a flexibilização das relações de trabalho e redução da jornada de trabalho para 30 horas, houve um aumento considerável de vagas para os assistentes sociais, o que, por consequência, elevou o piso salarial da profissão.
- (C) Conseguirá se manter ativo no mercado aquele com mais estratégia competitiva. Então, aquele que souber agregar valor financeiro se manterá no mercado.
- (D) O maior impacto provocado pela flexibilização das relações de trabalho para a categoria profissional de Serviço Social foi o surgimento de uma nova profissão chamada de Técnico de Assistência Social, disputando espaços sócio-ocupacionais antes destinados pelos Assistentes Sociais.
- (E) Devido às flexibilizações das relações de trabalho, o(a) Assistente Social tem sido chamado(a) cada vez mais a buscar qualificação e atualização, estando apto(a)

a responder as mais variadas demandas oriundas das expressões da questão social brasileira em constante transformação.

86. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma possibilidade de atuação do(a) Assistente Social na instituição Policial Civil.

- (A) Abster-se de qualquer ato ou manifestação coletiva.
- (B) Realizar e interpretar pesquisas sociais, cujos resultados poderão imperativamente anular uma decisão judicial para cumprimento da pena, sem direito a questionamento da autoridade judicial.
- (C) Dentre todas as atribuições, fica vedado ao Assistente Social o cumprimento de plantões presenciais e à distância devido ao stress emocional e psicológico.
- (D) Indicar, à autoridade competente, os casos de detentos que necessitam de orientação e assistência médica externa, contudo o preso só poderá sair com a presença do(a) assistente social.
- (E) Fazer levantamentos sobre a situação socioeconômica do preso, no aguardo de decisão judicial, quando determinado pela autoridade competente.

87. Na atual conjuntura, considerando as demandas institucionais e dos usuários, novas exigências têm sido postas ao Assistente Social em seus diversos espaços sócio-ocupacionais. Nesse sentido, o profissional da atualidade deve ser

- (A) propositivo, possuir habilidades para negociar e mediar conflitos, ser criativo e saber apresentar e defender seus projetos.
- (B) persuasivo, fomentando junto ao usuário a superação da sua incapacidade socioeconômica.
- (C) administrativo, para promover a reengenharia nas instituições em que atua, visto que essa competência está prevista nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, bem como está prevista como um dos deveres do(a) Assistente Social.
- (D) exímio investigador, sendo capaz de desvelar o obscuro presente na vida dos usuários que atende.
- (E) investigativo ao ponto de desenvolver a capacidade de reprodução das teorias, o que o habilita para a organização e a planejamento da vida dos usuários.

88. De acordo com a Lei Complementar nº 46/1994, que institui o Regime Jurídico Único para os servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado do Espírito Santo, de qualquer dos seus Poderes, e dá outras providências, no que diz respeito a sua remuneração, é correto afirmar que

- (A) a remuneração ou provento que o servidor público falecido tenha deixado de receber será repassado ao Estado na sua esfera Estadual.
- (B) o servidor público perderá um terço da remuneração durante os afastamentos por motivo de prisão em flagrante ou decisão judicial provisória, com direito à diferença, se absolvido a final.
- (C) o servidor público ocupante de cargo em comissão, se exonerado durante o período de licença médica ou férias, não fará jus ao recebimento da remuneração respectiva, até o prazo final do afastamento.
- (D) os vencimentos e os proventos dos servidores públicos estaduais deverão ser pagos até o quinto dia útil do mês de trabalho.
- (E) mesmo mediante autorização do servidor público, não poderá haver consignação em folha de pagamento, a favor de terceiros, a fim de não prejudicar a responsabilidade financeira perante si mesmo e seus dependentes.

89. No Decreto nº 1.595-R/2005, que trata do Código de Ética dos Servidores Civis do Estado do Espírito Santo, são apresentados os seguintes elementos: competência, honestidade, imparcialidade, integridade, interesse público, respeito, responsabilidade e transparência. Esses elementos, no referido Decreto, dizem respeito

- (A) às disposições gerais.
- (B) ao comitê de ética.
- (C) aos deveres do servidor público.
- (D) aos princípios fundamentais.
- (E) aos direitos do servidor público.

90. A Lei Complementar nº 46/1994 instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado do Espírito Santo, de qualquer dos seus Poderes, e dá outras providências, em seu artigo 142, que diz respeito à Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. A respeito desse assunto, é correto afirmar que

- (A) a comprovação da necessidade de acompanhamento do doente pelo servidor público será feita através da delegacia do trabalho.
- (B) é considerada assistência pessoal a representação pelo servidor público dos interesses econômicos ou comerciais do doente.
- (C) em qualquer hipótese, a licença prevista no artigo será obrigatoriamente renovada de 6 em 6 meses.
- (D) o servidor público efetivo poderá obter licença por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, filhos, pais e irmãos, mediante comprovação médica, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal e que esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.
- (E) em casos especiais, poderá ser dispensada a ida do doente ao órgão médico de pessoal do Estado, não sendo aceitos laudos fornecidos por outra instituição médica oficial da União, de outro Estado ou dos Municípios, ou entidades sediadas fora do País.

91. Ao realizar uma visita domiciliar, o(a) Assistente Social se deparou com a seguinte composição familiar: pai, mãe, 5 filhos (todos com idade menor a 12 anos), avós paternos e 2 tios das crianças. Considerando esse relato hipotético, o(a) Assistente Social deverá indicar em seu relatório de visita domiciliar que se trata de uma família classificada como

- (A) Família Extensa.
- (B) Família Solidária.
- (C) Família Homoafetiva.
- (D) Família Pluriparental.
- (E) Família Reconstituída.

92. O profissional de Serviço Social deve ser dotado de referenciais teóricos e técnicos que lhe permitam responder as demandas sociais oriundas das expressões da questão social, para que assim possa identificá-las e, então, propor ações de enfrentamento, mediante um cenário de correlações das forças sociais, econômicas e políticas, as quais se unem por meio das relações de poder. Ao realizar a Análise de Conjuntura, o Assistente Social deve considerar alguns elementos que são capazes de congregarem o máximo de informações que lhe possibilitarão uma boa interpretação. Assinale a alternativa que apresenta corretamente tais elementos.

- (A) Acolhida, cenários, atores sociais, análise de dados e intervenção.
- (B) Recepção, cenários, atores sociais, relações de força e intervenção.
- (C) Pré-diagnóstico, cenários, atores sociais, relações de forças e pós-diagnóstico.
- (D) Acontecimentos, cenários, atores sociais, relações de força e análise de fatos.
- (E) Acontecimentos, cenários, atores sociais, análise de dados e encaminhamentos.

93. A atuação do(a) Assistente Social se dá em uma determinada realidade social, a qual está em permanente movimento e transformação. A realidade se caracteriza em um campo de relações contraditórias, sendo evidenciada pelas expressões da questão social brasileira. O conhecimento assume, então, um papel significativo perante a categoria profissional, pois auxilia na compreensão da realidade e fundamenta para se chegar até ela, demonstrando uma capacidade analítica e propositiva. Acerca da importância do conhecimento para o Serviço Social, assinale a alternativa correta.

- (A) O conhecimento para o Serviço Social está relacionado à dimensão ético-metodológica e ao Código de Ética Profissional vigente de 1986.
- (B) O conhecimento mais completo para o Serviço Social é o conhecimento prático, o que coloca em segundo plano o rigor teórico-metodológico.
- (C) O conhecimento se apresenta ao Serviço Social enquanto categoria que explana a realidade, desestimando o processo histórico profissional como forma de garantir o materialismo histórico dialético hegeliano.

- (D) A importância do conhecimento e de sua busca para o Serviço Social reside no fato de que, por meio do conhecimento, o profissional consegue garantir uma intervenção imediatista, pautada no assistencialismo que rege a profissão.
- (E) O conhecimento, para o Serviço Social, não é apenas uma forma de saber, mas principalmente, uma maneira de compreender em primeiro momento e, posteriormente, apresentar caminhos seguros para transformar a realidade.

94. Para o Serviço Social, a prática da abordagem é considerada muito significativa e de grande relevância nos processos de intervenção. Dela podem depender os próximos passos a serem dados pelo Assistente Social na condução do atendimento junto ao usuário. Acerca da abordagem no Serviço Social, é correto afirmar que

- (A) a abordagem é uma ação que se encerra em si mesmo.
- (B) o processo de abordagem é invariável e deve seguir uma métrica única: o padrão aprendido no processo de formação profissional, independente da realidade na qual o profissional está inserido. Não cabe ao profissional adaptá-lo.
- (C) é por meio da abordagem que o profissional desenvolve suas relações com a comunidade, por isso é um processo aparentemente simples, intencional, porque possui objetivos já definidos, mediando sempre futuras ações do profissional.
- (D) a abordagem correta pede atenção, pois alerta para alguns cuidados que o profissional deve ter no momento de colocá-la em prática levando em conta prioritariamente as condições subjetivas da situação, uma vez que as expressões da questão social impactam psicologicamente qualquer pessoa.
- (E) a abordagem deve se pautar nos modelos de abordagem das polícias civil e militar, considerando que a abordagem deve sempre causar um impacto no usuário para que ele demonstre respeito pelo(a) Assistente Social.

95. Quanto à visita domiciliar, recurso utilizado por muitos(as) profissionais em seu cotidiano, é correto afirmar que

- (A) a família não deve ser informada sobre o dia e horário da visita, a fim de não mascarar a realidade.
- (B) a visita domiciliar deve se assemelhar a um instrumento de abstração profissional.
- (C) a visita domiciliar objetiva aplicar a teoria na prática, situação em que se confirma que a teoria vista e estudada no processo de formação acadêmica em nada se aproxima ou contribui para a leitura e análise da realidade do usuário.
- (D) a visita domiciliar não deve ultrapassar 10 minutos. Caso não consiga fazer todas as anotações necessárias, o profissional pode levar consigo um gravador, cujo uso não necessita do consentimento do usuário.
- (E) a visita domiciliar é uma ação voltada para localizar famílias potenciais usuárias do serviço, previamente identificadas; visa compreender a realidade do grupo familiar, suas demandas e necessidades, recursos e vulnerabilidades; fortalecer os vínculos familiares e comunitários, fortalecer o vínculo da família com o serviço; avaliar as mudanças ocorridas a partir da sua participação no serviço.

96. Um dos direitos do profissional, previsto no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social (1993), está relacionado ao aprimoramento profissional de forma contínua. Esse aprimoramento é fundamental para que o(a) Assistente Social realize sua prática profissional com qualidade, eficiência e eficácia, facilitando, assim, uma intervenção mais assertiva junto à demanda apresentada. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o que o aprimoramento contínuo propicia ao profissional.

- (A) Maior fundamentação imediata.
- (B) Maior fundamentação humana-cristã.
- (C) Maior fundamentação teórico-prática.
- (D) Maior fundamentação teórico-assistencialista.
- (E) Maior fundamentação assistencialista e imediatista.

97. Sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) O debate no Brasil, no âmbito da tradição marxista, marca um processo de superação do conservadorismo da profissão e está presente nas discussões do movimento de reconceituação latino-americano.
- (B) O Brasil protagonizou e inovou ao apresentar um projeto de inovação social pautado na Poor Law e Workhouses.
- (C) O Movimento de Reconceituação do Serviço Social tanto na América Latina quanto no Brasil rompe definitivamente com o conservadorismo imposto pela Igreja Católica, a partir da adoção das ideias marxistas.
- (D) O Movimento de Reconceituação deu origem, na América Latina e no Brasil, ao Movimento Caras-Pintadas, em sinal de oposição à ordem política vivida naquele momento.
- (E) Na América Latina, exceto no Brasil, o movimento foi caracterizado pela homogeneidade teórica pautada em Freud, que embasou as intervenções profissionais e a análise das relações sociais da época.

98. Um dos marcos do início do Movimento de Reconceituação do Serviço Social em 1965 foi a realização do(a)

- (A) Experiência do Método BH.
- (B) Seminário de Teorização de Araxá.
- (C) III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.
- (D) VII Congresso Interamericano de Serviço Social.
- (E) I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social.

99. A Lei nº 8.662 de 1993 que regulamenta a profissão de Assistente Social no Brasil enfatiza as atribuições privativas ao profissional no que diz respeito à realização de estudos sociais, de perícias e de laudos, especificamente no que tange às questões relacionadas à profissão, tratando da atuação do(a) Assistente Social no contexto sociojurídico. O estudo social se configura em uma das principais ferramentas de fundamentação para a intervenção profissional. Quanto à função do estudo social no contexto sociojurídico, assinale a alternativa correta.

- (A) É função do estudo social emitir parecer à autoridade solicitante.
- (B) É função do estudo social mapear a realidade econômica dos sujeitos.
- (C) É função do estudo social diagnosticar e emitir parecer com a equipe multidisciplinar.
- (D) É função do estudo social fomentar as competências e habilidades dos profissionais de Serviço Social.
- (E) É função do estudo social colaborar internamente nas decisões econômicas e políticas das instituições.

100. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) está contemplado na Proteção Social Especial de Média Complexidade da Política Nacional de Assistência Social e, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, deve ofertar serviços especializados. No que tange às atividades profissionais no CREAS, assinale a alternativa correta.

- (A) O CREAS tem sua abrangência e gestão Federal, pois não cabe à esfera estadual a gestão desse equipamento público, mesmo quando regionalizado, devido às ações e diretrizes ministeriais.
- (B) Cabe ao CREAS a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF com o objetivo de prevenir o rompimento de vínculos familiares.
- (C) O CREAS realiza a prestação de serviços a indivíduos e familiares que se encontram com direitos violados que demandam intervenções da proteção social especial.
- (D) Cabe ao CREAS a prestação de serviços a indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social com foco no desenvolvimento de atividades preventivas e terapêuticas.
- (E) A abrangência e gestão do CREAS é essencialmente regional, não sendo permitida a gestão municipal, pois cabe ao município somente a gestão do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

